

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL GALDINO GOMES

BRICS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA
GOVERNANÇA GLOBAL

SANTANA DO LIVRAMENTO

2016

GABRIEL GALDINO GOMES

**BRICS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA
GOVERNANÇA GLOBAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Balardim

SANTANA DO LIVRAMENTO

2016

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

327.972 GOMES, GABRIEL GALDINO

G633b BRICS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A EMERGÊNCIA DE UMA
NOVA GOVERNANÇA GLOBAL / GABRIEL GALDINO GOMES.

118 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016.

"Orientação: RAFAEL BALARDIM".

1. BRICS. 2. Governança Global. 3. América Latina e Caribe. 4. Cooperação
Sul-Sul. I. Título.

GABRIEL GALDINO GOMES

**BRICS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA
GOVERNANÇA GLOBAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 21/11/2016.

Banca examinadora

Prof. Dr. Rafael Balardim
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof^ª. Dr.^a. Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Prof^ª. Dr.^a. Nathaly Silva Xavier Schütz
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente as três mulheres da minha vida, minha mãe Geslaine Galdino, minha irmã Elaine Galdino e minha avó Maria de Lourdes as quais dedicaram parte de suas vidas com minha educação e formação. Assim, apesar da distância, continuam a fornecer apoio, incentivo e amor incondicional.

À Universidade Federal do Pampa agradeço a oportunidade de ter aprendido e crescido tanto. Sou muito grato a Prof.^a. Nathaly por seu exemplo profissional, pela paciência com minhas infundadas angústias e pelo apoio imprescindível a minha formação. Agradeço à Prof.^a Anna pelo incentivo e assistência à investigação científica, por ter me apresentado o BRICS, pelo auxílio com esta pesquisa e por ser exemplo de pessoa inspiradora. Ao Prof. Balardim vai meu imenso agradecimento, suas aulas fizeram com que desenvolvesse meu interesse pela América Latina e portanto, na escolha do tema deste trabalho, fruto de sua orientação e atenção, obrigado por me proporcionar a oportunidade de realizar esta pesquisa. Agradeço a Prof.^a Margarete, pelos conselhos econômicos e por ter me mostrado o caminho do desenvolvimento social.

Eternizo aqui meu carinho pela Fronteira Livramento(BR)-Rivera(UY), em especial a Geovana Bardesio por ter me ensinado sua cultura e me acolhido nos dias festivos. Minha imensa gratidão a Mariana Morena por sua amizade e companhia em todos os momentos da minha vida acadêmica. Agradeço ao Felipe Carvalho, por ser um grande amigo, que me inspira, incentiva e aconselha. Ao Daniel Deliberali, por sua amizade criativa, repleta de disposição em rir de todos detalhes da vida. Ao Gustavo Rodrigues por ser um amigo companheiro, que me encoraja a ver o melhor da vida e das pessoas. Agradeço a Amanda Terra por ser uma amiga de dedicação e esforço admiráveis. Agradeço a Diulia Rosso, Isabella Cruzichi e Lidiane Ayang pelos momentos de felicidade e cumplicidade.

Portanto, aos amigos do coração e àqueles que adquiri no decorrer dessa faculdade, que nossos momentos, bons ou ruins, tornem-se eternos em nossas memórias. Obrigado!

IX

*Mas aislados se encuentran, desunidos,
Esos pueblos nacidos para aliarse:
La unión es su deber, su ley amarse:
Igual origen tienen y misión;
La raza de la América latina,
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza
Su libertad destruir y su pendón.*

*La América del Sur está llamada
A defender la libertad genuina,
La nueva idea, la moral divina,
La santa ley de amor y caridad.
El mundo yace entre tinieblas hondas:
En Europa domina el despotismo,
De América en el Norte, el egoísmo,
Sed de oro e hipócrita piedad.*

*Tiempo es que esa Virgen que se alza
Entre dos Océanos arrullada
Y por los altos Andes sombreada,
Deje su voz profética escuchar.
El cielo que la dio bellezas tantas,
La señaló un magnífico destino:
Nueva Vestal, conservará el divino
Fuego que nunca deberá cesar.*

José María Torres Caicedo

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel do BRICS no que concerne à sua proposta de reforma na governança global conferindo destaque à projeção do agrupamento na América Latina e Caribe. Para fazê-lo, o trabalho se insere numa abordagem histórica e teórica acerca da formação do Terceiro Mundo e, por conseguinte, dos movimentos caracterizados como de Cooperação Sul-Sul, de maneira que se possa compreender as condições propícias ao surgimento do BRICS no século XXI. A partir disso, averigua-se o processo em curso de formação e consolidação do bloco, refletindo sobre suas propostas e, sobretudo, seu papel na projeção de uma suposta reforma na governança global “pós-neoliberal”. Argumenta-se que em cenário de transformações do sistema internacional, o BRICS tem investido na soma de esforços com o fim de defender as demandas dos países em desenvolvimento nas esferas de governança global, dada a incapacidade das potências tradicionais em gerir uma estabilidade econômica e financeira no ambiente internacional. Procura-se investigar, nesse contexto, de qual forma vem sendo estabelecidas as relações comerciais e financeiras entre o BRICS e a América Latina e Caribe. Para isto, o papel do Brasil passa a ser destacado, no que tange, principalmente, o seu protagonismo dentro de ambos grupos de países. Por fim, pretende-se constatar a existência de reciprocidade das relações entre o bloco e a região latino-americana, avaliando o papel do Brasil à construção desse tipo de relacionamento favorável a ambos países.

Palavras-chave: BRICS. Governança Global. América Latina e Caribe. Cooperação Sul-Sul.

BRICS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN: THE EMERGENCY OF A NEW GLOBAL GOVERNANCE

ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of BRICS in its proposal for reform in global governance, highlighting the projection of the group in Latin America and the Caribbean. To do so, the work establishes a historical and theoretical approach to the formation of the Third World and, therefore, of the movements characterized as South-South Cooperation, so as to understand the conditions that contributed to the emergence of the BRICS in the 21st century. Furthermore, the study analyzes the ongoing process of formation and consolidation of the bloc, reflecting on its proposals and, above all, its role in projecting a supposed reform in global "post-neoliberal" governance. It is argued that in a scenario of transformations of the international system, the BRICS has invested in the sum of efforts to defend the demands of developing countries in the global governance spheres, given the inability of traditional powers to manage economic and financial stability in the international environment. This work also seeks to investigate, in this context, in which way the commercial and financial relations between BRICS and Latin America and the Caribbean have been established. To this end, the role of Brazil will be highlighted, especially with regards to its role within both groups of countries. Finally, it is intended to verify the existence of reciprocity of relations between the bloc and the Latin American region, evaluating the role of Brazil in the construction of this type of relationship favorable to both countries.

Keywords: BRICS. Global Governance. Latin America and the Caribbean. South-South cooperation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR – Arranjo Contingente de Reservas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

APP – Associações Público Privadas

ASA – América do Sul – África

ASPA – América do Sul – Países Árabes

BDC – Banco de Desenvolvimento da China

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. Termo que foi utilizado até 2011, como grupo informal de articulação político-econômica, sem a África do Sul

BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China. Conceito de marketing financeiro.

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Extensão do acrônimo BRIC, após 2011, com a adesão da África do Sul.

CAN – Comunidade Andina de Nações

CARICOM – Comunidade do Caribe

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

FEM – Fórum Econômico Mundial

FMI – Fundo Monetário Internacional

G-6 – Alemanha, Estados Unidos, Itália, França, Japão e Reino Unido

G-7 – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Itália, França, Japão e Reino Unido

G-20 – África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e os países membros da União Europeia

G-77 – Grupo de países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul

ICBC – Banco Industrial e Comercial da China

IED – Investimento Estrangeiro Direto

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEА – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PABA – Plano de Ação de Buenos Aires

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RICS – Rússia, Índia, China e África do Sul

SACU – União Aduaneira da África Austral

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe

SGPC – Sistema Global de Preferências Comerciais

SICA – Sistema Integração Centro-Americana

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Terceiro Mundo (1952)	25
Figura 2: Os quatros cenários de crescimento e posição econômica para os BRICs e o G-7 entre 2001 e 2011	43
Figura 3: Projeção das maiores economias em 2050	44
Figura 4: Projeção das maiores economias em 2025	45
Figura 5: Escala do controle estatal, dos países não pertencente à OECD, na regulamentação do mercado no ano de 2013	61
Figura 6: Mapa da América Latina e Caribe.....	65
Figura 7: Comércio da América Latina e Caribe: Total e com os RICS.....	75
Figura 8: Evolução da participação da Rússia, Índia, China e África do Sul no comércio total da América Latina e Caribe.....	76
Figura 9: Principais exportadores da América Latina e Caribe à Rússia, Índia, China e África do Sul	77
Figura 10: Principais importadores da América Latina e Caribe de produtos da Rússia, Índia, China e África do Sul.....	79
Figura 11: América Latina e Caribe: taxa de crescimento em porcentagem da evolução do valor das exportações de bens (2000-2013)	89
Figura 12: Participação, em porcentagem, dos bancos de desenvolvimento no total dos empréstimos multilaterais na América Latina e Caribe entre 1971 e 2013	95
Gráfico 1: O PIB anual dos países do BRIC entre 2007 e 2011	49
Gráfico 2: Exportação da América Latina e Caribe para Rússia, Índia, China e África do Sul	90
Gráfico 3: Importação da América Latina e Caribe para Rússia, Índia, China e África do Sul	90

Gráfico 4: Saldos comerciais da América Latina e Caribe	91
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DISCUSSÕES TEÓRICAS: DOS PRELÚDIOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL COM A CONFORMAÇÃO DO TERCEIRO MUNDO AO CENÁRIO EM QUE SE EMERGE O BRICS NO SÉCULO XXI	19
2.1 CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DO INÍCIO DO SÉCULO XX: DO LIBERALISMO CLÁSSICO AO KEYNESIANISMO	20
2.2 A ASSIMETRIA ECONÔMICA INTERNACIONAL: UMA ABORDAGEM DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO MUNDO.....	23
2.3 PRELÚDIOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL À CONSOLIDAÇÃO DE UMA AGENDA DO TERCEIRO MUNDO.....	27
2.4 NEOLIBERALISMO COMO ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA	32
2.5 CRISE NEOLIBERAL E A RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO: O CENÁRIO DO RESSURGIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E DA CONFORMAÇÃO DOS BRICS	36
3 A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO BRICS E SUAS IMPLICAÇÕES À GOVERNANÇA GLOBAL	40
3.1 ANTECEDENTES: DE ACRÔNIMO DE MERCADO À FORMAÇÃO DE UM BLOCO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO.....	42
3.2 DE ECATERIMBURGO A UFÁ: O TRAJETO DA FORMAÇÃO DO BRICS	47
3.3 BRICS, GOVERNANÇA GLOBAL E A ORDEM INTERNACIONAL	55

4 BRICS NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL DO BRASIL COMO LÍDER REGIONAL E A APROXIMAÇÃO PRAGMÁTICA DA RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL	65
4.1 O BRASIL E A SUA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA: A CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO LULA NA CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA.....	68
4.2 RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL (RICS) NA AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE 2001 E 2011.....	74
4.2.1 Rússia na América Latina e Caribe	80
4.2.2 Índia na América Latina e Caribe.....	81
4.2.3 China na América Latina e Caribe	84
4.2.4 África do Sul na América Latina e Caribe	86
4.3 REUNIÕES REGIONAIS SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE A AMÉRICA LATINA E CARIBE COM O BRICS DE 2013 E 2015	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Na história das relações internacionais, a associação entre os países em desenvolvimento se deu em escala reduzida até a metade do século XX, início da Guerra Fria, quando surge, pela primeira vez, um movimento originário dos países periféricos do sistema internacional, denominado como “Terceiro Mundo”. O surgimento do movimento terceiro-mundista está, então, relacionado à tentativa dos países em desenvolvimento – muitos recém independentes – de estabelecer uma alternativa de Não-Alinhamento e a substituição da luta política Leste-Oeste por uma luta econômica Norte-Sul (AMIN, 2010; SAUVY; 1952). Neste sentido, às margens da Conferência de Bandung (1955), emerge o conceito de Cooperação Sul-Sul, como reflexo expoente da coordenação econômica e política entre essas nações.

Utilizado por Lima (2005) e Leite (2012) para representar a manifestação da solidariedade entre países do “Sul Global”, a Cooperação Sul-Sul se traduz, portanto, no ideal da cooperação e articulação entre os países em desenvolvimento com o propósito de mitigar a distribuição assimétrica de poder no cenário internacional. Assim, a Conferência de Bandung, Movimento dos Não-Alinhados e o G-77 inauguram uma nova fase da história mundial, sendo o início do desenvolvimento das relações sul-sul.

Não obstante, posterior ao conflito bipolar, com o estabelecimento e disseminação do neoliberalismo por parte dos Estados Unidos, em conjunto com a crise econômica dos países em desenvolvimento, têm-se o estancamento do movimento de articulação Sul-Sul. Com efeito, ao passar dos anos, comprovou-se a incapacidade do modelo neoliberal em prover o desenvolvimento aos países em desenvolvimento. A partir desta constatação, surge a insatisfação dos governos desses países em relação aos impactos sociais dos programas neoliberais de ajuste estrutural, o que converge no retorno da Cooperação Sul-Sul como alternativa para o desenvolvimento no final dos anos 1990 (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

Com o ressurgimento do movimento das relações Sul-Sul, no início do milênio, em contexto de inoperância dos Estados Unidos e das demais potências tradicionais em lidar com a crise financeira de 2008, países com elevado e resistente crescimento econômico, como Brasil Rússia, Índia e China (BRICs) se veem diante da oportunidade de se conformar como plataforma de discussão e articulação político-econômica, marcando o ressurgimento do movimento das relações Sul-Sul (REIS, 2012). Essa possibilidade da criação do grupo BRICS nasce em 2001 com o desenvolvimento e disseminação do conceito de marketing financeiro

BRICs por Jim O’Neill (2001), o qual buscava mostrar uma previsão de que alguns países em desenvolvimento poderiam alcançar as principais economias desenvolvidas.

A partir do primeiro encontro formal entre esses países, na Cúpula de Ecaterimburgo em 2009, consolidou-se a ideia de que o BRICS (com a entrada da África do Sul em 2011), por meio da coordenação e atuação em conjunto, possuíam capacidade em induzir reformas de ordem internacional, tornando-se, portanto, símbolo de mudança do poder econômico mundial (RIBEIRO; MORAES, 2012). Denota-se que na esfera econômica, a atuação dos países membros, com o intuito de atingir reformas nas instituições financeiras internacionais, têm favorecido não apenas os seus interesses, mas também dos outros países em desenvolvimento. Por outro lado, no plano político existe o diálogo na resolução de questões de interesse comum, de maior importância, a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. Assim, apesar de não se constituir, em princípio, um conjunto político institucionalizado ou econômico unido, os países do BRICS compartilham interesses comuns com o propósito de defender alterações do *status quo* econômico mundial (FONSECA, 2012; FLÔRES, 2015).

Em linhas gerais, o estabelecimento do BRICS como bloco político-diplomático e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas reforçam as tendências de transformação em curso no cenário mundial. Na esteira desse processo, faz-se acompanhar de um potencial crescimento econômico e de maior relevância política do mundo em desenvolvimento em geral, bem como da difusão da coordenação e cooperação nos moldes Sul-Sul (DAMICO, 2015).

Paralelamente a formação do BRICS, a América Latina e Caribe, de acordo com os estudos da CEPAL (2015), enfrenta um novo panorama internacional desfavorável – corolário da crise de 2008 e da incapacidade do modelo neoliberal em prover o crescimento – distinto do início do século XXI, marcado pela significativa queda de suas elevadas taxas de crescimento econômico. Ademais, a crise financeira e suas sequelas terminaram afetando a presença dos EUA e dos países da União Europeia no subcontinente (PECEQUILO, 2013). Essa conjuntura, por sua vez, possibilitou uma maior integração entre os países latino-americanos e, por outro lado, propiciou o estabelecimento de vínculos mais estreitos com países de economias de mercados emergentes como os países do BRICS (SELA, 2013). Nesse contexto, os países latino-americanos passam a compreender o crescimento econômico dos países do BRICS como uma fonte de oportunidades (MUSSI, 2013). Existe, portanto, uma

visão de que o bloco possa atuar no desenvolvimento da América Latina e Caribe, desde uma via de cooperação recíproca, o que significa superar os desequilíbrios estruturais no comércio internacional (SELA, 2015a).

Posto isto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o papel do BRICS no que tange sua proposta de reforma na governança global destacando a projeção do bloco na América Latina e Caribe. Busca-se argumentar que, em contexto de transformações do sistema interestatal, o BRICS tem investido na reunião de peso – ou contrapeso – suficiente para interferir no processo decisório internacional, em face de seus anseios políticos e econômicos. Percebe-se, então, que os países do bloco têm se aproximado, durante os últimos anos, da América Latina e Caribe, dado o incremento das relações comerciais. Assim, o problema geral se resume na seguinte questão: existe reciprocidade (em outras palavras, o aproveitamento das potencialidades econômicas) nas relações entre o BRICS e a América Latina e Caribe? Visando considerar que os países do BRICS têm baseado sua legitimidade e representatividade em âmbito de governança global, pelo fato de negociarem com os países em desenvolvimento na condição de parceiros econômicos (e não de potências neocoloniais) e, ao mesmo tempo, por cada país se estabelecer como representante de cada região do mundo, o trabalho se insere nessa perspectiva com o intento de averiguar essas relações. Busca-se, com destaque, demonstrar o papel do Brasil como líder regional latino-americana e ponte de conexão para os demais países do bloco com o subcontinente.

A estruturação do trabalho se sucede em consonância com os seus objetivos específicos, compreendendo a seguinte divisão: o primeiro capítulo tratará de fornecer uma abordagem teórica e histórica acerca da formação do Terceiro Mundo, seu declive e do surgimento das condições propícias à ascensão do BRICS. Objetiva-se, desta forma, compreender o terreno em que se torna viável a convenção do BRICS, desde uma perspectiva histórica dos três períodos de conformação da Cooperação Sul-Sul. Isso será complementado com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a qual explica como se sucede a integração das economias dos países em desenvolvimento com as dos países desenvolvidos.

O segundo capítulo aglomera os seguintes objetivos específicos: explorar a criação, formação e consolidação do BRICS e, por conseguinte, analisar o papel do bloco no que diz respeito a sua proposta de reforma na governança global. Entende-se que as pesquisas realizadas por Jim O'Neill, economista chefe do Goldman Sachs, e a disseminação do seu conceito de marketing financeiro BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), influenciaram na

reunião de fato desses Estados. Para tanto, os documentos de todas as cúpulas, até 2015, serão abordados para, por fim, refletir sobre como o grupo pode influenciar na construção de uma nova ordem internacional baseada no modelo de desenvolvimento econômico de seus Estados.

No último capítulo, pretende-se analisar as relações entre o BRICS e a América Latina e Caribe, em seus aspectos econômico, comercial e financeiro. As pesquisas envolvendo o Brasil serão enfatizadas na construção do seu perfil como possível líder da América Latina e seu papel de conexão entre a região latino-americana com os demais países do BRICS, atribuindo, assim, grande destaque ao governo Lula. Quanto a Rússia, Índia, China e África do Sul (RICS), busca-se fazer um balanço de suas relações econômicas com a América Latina e Caribe entre os anos de 2001 a 2011. À vista disso, busca-se evidenciar, por meio dos documentos de organismos intergovernamentais latino-americanos, a perspectiva latino-americana no que tange o seu engajamento com o BRICS e a importância dada ao Brasil nesse processo.

Como hipótese constatada no trabalho, tem-se a seguinte argumentação: o BRICS, em contexto de raso crescimento econômico dos países desenvolvidos e da incapacidade destes em solucionar as crises financeiras neoliberais, tem buscado democratizar as principais instâncias deliberativas internacionais e promover uma agenda ambiciosa de reforma na governança global de ordem “pós-neoliberal”, distinta daquela convencionada no Acordo de Bretton Woods. À luz dessa proposição, o BRICS tem-se aproximado da América Latina e Caribe, de maneira a contribuir com a superação da desigualdade econômica na região, estabelecendo relações comerciais com saldo comercial positivo – ou até mesmo negativo insignificante –, culminando numa reciprocidade e aproveitamento das potencialidades comerciais cujo ambos grupos de países saem ganhando. Portanto, pode-se dizer, que o papel do Brasil, como vinculador de toda região latino-americana com o grupo, é de grande relevância para o estabelecimento e o estreitamento dessa relação recíproca entre o BRICS e o subcontinente.

O trabalho é de caráter hipotético-dedutivo, ou seja, usa-se o método dedutivo, a fim de entender com qual intuito se estabelecem as relações entre o BRICS e a América Latina com o panorama de governança global, visando construir e testar a hipótese formulada. Para que se possa compreender as ações e posições de Estados e as formas de estruturas internacionais, utiliza-se conceitos de teorias próprias da disciplina de Relações Internacionais. A escolha de conceitos formulados por correntes teóricas, neorrealista e

institucionalista liberal ou neoliberal, ocorre devido ao fato de serem escolas de pensamento que, com maior profundidade e refinamento teórico, estudam os temas acerca do ordenamento do sistema internacional e de cooperação internacional. De igual modo, para os objetivos específicos, faz-se necessária uma pesquisa que siga procedimentos qualitativos, análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias.

Portanto, o BRICS, apesar de não ser difundido tanto como deveria pelas diversas mídias, representa um novo paradigma de desenvolvimento para época atual, trazendo relevantes propostas de reformas dentro das instituições multilaterais que beneficiam um mundo ainda marcado pela profunda desigualdade social e pobreza. A análise do processo de consolidação do BRICS contemplando as transformações do cenário mundial, demonstra ser uma prova de que vive-se hoje um período de transição das relações internacionais. Entender a consolidação do grupo e, por conseguinte, sua representatividade dos países em desenvolvimento – no caso desse trabalho o papel da liderança regional do Brasil na América Latina e Caribe –, portanto, oferece uma maior compreensão da conjuntura atual, despontando importantes questões políticas e econômicas. A partir disto, o BRICS, por meio do Novo Banco de Desenvolvimento, tem confirmado na América Latina e Caribe a construção de megaprojetos de infraestrutura, como a Ferrovia Transoceânica (Brasil e Peru), Ferrovia Paranaguá-Antofagasta (Brasil, Argentina, Paraguai e Chile), e entre outros projetos. Assim, o destaque atribuído neste trabalho aos países em desenvolvimento e o caráter de suas relações como as de Cooperação Sul-Sul, evidencia a importância dessa forma de relação ao gerar oportunidades de maior independência e fortalecimento à economia desses Estados com vista de que o desenvolvimento pode ser alcançado sem que haja uma concentração de ação externa de um Estado em um ou vários países desenvolvidos.

2 DISCUSSÕES TEÓRICAS: DOS PRELÚDIOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL COM A CONFORMAÇÃO DO TERCEIRO MUNDO AO CENÁRIO EM QUE SE EMERGE O BRICS NO SÉCULO XXI

Sob a ótica da economia internacional, percebe-se que os diferentes países têm se mantido conectados por um sistema monetário internacional¹ que vem se reestruturando ao longo do tempo, em detrimento dos ideais econômicos predominantes entre as principais economias. O sistema internacional, por este viés, implica a concentração e manutenção dos interesses de regiões centrais em detrimento das regiões periféricas, sendo mínima a participação desta última no que corresponde a produção de mudanças de ordem internacional. Para isto, percebe-se que historicamente as relações entre os “países em desenvolvimento”², aqui então denominados como o grupo de países de renda média e baixa, davam-se em escala reduzida até a metade do século XX.

A partir desse período, o que se denomina como Cooperação Sul-Sul surge do reflexo das interações entre esses países periféricos, os quais demandavam por políticas de equidade econômica e social após a Segunda Guerra Mundial. Evidencia-se, assim, uma visão crítica dessas nações em relação a marginalização de suas economias dentro do sistema político-econômico mundial. Tem-se a cristalização dessa perspectiva na criação de uma agenda para o desenvolvimento dentro da ONU por meio da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)³, impulsionada por uma série de eventos e conferências que convergem na formulação de mecanismos multilaterais à cooperação técnica e econômica.

Entretanto, o surgimento do neoliberalismo, como reação dos Estados Unidos frente a crise econômica internacional dos anos 1970, influencia por minar essa tentativa de alteração do *status quo* mundial. Reflexo das políticas neoliberais em países em desenvolvimento, a recessão econômica da década de 1990, contextualiza o período no qual o processo de consolidação da Cooperação Sul-Sul se vê estagnado.

¹ De acordo com Eichengreen (2002), esse sistema se estabelece com o propósito de dar ordem e estabilidade aos mercados cambiais, fomentar a eliminação de problemas do balanço de pagamentos e estimular o acesso de créditos internacionais em situações de crises.

² Ver mais sobre essas classificações: <http://data.worldbank.org/about/countryclassifications>

³ Em contexto da Conferência de Bandung, no início dos anos de 1960, posterior a Conferência do Cairo acerca dos “Problemas do Desenvolvimento Econômico”, cria-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

No início dos anos 2000, uma vez mudado a percepção de parte desses países com a parcimônia das políticas neoliberais para o desenvolvimento, junto a ascensão de governos progressistas, o retorno da crítica da globalização assimétrica e o foco de crescimento econômico em países como China, Brasil, Índia e Rússia, evidencia-se um novo cenário de fortalecimento das relações Sul-Sul e o surgimento de coalizões de países com ênfase na cooperação para o desenvolvimento.

Neste capítulo, pretende-se fornecer uma abordagem teórica e histórica sobre o panorama internacional no qual se dá a conformação do Terceiro Mundo, seu declive e o surgimento do BRICS. Além de histórico, evidencia-se uma análise linear dos três períodos de conformação da Cooperação Sul-Sul, por meio de uma perspectiva da economia internacional em que se propõe caracterizar a assimetria econômica e sua imposição por correntes liberais e neoliberais. Pretende-se deste modo, trazer o panorama em que se torna viável a inserção do BRICS, como coalizão de países semiperiféricos que se propõe defender e representar os interesses da periferia no cenário internacional.

2.1 CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DO INÍCIO DO SÉCULO XX: DO LIBERALISMO CLÁSSICO AO KEYNESIANISMO

No final do século XIX e início do século XX, período de hegemonia⁴ britânica, tinha-se como narrativa precursora o Padrão Ouro, tendo em vista o predomínio das ideias liberais entre a elite intelectual inglesa e o fato de tal padrão reger o sistema financeiro da época (EICHENGREEN, 2002).

Todavia, o grupo de países periféricos diferentemente do centro capitalista, não se beneficiava com o sistema liberal do Padrão Ouro imposto pelo imperialismo britânico, visto que a prática da cooperação, responsável por manter certo equilíbrio no movimento de capital internacional, entre as grandes economias, não alcançava regiões tão distantes. Além de possuir um sistema bancário frágil e vulnerável a perturbações que poderiam fazer desmoronar os arranjos financeiros, tanto externo como doméstico, os países de renda média ou baixa

⁴ Por finalidade conceitual, a definição de potência hegemônica foi um elemento elaborado pela corrente realista das Relações Internacionais com objetivo de explicar as formas de polaridades em que se pode apresentar uma estrutura internacional. Dotadas de recursos e condições, uma potência mundial buscará, sobretudo, o alcance de seus interesses e o comando do sistema, percebido como anárquico, projetando poder globalmente. Sendo assim, Gilpin (2001), teórico neorrealista se apoia na existência de três estruturas: a hegemônica ou imperial, bipolar ou multipolar.

possuíam uma economia instável e dependente da exportação de *commodities* cujo preços eram dados pelas principais economias capitalistas (EICHENGREEN, 2002).

Apesar disso, a doutrina liberal, fundada pelos economistas ingleses como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834), pregava a liberdade individual e a existência de uma ordem natural resultado das interações dos indivíduos na busca da realização de seus próprios interesses. Ou seja, o liberalismo clássico justificava a legitimação da busca do lucro, a manutenção de um câmbio fixo, abertura dos mercados, liberdade do movimento de capital e as conquistas coloniais “civilizatórias” pelos países europeus. Sob a égide desse ideário o Império Britânico atinge seu apogeu, até a experiência da Primeira Guerra Mundial em 1914, uma vez que inicia seu declínio em face da ascensão dos Estados Unidos como maior economia influente no sistema internacional (PRADO, 2009; VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Contudo, somente com a crise de 1929, denominada como a Grande Depressão econômica, torna-se evidente que o liberalismo já não lograva suprir as demandas econômicas dos países centrais. Altas taxas de desemprego, colapso na produção industrial, queda no Produto Interno Bruto (PIB) e movimentos de capital desestabilizadores foram sentidos em diversas economias. Nesse sentido, a proposta liberal de abertura de mercados sucumbiu-se, uma vez que a realidade econômica após a Primeira Guerra Mundial se mostrava totalmente diferente da *Pax Britannica*. A proliferação de controles e barreiras de comércio e entre outras políticas cunhadas como “empobreça teu vizinho” marcariam o lapso entreguerras (EICHENGREEN, 2002).

Em face da crise do liberalismo John M. Keynes (1883-1946), economista britânico, elabora uma teoria econômica que garantia ao Estado papel de intervir na economia para gerar emprego, estabilidade e crescimento econômico (PRADO, 2009). Esse intervencionismo estatal culmina no chamado *welfare state*, o qual em seu cerne representava um Estado defensor do bem-estar social e econômico. Conforme Visentini e Pereira (2012), além de influenciar na política econômica de outros países que sofriam com a crise de 1929, tratando-se especificamente dos Estados Unidos a potência em ascensão, o conjunto de ideias keynesianas é cristalizado no programa político-econômico intitulado *New Deal*⁵ o qual é

⁵ Sumariamente, o *New Deal* se refere a uma série de programas adotados pelo Estado norte-americano visando recuperar, reformar e regular a economia interna, com destaque a fatores sociais e trabalhistas (VISENTINI; PEREIRA, 2010)

responsável pelo revigoramento econômico norte-americano e por sua superação da Grande Depressão. De igual modo, o *New Deal* continuou sendo um pilar da economia dos EUA, mesmo após a Segunda Guerra Mundial em 1945, onde o país já se despontava como uma superpotência econômica em face do declínio britânico. Estabelece-se, assim, o regime de acumulação fordista que domina o mundo capitalista desenvolvido entre 1945 e 1970, fase inicial da Guerra Fria.

Em face da debilidade das demais nações na época, o capitalismo norte-americano tornou-as tributárias de sua economia, graças à utilização do dólar como principal moeda do comércio mundial. Além disso a liderança econômica americana foi importante não apenas pelo seu sistema produtivo, mas especialmente como paradigma, pois o fordismo foi estabilizado pelo keynesianismo *a la New Deal*, criando-se um *capitalismo organizado* (que também respondia ao acicate socialista). O chamado Sistema de Bretton-Woods logrou estabilizar o sistema monetário internacional, que entrara em colapso com o abandono do padrão ouro e a Grande Depressão, adotando um mecanismo macroeconômico multilateral de regulação baseado em taxas de câmbio fixas (mas adaptáveis) e de socorro aos países em dificuldades na balança de pagamentos (através do FMI) (VISENTINI; PEREIRA, p.185, 2012).

Com o objetivo de ordenar o mercado internacional, desregulado pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, a instituição de um novo sistema financeiro internacional, em 1944, nomeado como Acordo de Bretton Woods, representou o estabelecimento do conjunto de ideias econômicas dos Estados Unidos sob outros países. Esse sistema financeiro, de maneira implícita, reproduziu o plano dos EUA em formalizar uma arquitetura institucional que garantisse seus anseios econômicos no ambiente internacional. Assim, como instrumentos de gestão econômico-financeira são criados o GATT, o Banco Mundial e o FMI dentro do sistema da ONU. Por esse quadro histórico, conforme Amin (2004), os EUA após a Segunda Guerra Mundial já se encontrava em posição privilegiada para exercer sua hegemonia econômica no cenário internacional. Nesse sentido, vale citar,

Os Estados Unidos obtiveram um benefício gigantesco com o fim da Segunda Guerra Mundial: os principais combatentes - Europa, União Soviética, China e Japão - estavam arruinadas e os EUA estava em condições de exercer a sua hegemonia econômica, uma vez que concentravam mais da metade a produção industrial do mundo naquela época e tinham a exclusividade sobre as novas

tecnologias que norteavam o desenvolvimento na segunda metade do século (AMIN, 2004, p. 73; tradução nossa)⁶.

Após a Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra Fria, a economia capitalista experimentou sua “época de ouro” sob hegemonia dos Estados Unidos entre as demais potências econômicas. Regimes e instituições internacionais formaram bases a uma gestão global tutelada pelos Estados Unidos, assim, esse período de “hegemonia mundial” se perdura por duas décadas até acentuar a bipolaridade no cenário internacional (FIORI, 2004).

2.2 A ASSIMETRIA ECONÔMICA INTERNACIONAL: UMA ABORDAGEM DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO MUNDO

O sistema internacional dessa época, em seu aspecto econômico, caracterizava-se por uma polarização, a qual conforme Amin (2004), era inerente do próprio processo de globalização capitalista. Nesse sentido, o capitalismo mundial seria o motor dessa polarização, gerando o desenvolvimento desigual que é considerado uma de suas contradições insuperáveis em vista de sua lógica de constituição de um verdadeiro mercado global. A acumulação e expropriação são pertinentes a esse processo como podem ser constatadas:

O capitalismo histórico "realmente existente" está associada as suas formas sucessivas de acumulação por exploração, não apenas em sua origem ("acumulação primitiva"), mas em todas as suas fases de implantação. Uma vez constituído, este capitalismo Atlântico se volta ao mundo para conquistá-lo e reconstruí-lo com base na expropriação permanente das regiões conquistadas, as quais se tornam as periferias dominadas no sistema (AMIN, 2009, p. 1; tradução nossa)⁷.

⁶ The United States obtained a gigantic benefit with the end of the Second World War: the main combatants – Europe, the Soviet Union, China and Japan– were ruined and America was in a condition to exercise its economic hegemony, since it concentrated more than half the industrial output of the world at that time and had exclusivity over the new technologies that guided development in the second half of the century.

⁷ Le capitalisme historique ‘réellement existant’ est associé à des formes successives d’accumulation par dépossession, non pas seulement à l’origine (‘l’accumulation primitive’) mais à toutes les étapes de son déploiement. Une fois constitué, ce capitalisme ‘atlantique’ est parti à la conquête du monde et l’a refaçonné sur la base de la permanence de la dépossession des régions conquises, devenant de ce fait les périphéries dominées du système.

A noção de desenvolvimento desigual tem origem remota, conforme Theis (2009), Lênin cunha o termo ao analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia sob um viés de desigualdade socioeconômica. Após a Revolução de 1905, com influência de Trotsky (1977), o termo ganha um significado mais preciso e passa a ser designado como desenvolvimento desigual e combinado, remetendo-se, além da dimensão econômica, as questões políticas.

Assim, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é uma tentativa de compreender as transformações capitalistas do cenário internacional, e por delas tentar responder suas contradições econômicas e sociais, especificamente, dos países periféricos. Em suma, a história mundial, com a ascensão do capitalismo como sistema econômico internacional, torna-se contraditória e por isso as condições do desenvolvimento econômico e social sofrem uma mudança qualitativa (LÖWY, 1995).

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor a complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, [...] é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 1977, p. 25).

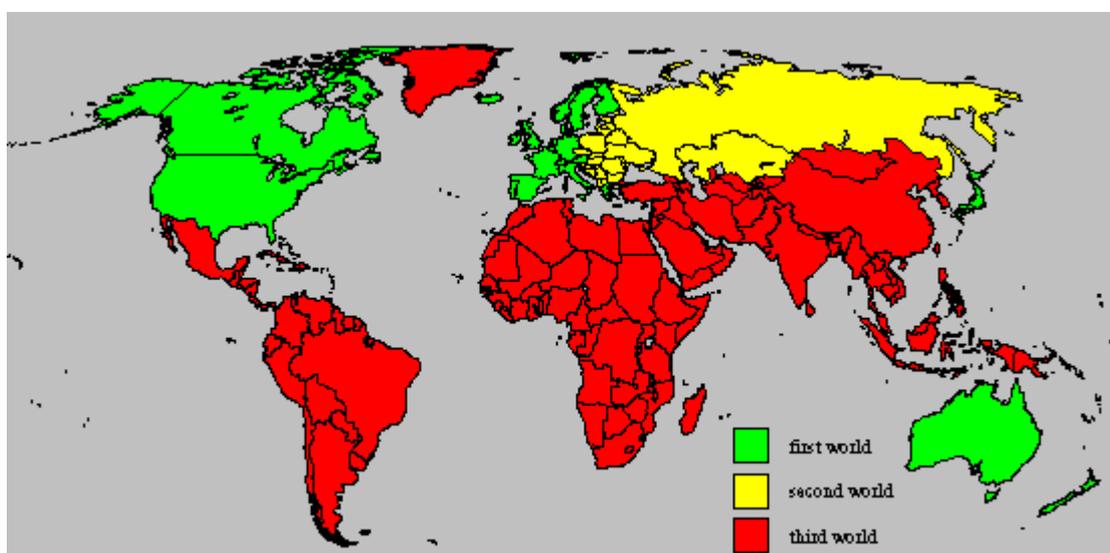
Entende-se, pois, que os países menos desenvolvidos, são constrangidos a adotar determinados traços avançados do sistema capitalista de produção e, com isso, saltam-se etapas intermediárias ao desenvolvimento. Sendo assim, de acordo com Löwy (1995), esses países possuem o desenvolvimento por meio de uma combinação original das diversas formas de produção suscitando irregularidades e complexidades em sua formação econômica.

A lógica de uma sociedade em desenvolvimento se integrar com uma sociedade moderna e desta relação obter maior desenvolvimento por meio da integração de elementos avançados é contraditória, conforme a teoria, visto que a possibilidade de saltar os degraus intermediários ao desenvolvimento é limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Ou seja, o país dependente, rebaixa frequentemente “[...] aquilo que ele empresta ao

exterior para se adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação, toma, nesse caso um caráter contraditório” (LÖWY, 1995, p. 77).

A União Soviética como superpotência no cenário internacional de Guerra Fria leva a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado a se difundir e, então, ser utilizada para análise da inserção econômica dos demais países periféricos, denominados naquela época como Terceiro Mundo.

Figura 1 – O Terceiro Mundo (1952)



Fonte: University of Wisconsin–Eau Claire (UWEC, 2016).

Como expressão que tem seu auge no período da Guerra Fria e está relacionada a esta lógica de globalização assimétrica, o Terceiro Mundo, termo cunhado pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1952), se referia aos países que não faziam parte do grupo seletivo de economias capitalistas desenvolvidas (Primeiro Mundo) e nem dos antigos países comunistas (Segundo Mundo). Posteriormente a Guerra Fria, no entanto, classificações como “países em desenvolvimento”, “países emergentes”, “países do sul” são então, comumente, empregados em vista da imprecisão do termo Terceiro Mundo em explicar aspectos da realidade contemporânea.

O termo “Terceiro Mundo” foi usado frequentemente nas histórias sociais, econômicas e culturais em boa parte do mundo na segunda metade do século XX. No entanto, embora a frase tenha sido amplamente utilizada, nunca ficou claro se era uma categoria de análise ou simplesmente um rótulo vago para um grupo de Estados da época que possuíam problemas em comum. Nem mesmo os entusiastas para o termo forneceram qualquer precisão (TOMLINSON, 2003, p. 307; tradução nossa)⁸.

No ambiente de Guerra Fria, países asiáticos e africanos, pertencentes ao Terceiro Mundo, passaram a contestar a estrutura bipolar no intuito de encontrar uma alternativa à resolução de seus problemas político e econômico sem vincular-se necessariamente a ideologia do capitalismo ou socialismo. Esse movimento, culmina-se, então, na Conferência de Bandung em 1955 (AMIN, 2010).

Com o objetivo de discutir o futuro dos países em processo de descolonização, a Conferência de Bandung traz como marco a questão do desenvolvimento como tema para política internacional, deixando de lado o foco Leste-Oeste da Guerra Fria (KOCHER, 2008). Inaugura-se, portanto, uma novo momento da história mundial uma vez que os países em desenvolvimento passam a se organizar em termos de princípios e ideias comuns que serviram de alicerce para a formulação de suas estratégias ao desenvolvimento das relações Sul-Sul.

Bandung tem seu desdobramento, portanto, no debate Norte-Sul que representava a divisão entre países industrializados e países exportadores de produtos primários, reunindo Estados africanos e asiáticos à defesa de um sistema alternativo a bipolaridade, semeando, destarte, uma proposta que futuramente seria concebida como a da multipolaridade. Inicialmente, Índia e China são os países a lideraram esse movimento do Sul,

O fato de Índia e China, diferentemente da União Soviética, terem sido vítimas da colonização, lhes conferiam um grau de legitimidade como porta-vozes e líderes do Terceiro Mundo, o que possui implicações na projeção externa desses dois países no século XX [...] (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 5).

⁸ The term “Third World” was used frequently in histories of the societies, economies and cultures of many parts of the world in the second half of the twentieth century. But, although the phrase was widely used, it was never clear whether it was a clear category of analysis or simply convenient and rather vague label for an imprecise collection of states in the second half of the twentieth century and some of the common problems that they faced. Not even enthusiasts for the term provided any precision.

Todavia, essa atuação de liderança terceiro-mundista por parte da China e Índia sofre profundas alterações na década de 1970, uma vez que a crise econômica internacional e o atrito entre os EUA e URSS passam a influenciar nas políticas externas dos países em desenvolvimento.

2.3 PRELÚDIOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL À CONSOLIDAÇÃO DE UMA AGENDA DO TERCEIRO MUNDO

O pensamento de que países em desenvolvimento identificam determinados interesses e problemas comuns e se articulam, a fim de resolvê-los, de acordo com Lima (2005), é a noção essencial do conceito de Cooperação Sul-Sul. Isto é, esses países optam por cooperarem entre si com o propósito de mitigar a distribuição assimétrica de poder e, com isso, alcançar o desenvolvimento econômico em bases autônomas, minando qualquer forma de dependência. Em outras palavras,

Cooperação Sul-Sul é uma manifestação de solidariedade entre os povos e países do Sul a qual contribui para o seu bem-estar nacional a sua auto-suficiência nacional e coletiva e o alcance das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas [...]” (UNOSSC, 2016, s/p; tradução nossa)⁹.

Agindo isoladamente, esses Estados terminariam obtendo resultados menos satisfatórios, em comparação a cooperação e coordenação política entre eles (LIMA, 2005). A Cooperação Sul-Sul, por este sentido, se torna um importante elemento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Com base nisso, salienta-se que não há limitação à realização deste tipo de cooperação, independente do grau de desenvolvimento do país cooperante ou de uma referência geográfica. Assim sendo, segundo a Secretaria Geral Ibero Americana (2008), a Cooperação Sul-Sul possui os seguintes princípios basilares:

⁹ South-South cooperation is a manifestation of solidarity among peoples and countries of the South that contributes to their national well-being, their national and collective self-reliance and the attainment of internationally agreed development goals [...].

Horizontalidade: A Cooperação Sul-Sul exige que os países colaborem entre si em termos de sócios. Isso significa que além das diferenças nos níveis do desenvolvimento relativo entre eles, a colaboração se estabelece de maneira voluntária e sem que nenhuma das partes ligue sua participação ao estabelecimento de condições. *Consenso:* A execução de uma ação de Cooperação Sul-Sul deve ser submetida ao consenso pelos responsáveis de cada país, isto em marco de negociação comum, podendo ser feita por comissões mistas ou seus equivalentes. *Equidade:* A Cooperação Sul-Sul deve se exercer de modo tal que seus benefícios (geralmente consistentes em potenciar mutuamente as capacidades críticas para o desenvolvimento) se distribua de maneira equitativa a todos os participantes. Esse mesmo critério deve ser aplicado à distribuição de custos, que devem ser assumidos de maneira compartilhada e proporcional às possibilidades reais de cada contraparte (SEGIB, 2008, p.16; tradução nossa)¹⁰.

Prelúdios da Cooperação Sul-Sul, com o desenvolvimento do ideal “neutralista” de Bandung por parte dos países periféricos, acarreta-se no “Movimento dos Não-Alinhados” e, posteriormente, com a adesão de países latino-americanos, no Grupo 77 em âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento. O conjunto do Terceiro Mundo que se configurava numa nova aliança do Sul, o “Sul Global” (AMIN, 2010).

O fornecimento de mecanismos para que os países do Sul pudessem se articular e promover seus interesses econômicos era o principal objetivo do G-77. Almejava-se, então, dentro da Organização das Nações Unidas o estabelecimento da capacidade de negociação em conjunto. Assim, a criação do G-77, em 1964, representa a capacidade de influência e o peso político que “os países em desenvolvimento passariam a exercer no âmbito da ONU, pressionando por uma nova ordem econômica internacional que fosse mais justa e igualitária” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 10). Doravante o surgimento do G-77 vinculado a ONU, tem-se a Carta de Argélia em 1967 a qual se torna símbolo da reivindicação do grupo em mitigar a desigualdade econômica entre os países. Na terceira parte da carta o grupo deixa claro que essa desigualdade é uma responsabilidade de toda comunidade internacional:

¹⁰ La horizontalidad. La Cooperación Sur-Sur exige que los países colaboren entre sí en términos de socios. Esto significa que, más allá de las diferencias en los niveles de desarrollo relativo entre ellos, la colaboración se establece de manera voluntaria y sin que ninguna de las partes ligue su participación al establecimiento de condiciones. El consenso. La ejecución de una acción de Cooperación Sur-Sur debe haber sido sometida a consenso por los responsables de cada país, y ello en marcos de negociación común, como pueden ser las comisiones mixtas o sus equivalentes. La equidad. La Cooperación Sur-Sur debe ejercerse de un modo tal que sus beneficios (a menudo consistentes en la potenciación mutua de capacidades críticas para el desarrollo) se distribuyan de manera equitativa entre todos los participantes. Este mismo criterio debe aplicarse a la distribución de costos, que deben asumirse de manera compartida y proporcional a las posibilidades reales de cada contraparte.

A comunidade internacional tem a obrigação de corrigir a tese das tendências desfavoráveis e criar as condições em que todas as nações possam desfrutar do bem-estar económico e social, o que significa desenvolver seus respectivos recursos para permitir que a população leve uma vida livre de privação e medo. Paz, progresso e liberdade são comuns e indivisível em um mundo de crescente interdependência. Consequentemente, o desenvolvimento dos países em desenvolvimento irá beneficiar os países desenvolvidos também. Os países em desenvolvimento reiteram que a responsabilidade primária para o desenvolvimento repousa sobre os países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento estão determinados a contribuir a um outro desenvolvimento. (GRUPO DOS 77, 1967, s/p; tradução nossa)¹¹.

De acordo com Amin (2010), houve uma forte resistência por parte das potências ocidentais em relação a esse movimento de não-alinhamento e seu projeto de “ideologia do desenvolvimento”¹², devido a um cenário de crise econômica global que já se descortinava na desde o final da década de 1960. A partir de então, percebe-se uma crise profunda e generalizada do modelo de acumulação capitalista vigente. Essa recessão econômica, cristaliza-se no desemprego estrutural crescente, da sociedade de bem-estar, do modelo de Estado proposto por Keynes, como propulsor da economia e na remodelação de técnicas de organização do trabalho (SILVA, 2009).

Em suma, a crise econômico-financeira de 1970 se deflagra com o fim da conversão da paridade “dólar x ouro”, a ineficiência do modelo fordista, o crescente funcionamento do mercado financeiro paralelo que burlavam as regulamentações nacionais, a volatilidade do capitalismo de papel (comércio de ações, de títulos públicos, de divisas) e, principalmente, com a desagregação e liquidação do Sistema de Bretton Woods (MIRANDA, 2004). Seguindo-se um período de indefinição no sistema monetário internacional, a hegemonia dos EUA, conforme Wallerstein (2004), começou a dar indícios de declínio devido a sua crise

¹¹ The international community has an obligation to rectify these unfavourable trends and to create conditions under which all nations can enjoy economic and social well-being, and have the means to develop their respective resources to enable their peoples to lead a life free from want and fear. In a world of increasing interdependence, peace, progress and freedom are common and indivisible. Consequently the development of developing countries will benefit the developed countries as well. Developing countries reiterate that the primary responsibility for their development rests on them. Developing countries are determined to contribute to one another's development.

¹² De acordo com Amin (2010), “ideologia do desenvolvimento” é definida pelos seguintes elementos: 1) a vontade de desenvolver as forças produtivas, de diversificar a produção, ou seja, industrializando; 2) o anseio de assegurar ao Estado nacional a direção e controle do processo; 3) a certeza que os modelos “técnicos” constituem dados “neutros” que só se podem reproduzir dominando-os; 4) a certeza que o processo não implica uma iniciativa popular, mas apenas o seu apoio às ações do Estado; 5) a certeza que o processo não é fundamentalmente contraditório com a participação nas mudanças no centro do sistema capitalista mundial, mesmo se provoca conflitos momentâneos com ele.

inflacionária, a guerra do Vietnã e o primeiro choque de petróleo, expondo assim os limites do poder estadunidense.

Uma das maiores derrotas militares dos Estados Unidos, a guerra do Vietnã teve início períodos antes, com o apoio logístico e financiamento dado aos franceses, na década de 1950. Tal envolvimento é explicado pela necessidade de expansão permanente do poder hegemônico mundial, e pela rejeição de qualquer tipo de ameaça regional (FIORI, 2004). Não obstante, a derrota em Vietnã não significou apenas “uma derrota militar, ou uma nódoa do prestígio dos Estados Unidos. A guerra desferiu um forte golpe na capacidade de os Estados Unidos continuarem a ser a potência econômica dominante do mundo” (WALLERSTEIN, 2004, p. 26). Os custos foram altos, e o conflito esgotou as reservas de ouro norte-americanas que eram abundantes desde 1945, acarretando em um cenário em que a Europa Ocidental e o Japão experimentavam fortes retomadas econômicas.

Entretanto, o aumento do preço do petróleo pelos países da OPEP, não atingiu com grande impacto a economia estadunidense, devido ao fato desta importar menos de 10% do petróleo do Oriente Médio, diferentemente dos países europeus e do Japão, grandes consumidores e importadores do petróleo daquela região. Essa mudança de preços, tanto das matérias-primas como a dos alimentos, acabou afetando o conjunto das principais economias capitalistas, desestabilizando preços e aumentando a inflação dos países desenvolvidos (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Fora do âmbito da ONU, estabelecido em 1961, o Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe, foi o primeiro do tipo criado por um país em desenvolvimento. Assim, em 1970, seriam criados o Banco de Desenvolvimento Islâmico e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico. Tais iniciativas, em termos de cooperação financeira na África e Oriente Médio, convergem-se no marco central do que foi o primeiro choque do petróleo em 1974. Essencial a essa conjuntura, a criação da Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) é vista como uma expressão da Cooperação Sul-Sul de barganha coletiva do Sul vis-à-vis os países industrializados (LEITE, 2012)

É importante salientar que o aumento de preços foi benéfico para alguns países do Terceiro Mundo, em face do repasse de grandes receitas por parte dos países produtores de petróleos como forma de empréstimos aos países de baixa renda,

[...] ao garantir aos países produtores e exportadores de petróleo receitas extraordinárias (na forma dos chamados petrodólares), boa parte das quais foram transferidas para os países em desenvolvimento na forma de empréstimos a taxas de juros baixas ou mesmo negativas, o choque do petróleo representou um marco fundamental na cooperação financeira entre países em desenvolvimento (LEITE, 2012, p. 17).

Nesse contexto, os países membros do Movimento dos Não-Alinhados, em 1973, apresentam a Carta de Argel, na qual se posicionam contrário a quaisquer conflito no que tange às regiões do Terceiro Mundo. Posto isto, em relação à região do Sudeste Asiático, a Carta celebra os Acordos de Paris o qual considera uma vitória ao povo do Vietnã, condenando a ingerência norte-americana e convidando as demais nações a ajudar na reconstrução do Estado vietnamita. A partir daí, tem-se Conferência de Argel de 1973 a qual estabelece, um ano mais tarde, a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial pela Assembleia Geral (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

Como conjunto de propostas, sobretudo de países do Terceiro Mundo, a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial, tinha como objetivo principal ampliar as instituições da ONU aos países em desenvolvimento e também atingir uma reforma no FMI. Inicia-se, então, o desenvolvimento teórico do conceito de Cooperação Sul-Sul, para posteriormente institucionalizá-lo em âmbito da Organização. A evolução das relações entre os países em desenvolvimento passam a ser cada vez mais institucionalizada pela ONU, deste modo, mecanismos como Movimento dos Não-Alinhados, vão se tornando apenas foros de diálogos e manifestações ideológicas (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

Por outro lado, com o fim do embargo comercial a China e sua aceitação na Organização das Nações Unidas, o modelo chinês de crescimento orientado para a exportação é despontado no cenário internacional. Após a derrota na Guerra do Vietnã, os Estados Unidos decidiram se aproximar da China aplicando ao país a mesma estratégia de “desenvolvimento a convite” ofertada a Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Os fatores de debilidade enfrentados por aqueles na década de 1970, foram condições cruciais que favoreceram a sua aproximação, conhecida como “diplomacia do pingue-pongue” devido ao uso do esporte para a retomada da comunicação entre as duas nações (CATERMOL; CARVALHO, 2015).

No entanto, essa aproximação se deu pelo interesse norte-americano em fortalecer sua hegemonia global, até então abalada pelas crises política e econômica. Posto isto, a China passou gradativamente “[...] a ocupar papel central na estratégia global de empresas

transnacionais até tornar-se a ‘fábrica do mundo’, voltada à produção de manufaturas majoritariamente para mercados maduros” (CISEKI, 2012, p. 72). Como reação dessa aproximação, a URSS buscou atingir sua influência no Terceiro Mundo desencadeando quatorze revoluções ou mudanças bruscas de regime em apenas uma década, todas desfavoráveis aos EUA que viriam a ampliar o desequilíbrio estratégico (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Contudo, percebe-se que além da crise econômica global e tensão da Guerra Fria, a década de 1970 é marcada pela consolidação e o estabelecimento de uma agenda da periferia e “[...] a inserção internacional de um terceiro bloco na ordem internacional da Guerra Fria, contribuindo para o declínio da hegemonia norte-americana” (PEREIRA, MEDEIROS, 2015, p. 16). Como força política, no cenário mundial, o Terceiro Mundo se expressava por meio do Movimento dos Países Não-Alinhados e da ONU. A atuação de organismos especializados na área socioeconômica, cultural e sanitária vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de grande importância para os países em desenvolvimento, são incrementados dentro da Organização, a qual deixava, paulatinamente, de representar um suporte para a política dos Estados Unidos (VISENTINI, PEREIRA, 2012).

Em 1978, na Argentina realizou-se, por meio da UNCTAD um encontro entre 138 países que fortalecia a concepção da Cooperação Sul-Sul, culminando em um Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). Neste documento, o termo “cooperação horizontal”, ganha destaque no que se refere a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. O Brasil é então designado como responsável a promoção da expansão dessa atividade, o que de início se tornou uma importante ferramenta de política externa e da projeção internacional do país (UNOSSC, 2016; RENZIO; GOMES; FONSECA et al; 2013).

2.4 NEOLIBERALISMO COMO ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Os Estados Unidos em face da ascensão de uma cultura do Sul e, especialmente, de sua recessão econômica, têm como reação conservadora a promoção do neoliberalismo como doutrina econômica e política, conformada em uma nova estratégia internacional em busca da manutenção de sua hegemonia global (PEREIRA, MEDEIROS, 2015).

Foi o momento em que perderam a Guerra do Vietnã e se aproximaram da China, abandonaram o regime monetário internacional criado em Bretton Woods e adotaram progressivamente o sistema dólar-flexível e, finalmente desmontaram os controles sobre a circulação internacional dos capitais privados e optaram pela desregulação completa dos mercados financeiros que já vinham apoiando e promovendo onde possível, desde a década de 1960. Uma nova estratégia internacional de escalada na direção do poder global unipolar e imperial, conquistado depois da Guerra do Golfo e da dissolução da União Soviética em 1991 (FIORI, 2004, s/p).

Os neoliberais norte-americanos, representando pelo presidente Reagan (1980-1988), tinham como objetivo deter a hiperinflação, além da crise do Estado produzida pelo fordismo e o intervencionismo. Para isto, acusavam o poder excessivo dos sindicatos, dos movimentos operários e dos gastos sociais do Estado como responsáveis pelo desencadeamento dessa recessão. Assim, de acordo com Miranda (2004), o neoliberalismo tinha como modelo um Estado que conduziria a uma estabilidade monetária, uma disciplina orçamentária, criação de um exército de reserva (desempregados), reformas fiscais e a diminuição dos impostos. Em suma, as empresas estatais e os serviços públicos deveriam ser privatizados em conjunto com uma série de medidas que diminuiriam a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. Em termos políticos, verifica-se a emergência de um liberalismo mais radical, sob a roupagem de um neoliberalismo. O discurso neoliberal consiste, portanto “[...] numa apologia do mercado e numa crítica feroz à intervenção do Estado na economia. O mercado teria uma superioridade econômica, e mesmo política e moral, em relação ao Estado (GUHUR; SILVA, 2009, p. 85)”.

Por conseguinte, a década de 1980 foi marcada pela expansão do neoliberalismo às demais nações ocidentais capitalistas. A desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas nacionais e o aumento da competitividade internacional se tornaram, de imediato, os objetivos primordiais das políticas econômicas adotadas por esses países (SANTOS, 1999). A partir disso, reestrutura-se um novo sistema monetário internacional como consequência das medidas neoliberais adotadas pelo banco norte americano. Ou seja,

[...] o Federal Reserve – FED, elevando brutalmente a taxa de juros, no final de 1979, acaba por criar o padrão dólar-dólar, ou dólar auto referenciado, desvinculado de lastro. A hegemonia americana e a dominância financeira saem, por conseguinte, fortalecidas [...] No rastro da economia americana, elevam-se as taxas de juros nos principais países do capitalismo central (precipitando a crise da dívida do Terceiro Mundo) (GUHUR; SILVA, 2009, p. 81-82).

Diante disso, os países do Terceiro Mundo são pressionados politicamente a adotar a doutrina neoliberal. Essa pressão sobre os países do Terceiro Mundo tem seu marco com o Consenso de Washington, em 1988, instrumento que buscou orientar os governos periféricos a adotar reformas econômicas neoliberais em detrimento de suas grandes dívidas e recessão econômica. Conforme Bresser-Pereira (1991), a abordagem de Washington em relação aos países do Terceiro Mundo, com destaque a América Latina, era de que o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), crescimento do déficit público, excesso de empresas estatais, entre outros aspectos correspondentes ao modelo desenvolvimentista presente naquele grupo de países, seriam as causas da estagnação econômica que assolou aquelas nações na década de 1980.

Sem alternativas e em contexto de final de Guerra Fria com a iminência da possível unipolaridade estadunidense, o neoliberalismo passou a ascender como doutrina econômica e política em boa parte das nações em desenvolvimento,

No Terceiro Mundo, as democracias liberais instaladas de cima para baixo na década de 1980 buscaram mediatizar o descontentamento popular através de governos eleitos contra a política do Fundo Monetário Internacional, que se transformara em seguida em aplicadores ortodoxos dessas políticas, praticando uma espécie de “golpe de estado eleitoral” (SANTOS, 1999, p. 122).

Entende-se que as prescrições políticas e econômicas emitidas pelos Estados Unidos, como se refere ao Consenso de Washington, foram forçadas em nações em desenvolvimento a nível internacional por meio do uso de condições de crédito e pacotes de ajuste estrutural do FMI e Banco Mundial. A maioria das nações que seguiram o conselho do FMI passou a vivenciar profundas crises econômicas, com o aumento da dívida externa e a estagnação econômica que perpetuou a pobreza sistêmica (BEDER, 2009).

Além dessa conjuntura econômica, durante a década de 1980, os países da periferia se defrontavam com um obstáculo para a promoção de uma ação coletiva. Assim, a heterogeneidade do grupo se reflete na falta de consonância de atuação externa de alguns países, no que tange ao apoio a consolidação de uma agenda internacional dos países em desenvolvimento. Posto isto, países semiperiféricos como China, Índia e Brasil passaram a atuar dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, afastando-se da ideia de se posicionar como

líderes do Terceiro Mundo. A China ao estabelecer aliança com os EUA a fim de promover o crescimento de sua economia, contribui então com o empreendimento norte-americano à contrabalancear o poder da União Soviética (PEREIRA, MEDEIROS, 2015).

Ademais, mesmo com os avanços, em âmbito multilateral, da cooperação técnica e econômica, nesse momento, ainda perduravam limitações à eficácia de a Cooperação Sul-Sul se concretizar como estratégia de redefinição da divisão internacional de trabalho e de industrialização. Barreiras físicas, tecnológicas institucionais e financeiras eram, ainda, impedimentos para que esses países do Terceiro Mundo atendessem as demandas mútuas por bens intermediários e de capital. Ademais, estes desafios se tornaram mais profundos na década de 1980 com a recessão econômica que parte dos países latino-americanos e africanos passaram a vivenciar (LEITE, 2012).

Nos anos 1980 e anos 1990 percebe-se, portanto, uma fase de desmobilização da Cooperação Sul-Sul por parte dos países do Terceiro Mundo. A exceção da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, em 1981, na cidade de Caracas, na qual foi estabelecido um programa de ação para o fomento a cooperação econômica, não foi registrado, nesse período, ações de cooperação importantes entre países em desenvolvimento, nem eventos com grande relevância para a área (SANTOS; CERQUEIRA, 2015).

A razão desse declive se deve a crise da dívida externa daqueles países em conjunto com a retração da participação dos governos latino-americanos, em processo de transição democrática, no cenário internacional. De igual modo, a substituição do modelo de Estado nacional desenvolvimentista pelo modelo neoliberal, levou os países do Sul a competirem entre si pela recepção de Investimento Estrangeiro Direto (LEITE, 2012). Assim, com o abandono da concepção do Estado como motor para o desenvolvimento, interrompe-se um processo de mais de décadas de mobilização conjunta, pelos países do Sul, no intuito de atingir uma reforma de ordem econômica mundial que se levasse a cabo a projeção do desenvolvimentismo.

Duas décadas antes da introdução do Consenso de Washington, o regime de gastos e bem-estar social era visto com aprovação e o rendimento (medido pelo PIB médio per capita) cresceu 73 por cento na América Latina e 34 por cento na África. Nas duas décadas seguintes, como o Consenso de Washington foi aplicado para a maioria das nações da África e América Latina, os rendimentos na África

diminuíram em 23 por cento e as economias latino-americanas cresceram apenas 6 por cento (BEDER, 2009, p. 4; tradução nossa)¹³.

Com a *glasnost* e a *perestroika*¹⁴, o movimento democratizador, antiburocrático e antiestatista na Europa Oriental e na União Soviética (URSS), terminou sendo influenciado pela doutrina neoliberal. A partir de então, no final da década de 1980 e início de 1990, a Guerra Fria tem seu fim com a dissolução da URSS e a queda do muro de Berlim (1991) (VISENTINI; PEREIRA, 2012; SANTOS, 1999).

Esse acontecimento abriu capítulo a um cenário de várias especulações a um mundo que se emergiria, ou seja, diversas previsões e análises surgem no intuito de buscar uma interpretação a nova conformação do sistema internacional. Em geral, essas discussões tentaram definir a ordem internacional, de modo a saber se esta estaria se tornando unipolar, mantendo uma hegemonia norte-americana, ou se estava se configurando e um sistema de vários polos de poder, isto é, numa multipolaridade (SILVA, 2009).

Por fim, com a queda da União Soviética, a existência do movimento terceiro-mundista passa a ser questionável visto que a sua busca de autonomia diante da disputa bipolar, questão central do conceito Terceiro Mundo, deixa de existir com o surgimento de uma nova configuração do sistema internacional (LEITE, 2012).

2.5 CRISE NEOLIBERAL E A RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO: O CENÁRIO DO RESSURGIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E DA CONFORMAÇÃO DOS BRICS

Somente no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 é quando ressurgem o movimento de Cooperação Sul-Sul como reflexo da insatisfação com os impactos sociais dos programas neoliberais de ajuste estrutural e a emergência de governos progressistas em

¹³ In the two decades before the introduction of the Washington Consensus government, spending and welfare schemes were looked on with approval and the income (as measured by mean GDP per capita) grew by 73 percent in Latin America and 34 percent in Africa. In the following two decades, as the Washington Consensus was applied to most nations in Africa and Latin America, incomes in Africa declined by 23 percent and the Latin American economies only grew by 6 percent.

¹⁴ Conforme Visentini e Pereira (2012), em 1985, Mikhail Gorbachev sobe ao poder no Kremlin, assim, lança as políticas reformistas da *Glasnost* (transparência) e da *Perestroika* (reestruturação). Ou seja, democratização política e eficiência econômica fundamentada na descentralização, formação de um setor mercantil e associação ao capital estrangeiro em alguns setores de produção.

diversos países do Sul. A recuperação econômica de muitos desses países, resultado das oportunidades de investimentos que esses mercados passaram a oferecer, contribuiu para fortalecer esse tipo de relações e, sobretudo, para questionar o modelo neoliberal de desenvolvimento (LEITE, 2012; LIMA, 2005).

Nesse contexto, a região do Leste Asiático passa a vivenciar um período de milagre econômico¹⁵. Os países da antiga União Soviética, com destaque a Rússia, em face da recuperação de sua estabilidade nacional, passam a atrair grande volume de capital internacional, por meio de investimentos estrangeiros. A América Latina, após a ascensão de governos progressistas consegue reanimar sua economia, com destaque ao Brasil. Entretanto, os países africanos, forçados por dívidas externas a continuarem adotando ajustes neoliberais foram, praticamente, ignorados nas discussões dos grupos de investimentos associados aos mercados emergentes, com exceção da África do Sul (KLAK; JACKIEWICZ, 2002).

Por conseguinte, o surgimento de novos polos de poder termina por influenciar numa mudança no balanço de poder implicando, dessa maneira, a criação de novos arranjos políticos. Assinala-se a esse panorama, recorrentes crises financeiras, em face de iminência da insuficiência do neoliberalismo, a emergência de novos focos econômicos, com destaque a China, em contraste ao declínio do epicentro do sistema mundial, como os Estados Unidos e a Europa, entre outros processos (PAUTASSO; IANKOWSKI, 2013).

O início da crise do neoliberalismo tem como principal fator responsável o excesso de crédito, nomeadamente o “excesso de liquidez”, nos primeiros anos do século XXI. Esse excesso de crédito no mercado internacional, conforme Silva (2010), surge como consequência da liberdade, cada vez maior, dada aos bancos pelos órgãos fiscalizadores em realizar operações da maneira lhes fossem conveniente.

Nesse contexto, no início dos anos 2000, tornava-se claro aos governos dos países em desenvolvimento que a matriz neoliberal estava em crise e reorientação. Embora, sem retomar o discurso de Terceiro Mundo, ocorreu um empenho por parte desses países em recuperar a ideia de que o sistema internacional está condicionado por assimetrias que conduzem a uma distribuição desigual de poder, principalmente nas negociações comerciais. Essa crítica a

¹⁵ O sucesso econômico da Ásia corrobora com sua visão de mundo mais coesa, além de assumir sua defesa em relação a outros modelos. Nesse sentido, com uma visão distinta de direitos humanos, englobando os direitos econômicos e sociais, os países asiáticos buscaram evitar interferências externas em assuntos internos. Essas nações, por esta ideia, procuraram uma maior aproximação com seus vizinhos à medida que abandonam as relações com as antigas metrópoles coloniais (SILVA, 2009).

globalização assimétrica, se concretiza no retorno de uma nova matriz política com contornos “neodesenvolvimentistas” (SILVA, 2009).

As dificuldades nas negociações multilaterais e a crise do sistema financeiro internacional são [...] eixos centrais na crise do modelo neoliberal e da visão “kantiana” das relações internacionais. [...] desde a criação da OMC, em 1995, até 2000, 90% dos julgamentos foram favoráveis aos países ricos. [...] (SILVA, 2009, p. 127).

Em vista desta situação, conforme Leite (2012), resgata-se a articulação entre países em desenvolvimento, no âmbito da OMC, em prol da quebra de patentes de medicamentos antirretrovirais e da abertura comercial dos países desenvolvidos para os produtos agrícolas (G-20).

Fora do âmbito da OMC, essa nova fase de Cooperação Sul-Sul é marcada pelos esforços dos países em desenvolvimento na busca de modelos alternativos de desenvolvimento e pela emergência de coalizões, como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), em 2003, e as Cúpulas birregionais ASA (América do Sul – África) e ASPA (América do Sul – Países Árabes). A convenção do grupo econômico Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) é posterior à formação do IBAS, da ASA e da ASPA, mas segue os mesmos princípios, ou seja, surge antes para complementar a governança global do que para competir com ela (LEITE, 2012).

Posto isto, a nova estrutura do sistema capitalista, com a inclusão de países em desenvolvimento dentro da economia política internacional pelos organismos da ONU, desponta-se como um cenário propício a criação do BRICS. Apesar da notável influência regional desses países, conceber o grupo décadas antes parecia inviável, em vista das dificuldades internas que cada país enfrentava e da ordem política e econômica imposta pelos EUA e as demais potências europeias, o núcleo duro do poder econômico. Como potências regionais, os países do BRICS passam a assumir esforços com o escopo de alcançar reformas em instituições financeiras e políticas do âmbito internacional (REIS, 2012).

O BRICS, por essa perspectiva, se conforma como arranjo de caráter reformista da ordem mundial, no qual se objetiva alcançar novas soluções e formas de cooperação para lidar com problemas relacionados ao tema de desenvolvimento (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). A partir de então, os países da semiperiferia, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do

Sul passam a atuar cada vez mais sintonizados com a periferia e entre si. Porém, faz-se necessário entender como surge o próprio conceito BRICS e sua histórica de consolidação como bloco político-diplomático nos últimos anos, para que, com base nisso se possa compreender como o grupo se insere no âmbito multilateral da governança global, construindo uma imagem de países “reformistas” da agenda neoliberal e representantes do mundo em desenvolvimento.

3 A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO BRICS E SUAS IMPLICAÇÕES À GOVERNANÇA GLOBAL

Nos últimos anos, vem se tornando cada vez menos estável a ordem internacional imposta pelos Estados Unidos, quase três décadas após o colapso soviético. Nesse cenário, os EUA se veem acometidos por uma grave crise econômica, simultaneamente, desgastados com suas políticas travadas por guerras, como a do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003, com o anseio de combate ao terrorismo (HOBSBAWM, 2011). A globalização e sua liberalização comercial forjaram um mundo onde os blocos e associações econômicas são uma realidade emergente, principalmente com o desaparecimento de uma ameaça potencial à paz mundial, desta forma “[...] essa dupla tendência está tornando os Estados Unidos uma superpotência relativamente dispensável tanto em termos político-militares como econômicos, [...]” (VIZENTINI, 2004, p. 136).

Em complemento, Hobsbawm (2011) aponta que a “política megalomaniaca dos Estados Unidos” (p. 51), na esteira do combate ao terror, teria sido a principal responsável pela desestabilização do seu modelo de influência hegemônica no século XXI. Sendo assim,

A força militar dá relevo à vulnerabilidade econômica do país, cujo enorme déficit comercial é compensado pelos investidores asiáticos, [...] dá relevo também ao poderio econômico relativo da União Europeia, do Japão, da Ásia Oriental e mesmo do bloco organizado de produtores primários do Terceiro Mundo (HOBSBAWM, 2011, p. 51).

Por esta perspectiva, o início do século XXI se caracteriza pela iminência da demanda por uma liderança global no cenário internacional, conseqüente da incapacidade dos EUA e das demais potências tradicionais de gerar novos paradigmas de ordem. “[...] o mundo mudou estruturalmente, mas nossos sistemas de gestão de assuntos globais não se adaptaram.” (MAHBUBANI, 2011; tradução nossa)¹⁶. Esse contexto de mundo à deriva, propicia o espaço para a conformação de novas instâncias de articulação e de coordenação entre os países em desenvolvimento, como o IBAS, ASPA e o BRICS, classificados como de Cooperação Sul-Sul.

¹⁶ [...] the world has changed structurally, yet our systems for managing global affairs have not adapted.

Todavia, o acrônimo BRICS não possui origem na articulação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em âmbito de Cooperação Sul-Sul. Este conceito possui um histórico de mais de uma década, tendo seu marco inicial no trabalho do economista Jim O'Neill (2001) intitulado *Building Better Global Economic BRICs* que ganha destaque pelas perspectivas de crescimento econômico dadas ao Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs denominado pelo O'Neill ou BRIC título evidenciado nos documentos do grupo como entidade política-diplomática, ainda sem a presença da África do Sul), e o possível impacto econômico e político que essas nações gerariam no ambiente internacional dos próximos anos.

Assim, até 2006, quando ocorreu o primeiro encontro informal entre os chanceleres do BRIC, acadêmicos, jornalistas e políticos de várias regiões do mundo, influenciados por essas prospectivas, afirmavam que esses países representavam uma mudança na ordem global. A partir de então, os governos dos quatro países, assumiram, de forma articulada, o papel que grande parte do mundo já lhes atribuía (RIBEIRO; MORAES, 2012). Posto isto, em 2008, contexto de crise financeira global, Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) se reúnem pela primeira vez de maneira formal, na Cúpula de Ecaterimburgo, iniciando um processo de encontros e reuniões que vem ocorrendo até os dias atuais.

Desta maneira, as nações do BRIC cientes da falta de representatividade e legitimidade das instituições tradicionais, iniciam uma articulação entre si com a proposta de exercer um complemento da governança global. Nesse ponto é importante ressaltar o conceito de governança global, produzido em diversos campos da ciência, e que ganha seu destaque nas relações internacionais, sobretudo, pela corrente institucionalista liberal. Deste modo, a governança global se refere à criação de regras e exercício de poder a uma escala global, sem a necessidade de acordo geral de entidades autorizadas para agir. Uma vez que não existe um governo global, a governança global envolve interações estratégicas entre entidades que não são organizadas em hierarquias formais (KEOHANE, 2002). Assim, governança global abrange autoridades públicas e privadas que possuem a capacidade de afetar os processos transnacionais a partir da promulgação de regulamentos, normas do direito internacional e estabelecimento de regimes internacionais (COX, 1996).

Portanto, a governança global da ordem atual está assentada nas instituições criadas após a Segunda Guerra Mundial, conformadas pelo neoliberalismo. Para isto, os Estados

Unidos representam os líderes dessa governança, acompanhado pelos demais países do G-7¹⁷, os quais possuem prioridade às tomadas de decisões nos mais importantes órgãos internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU, e nas principais organizações econômicas e financeiras, como a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Sendo então, nessa conjuntura em que as críticas do BRICS se insere ao tratar especificamente da necessidade de reforma na governança global.

Este capítulo tem como objetivo abordar a criação, formação e evolução do BRICS, desde seu acrônimo de mercado financeiro a sua convenção como bloco político-diplomático. Para isto será estudado tanto as pesquisas realizadas por Jim O’Neill, como as declarações e documentos de ações produzidos por meio dos encontros oficiais do grupo. A partir dessas explicações, busca-se analisar o papel do BRICS no que tange a sua proposta de reforma na governança global, evidenciando seus desafios e objetivos desde uma perspectiva da economia internacional. Por fim, tem-se a reflexão sobre como o BRICS pode influenciar na construção de uma nova ordem internacional.

3.1 ANTECEDENTES: DE ACRÔNIMO DE MERCADO À FORMAÇÃO DE UM BLOCO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

O acrônimo BRICS, distinto de outros conceitos que influenciaram na economia e na política internacional como o de Terceiro Mundo, por Alfred Sauvy e de “países subdesenvolvidos” de Yves Lacoste, não possui origem na comunidade acadêmica. Com o objetivo de visualizar oportunidades no mercado financeiro de 2001 a 2011, o grupo de investimentos, Goldman Sachs, foram os responsáveis pela criação do seu acrônimo antecessor, os BRICs, sem a presença da África do Sul. Nesse sentido, Jim O’Neill (2001) buscava mostrar uma previsão de que algumas economias de mercados emergentes apresentariam maior crescimento econômico em comparação aos países do G-7.

“Nós estamos prevendo o crescimento do PIB mundial em 1,7% em 2002 com Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs) cada um a crescer novamente mais do que o G-7” (O’NEILL, 2001, p. 3; tradução nossa)¹⁸. O economista-chefe da Goldman Sachs, previa um considerável

¹⁷ Grupo composto pelos principais Estados de economia desenvolvida e industrializada sendo eles: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Itália, França, Japão e Reino Unido. Segundo Silva (2013), O grupo se reúne desde 1976 para discutir as principais questões relacionadas à economia mundial e possui forte influência no rumo das economias dos demais países da esfera internacional.

¹⁸ We are currently forecasting 1.7% world GDP growth in 2002 with Brazil, Russia, India and China (BRICs) each set to grow again by more than the G7.

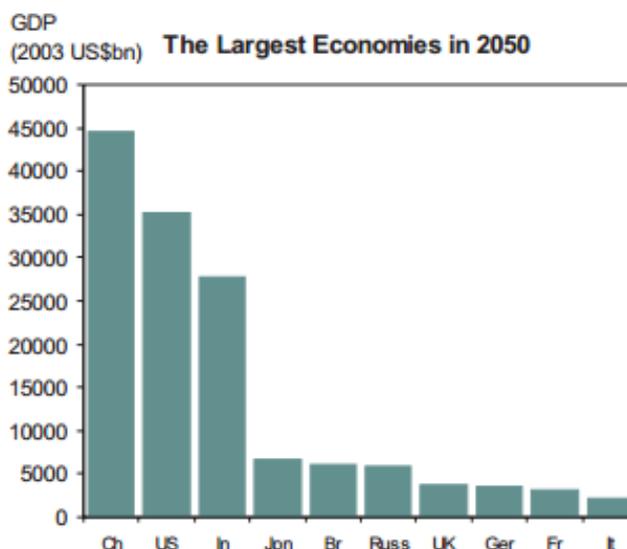
crescimento desses países, sobretudo da China, trazendo questionamentos sobre os impactos das políticas monetária e fiscal dos países BRICs no sistema interestatal. Com o escopo de apresentar tais considerações, O'Neill (2001) traça quatro cenários em que se comparavam as economias dos BRICs e do G-7.

Figura 2 – Os quatro cenários de crescimento e posição econômica para os BRICs e o G-7 entre 2001 e 2011.

Country	Current GDP		PPP		Scenarios							
					A		B		C		D	
USA	1	33.1	1	24.0	1	34.2	1	32.5	1	31.5	1	26.5
Japan	2	15.8	3	8.0	2	11.0	2	10.5	2	9.7	3	7.3
Germany	3	6.3	5	5.0	3	6.1	3	7.7	3	6.6	4	5.6
UK	4	4.7	7	3.4	5	4.6	5	4.8	5	5.2	8	3.6
France	5	4.3	6	3.5	6	4.2	4	5.3	6	4.5	6	3.9
China	6	3.6	2	12.6	4	5.6	5	4.8	3	6.6	2	16.1
Italy	7	3.6	8	3.4	7	3.5	7	4.4	7	3.8	7	3.8
Canada	8	2.3	11	2.2	10	2.4	9	2.3	10	2.1	10	2.5
Brazil	9	2.0	9	2.9	9	2.5	8	2.5	8	3.0	9	3.2
India	10	1.6	4	5.1	8	2.6	10	1.2	8	3.0	5	5.4
Russia	11	0.8	10	2.7	11	1.3	11	0.6	11	1.6	11	2.3

Fonte: O'NEIL, 2001, p. 7.

Destaca-se o desempenho chinês, que na previsão sob o cenário C chegaria à condição de terceira ou até mesma a segunda economia mundial. A partir de então, foram realizados vários estudos pelo *Goldman Sachs Economic Research* e em 2003 é publicado o artigo *Dreaming with BRICs: the path to 2050* (WILSON, PURUSHOTHAMAN, 2003), no qual mostra a previsão da evolução da renda *per capita* e dos movimentos de capital nos países dos BRICs. Além de trazer várias tabelas mostrando previsões para o decênio de 2050, tem-se como destaque o gráfico onde apresenta uma projeção das maiores economias do mundo:

Figura 3 – Projeção das maiores economias em 2050.

Fonte: WILSON, PURUSHOTHAMAN, 2003, p. 4.

Nesse documento, as projeções de 2025 indicam que o PIB das economias dos BRICs seriam superiores a metade do PIB (em valores nominais) dos países do G-6¹⁹. Esse crescimento potencial dos países do primeiro grupo tomaria grande espaço entre as maiores economias do mundo, figurando somente os Estados Unidos e o Japão entre as seis primeiras colocações.

Corroborando com as expectativas do Goldman Sachs, os BRICs contribuíram com 28% do crescimento mundial em valores nominais, entre 2000 e 2005²⁰, a partir de então novas publicações contendo análises e projeções acerca da ascensão dos BRICs e sua influência no crescimento econômico mundial surgiram (SILVA, 2013).

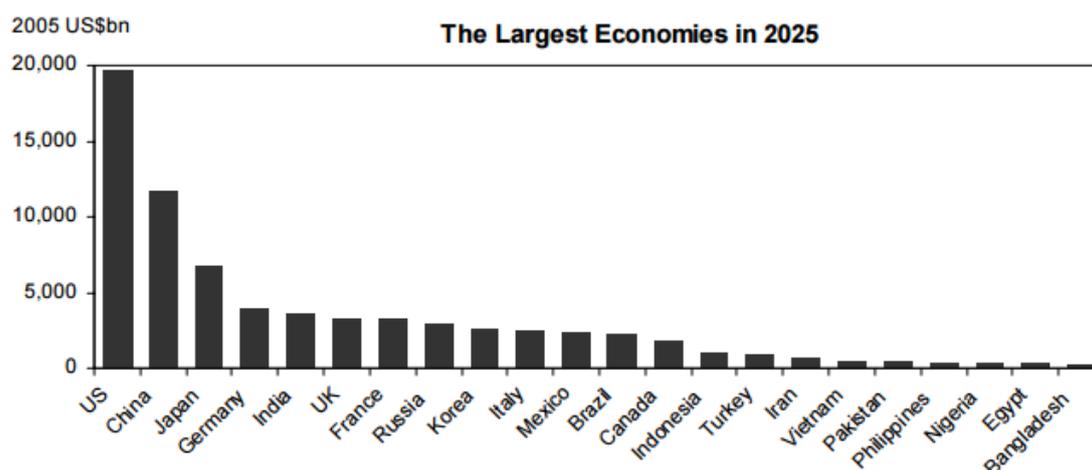
Desses novos estudos, o *How solid are the BRICs?* (O'NEILL; PURUSHOTHAMAN; WILSON *et al.* 2005), constata o México e a Coréia do Sul como os países que a longo prazo alcançariam o mesmo potencial de crescimento que os BRICs. Assim, os autores propõem a ideia de incluir esses dois Estados no grupo, em função de seus bons indicadores de décadas

¹⁹ Essas projeções passaram a excluir os países desenvolvidos cujo o PIB não correspondesse ao valor mínimo de US\$1 trilhão o que na prática terminou por excluir o Canadá do G-7.

²⁰ Dados para o PIB nominal desses países durante 2001 e 2006 do Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?page=1&order=wbapi_data_value_2007%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-first&sort=asc&display=default.%3E>.

anteriores e nas projeções realizadas pelo Goldman Sachs para seu crescimento econômico nos próximos anos²¹.

Figura 4 – Projeção das maiores economias em 2025



Fonte: O'NEILL; PURUSHOTHAMAN; WILSON *et al.* 2005, p. 8.

Não obstante, apesar da perspectiva de crescimento econômico, o México e a Coreia do Sul não são incluídos entre os BRICs, em razão de estes se encontrarem um nível mais elevado de desenvolvimento por suas rendas *per capita*²² e também por ambos estarem participando da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, ainda pesaria, no caso do México, o fato de não possuir grandes dimensões territoriais ou autossuficiência (SILVA, 2013).

A história dos BRICs não é simplesmente sobre o sucesso do crescimento de países em desenvolvimento. O que faz com que os BRICs sejam especiais é o fato deles possuírem a escala e a trajetória de desafiar as grandes economias em termos de influência no mundo econômico. Olhando por meio do mundo em desenvolvimento hoje, as nações dos BRICs se destacam, claramente, tanto por seu tamanho econômico quanto em seu tamanho demográfico. [...] Claro, isso não quer dizer que

²¹ Outros pesquisadores apontavam para versões diferente do acrônimo, como BRICSAM ou BRIC plus, inspiradas na classificação de O'Neill (HERZ; LAGE, 2013).

²² Silva (2013) mostra que mesmo com o potencial de crescimento econômico, os BRICS não ultrapassaram o G-6 em termos de PIB *per capita*, o que faria com que as nações com maior PIB na época não fossem as mais ricas. Nesse sentido, as projeções da Goldman Sachs evidenciam uma evolução diferente do PIB e do PIB *per capita*, o que contribui na compreensão da percepção que os analistas tiveram acerca do *status* dos países que se cogitaram incluir nos BRICs.

não veremos outras importantes histórias de sucesso de crescimento fora do BRICs – e esperamos – mas não com a escala para se coincidir com os BRICs. Nosso documento em 2003 incluiu uma projeção de crescimento a longo prazo semelhante para a África do Sul, em que encontramos o crescimento real do PIB, em média, cerca de 3,5% ao longo do período de projeção. [...] No entanto, verificou-se que em 2050 o PIB da África do Sul seria muito menor do que o menor dos BRICs, o que torna difícil para o país se tornar um peso de influência na economia global. (O'NEILL; PURUSHOTHAMAN; WILSON *et al.* 2005, p. 7; tradução nossa)²³.

A partir dessa constatação, torna-se claro que antes da África do Sul se tornar membro do grupo, em 2011, o Goldman Sachs rechaçava a possibilidade de um BRICS. Entretanto, em meados do ano de 2006, algo imprevisível pela mesma instituição estava por acontecer: o início de uma articulação política à margem da ONU com vista à conformação dos quatro países em uma entidade política informal (REIS, 2012).

Nesse sentido, quando surgiu o conceito dos BRICs em 2001 não havia alguma indicação da possibilidade ou viabilidade para que os quatro países constituíssem um bloco político-diplomático. Em torno dessa época, com o sucesso das projeções de potencial crescimento do Brasil, Rússia, Índia e China, apresentado pelo Goldman Sachs acompanhado por uma elevada popularidade do termo BRICs, os governos desses países se viram, portanto, frente à oportunidade de usar o acrônimo como instrumento em prol de seus interesses políticos e econômicos (RIBEIRO; MORAES, 2012).

Desta forma, Flôres (2015) enfatiza que a formação do BRICS como grupo de articulação política e econômica possui um caráter *sui generis*, o qual para sua compreensão se faz necessário “esquecer” os antigos modelos de explicação de processos de integração ou associação internacional. Assim, sublinha-se que apesar das divergências econômicas, históricas, culturais e geográficas dos cinco países, a decifração do BRICS torna-se mais compreensível à luz de um fator básico e comum: que cada país tem algo a ganhar com sua participação no processo.

²³ The BRICs story is not simply about developing country growth successes. What makes the BRICs special is that they have the scale and the trajectory to challenge the major economies in terms of influence on the world economy. Looking across the developing world today, the BRICs nations clearly stand out on both their economic and demographic size. [...] Of course, this is not to say that we will not see other important growth success stories outside of the BRIC - and we expect to - but not with the scale to match the BRICs. Our 2003 paper included a similar long-term growth exercise for South Africa, in which we found real GDP growth to average roughly 3.5% over the projection period. [...] however, we found that by 2050 South Africa's GDP would be much smaller than the smallest BRIC, making it difficult for the country to become a global economic heavyweight.

Quando o Brasil, Rússia, Índia, China (e posteriormente a África do Sul) reivindicam maior poder em instituições multilaterais, os líderes desses países passam a fortalecer suas posições ao assinalar sobre elas o símbolo BRICS. Nesse sentido, segundo Ribeiro e Moraes (2012), o peso da reivindicação passa a ter origem não somente da força dos países em seus aspectos unitários, ou mesmo do grupo, mas sobretudo do símbolo BRICS, utilizando-o como instrumento que confere maior legitimidade às propostas de reforma do sistema internacional. Portanto, considera-se essencial rever a evolução do grupo desde a Cúpula em Ecaterimburgo, na Rússia, em 2009, oportunidade na qual o conceito passa a ser incorporado na política externa de todos os Estados, adequando-se, assim à imagem que cada país buscava projetar de si próprio junto ao cenário internacional.

3.2 DE ECATERIMBURGO A UFÁ: O TRAJETO DA FORMAÇÃO DO BRICS

A coordenação entre os países do BRIC se iniciou de maneira informal em 2006, no almoço de trabalho, em ambiente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), liderada pela Rússia. Em 2007, o Brasil encabeçou a segunda reunião informal, a qual houve o consentimento em aprofundar o diálogo entre os países, culminando no estabelecimento de data da próxima reunião, sobretudo de caráter formal, a ser realizada em 2008. Assim, nesse ano, ocorreu a primeira reunião formal entre os Chanceleres na cidade de Ecaterimburgo, Rússia. Posterior a este encontro, o acrônimo BRICs, antes caracterizado como uma identidade econômica com potencial de crescimento ao mercado financeiro, passa a ser associado a uma nova entidade política-diplomática²⁴ (FONSECA, 2012; REIS, 2012).

Destacam-se os seguintes pontos de consenso entre os países do BRIC, acordados no Comunicado em Conjunto da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores em Ecaterimburgo, 2008: fortalecimento das perspectivas de diálogo entre o BRIC, em enfoques coincidentes ou semelhantes em relação aos problemas do desenvolvimento global; reafirmação do compromisso em trabalhar de maneira conjunta e com outras nações a fim de fortalecer a estabilidade internacional e garantir iguais oportunidades de desenvolvimento para todos os países; constatação da necessidade de uma reforma da Organização das Nações Unidas, com vistas a torná-la mais eficiente para que possa lidar com os atuais desafios globais

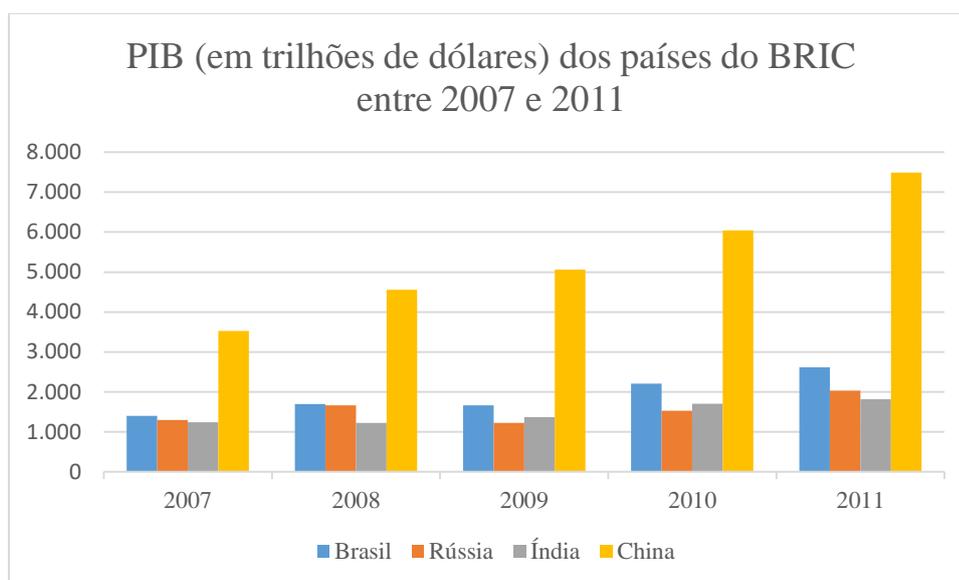
²⁴ A criação dessa entidade não se dá por recomendação de Ministros das Finanças respectivos àqueles países, mas por iniciativa do diplomata brasileiro Celso Amorim e Chanceler da Rússia Sergey Lavrov (REIS, 2012).

de maneira eficaz; ainda, os Ministros da Rússia e da China reiteraram que seus países atribuem importância a posição da Índia e do Brasil no cenário internacional, compreendendo as aspirações desses dois países em desempenharem papel de maior relevância dentro da Organização; enfatizou-se que a Cooperação Sul-Sul é elemento importante dos esforços internacionais no campo do desenvolvimento (BRASIL, 2008).

Nesse primeiro encontro são estabelecidas as áreas de atuação nas quais o BRIC, por meio do reconhecimento mútuo, se propõe trabalhar conjuntamente. De igual modo é assumido pelo grupo a continuação do diálogo por meio de um Reunião Ministerial Independente do BRIC que se realizaria na Índia em 2009 (BRASIL, 2008). Ademais, ainda em 2008, realizou-se em São Paulo o primeiro Encontro de Ministros de Finanças do BRIC, recomendado pelo Brasil na reunião de Chanceleres de Ecatimburgo. Assim, antes da quebra do banco Lehman Brothers, e portanto da crise financeira mundial, os países do grupo já trabalhavam em uma agenda econômica conjunta (REIS, 2012).

Desta forma, a crise mundial de 2008 teve como efeito a intensificação da percepção de que os Estados Unidos, mesmo com o auxílio da União Europeia, perderam a capacidade de governança global. Nessa conjuntura de graves consequências aos mercados de capitais das principais economias capitalistas, a resistência econômica do Brasil, China, Índia e Rússia, frente à crise, passa a ser destacada junto ao crescimento do poder relativo do grupo no sistema internacional (SILVA, 2012).

Nesse contexto de plena crise internacional é formado o G-20 financeiro, como foro de discussão entre os importantes países em desenvolvimento e os demais países desenvolvidos. Incluem-se o BRIC e outros Estados em desenvolvimento ao G-7, no intuito de construir um cenário de soluções aos impasses dentro da OMC, FMI e outras importantes instituições de governança global. Embora seja marcado por desencontros de posicionamentos e pela falta de representatividade regional, o Grupo dos 20 surge como uma âncora para assegurar a estabilidade econômica, sustentabilidade, crescimento futuro e como plataforma de diálogo entre o BRIC e as maiores economias do mundo (BAUMANN, 2012).

Gráfico 1 – O PIB anual dos países do BRIC entre 2007 e 2011

Fonte: Banco Mundial 2016. Elaborado pelo autor.

Como pode ser visualizado no gráfico, o PIB dos países do BRIC em 2009 começa a dar sinais de retorno a seu crescimento econômico. Assim, neste mesmo ano, ocorreu a Primeira Cúpula em Ecatimburgo na qual os países discutiram a situação da economia mundial da época, o tema do desenvolvimento global e também as perspectivas para o maior aprofundamento da colaboração entre os seus Estados. No documento de conclusão da Cúpula, a Declaração Conjunta (2009), destacam-se as seguintes constatações: o reconhecimento do papel central das Cúpulas do G-20 para a solução da crise financeira; condenação ao terrorismo; comprometimento em realizar avanços de reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial, além da necessidade de um sistema monetário estável; reconhecimento de esforços para providenciar recursos financeiros líquidos para os países mais pobres frente a crise global; fortalecimento da coordenação e da cooperação entre os Estados do grupo no campo da energia e da eficiência energética; defesa do modelo de desenvolvimento sustentável; comprometimento em promover um avanço entre os países do grupo em áreas de interesse social, acadêmico e científico; e apoio mútuo a construção de uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa (BRASIL, 2009).

Observa-se que o BRIC desenvolve e delinea suas propostas iniciais, concebidas no encontro de Chanceleres em 2008, no que tange ao comprometimento coletivo em se

empenhar por uma reforma do sistema internacional, de maneira a refletir as mudanças da economia global. Ao se posicionarem como agentes construtores de uma ordem multipolar, os países reiteraram a necessidade de prover ajuda aos demais países em desenvolvimento e, sem romper radicalmente com a ordem pré-estabelecida, condenaram qualquer forma de terrorismo e reconheceram a importância do diálogo dentro do G-20 à solução da crise financeira mundial. Além disso, toma-se por parte do grupo um maior comprometimento em potencializar a cooperação intra-BRIC na área comercial, energética, social e científica. Deste modo, conforme Reis (2012), o Brasil se propõe a sediar em Brasília o próximo encontro, após detectar certa hesitação à organização de uma nova cúpula do BRIC.

Assim, na Segunda Cúpula do BRIC, em 2010, houve o aprofundamento das propostas políticas e econômicas até então levantadas pelo grupo. Posto isto, no Comunicado Conjunto, os Chefes de Estado e de Governo enfatizaram, com notoriedade: a afirmação de que o mundo está passando por transformações e que isso corresponde a necessidade de transformação na governança global, apoiando assim a ideia de uma ordem mundial multipolar, equitativa e democrática; congratulação a confirmação do papel do G-20 como o principal fórum de coordenação econômica, defendendo a necessidade deste ser proativo e formular uma estratégia coerente para o período pós-crise; reconhecimento da necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficaz, eficiente e representativa; fortalecimento do compromisso à cooperação e ao diálogo ampliado entre os países do BRIC, benéfico aos interesses das economias emergentes e à construção de um cenário internacional mais harmonioso; defesa do projeto de desenvolvimento sustentável, visto como o ideal para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, reconhecendo os desafios das mudanças climáticas; fortalecimento da ideia de reforma da arquitetura financeira internacional a um sistema mais estável, previsível e diversificado, de maneira a tornar a economia global menos propensa a crises futuras; compreensão da necessidade urgente de reforma das instituições de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial, a fim de resolver seus déficits de legitimidade; e a defesa uma mudança substancial no poder de voto dentro dessas instituições intergovernamentais em favor dos países em desenvolvimento (BRASIL, 2010).

Não obstante, nesta Segunda Cúpula a novidade esteve relacionada ao crescimento de iniciativas de cooperação intra-BRIC em temas setoriais como o empresarial, comercial, energético, social e científico, acompanhado pela realização de outros eventos em conjunto, a exemplo o Fórum Empresarial. Torna-se claro, à luz dos Comunicados, a determinação do

BRIC a somar esforços para alcançar uma reforma na governança global, no que concerne a falta de representatividade e insuficiência das potências tradicionais em lidar com a crise econômica. O BRIC com o escopo de reforçar sua legitimidade e representatividade como líderes de mudança do sistema internacional, em 2010, à margem da AGNU, define a entrada da África do Sul no bloco. Nesse sentido, apenas em 2011, em Sanya, na Terceira Cúpula que passa a ser oficial a ingresso da África do Sul e a sigla se transforma em BRICS (REIS, 2012). O'Neill (2011) deixa explícito sua discordância em relação a esta decisão tomada pelo grupo, argumentando que o perfil do país sul-africano não possuía características materiais aproximadas aos do BRIC, principalmente quando comparada a outros candidatos africanos, tratando especificamente da Nigéria.

Em linhas gerais, a decisão de agregar o país sul-africano ao bloco não foi tomada em razão de uma série de indicadores de dimensão geográfica, população e tamanho do PIB nominal, senão que associada a uma decisão geopolítica de incluir ao BRIC uma economia de peso do continente africano (BAUMANN, 2015). “O ingresso ampliou a representatividade dos países do grupo, consolidando-o como um foro político-diplomático integrado por representantes de quatro continentes” (REIS, 2012, p. 62).

A entrada da África do Sul representou a adição de um elemento simbólico ao atender aos interesses de cada um dos países do grupo em conferir legitimidade às suas reivindicações em âmbito internacional e à expansão de sua presença no continente africano, ou seja:

O fortalecimento da legitimidade das reivindicações por mudanças na ordem internacional decorre do fato de a África do Sul ingressar no grupo com o *status* de representante de toda a África, somando o continente africano à América Latina, à Ásia e às chamadas economias em transição, de forma que passa a estar representada no grupo a maior parte das regiões em desenvolvimento do mundo (RIBEIRO; MORAES, 2012, p. 7).

Conforme esses autores, a imagem do BRIC como representante de uma nova ordem mundial ganha peso com a presença do Estado sul-africano, simultaneamente, ganha força o discurso segundo qual os países do grupo expandem sua influência no continente africano de maneira distinta dos países desenvolvidos, negociando com os países africanos na condição de parceiros e não de potências neocoloniais.

Por outro lado, a África do Sul, ao defender a conveniência de sua inserção no BRIC, ressaltou sua importância como representante do continente africano, em outras palavras, a Ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane afirma “[...] vamos ser uma boa porta de entrada para os países do BRIC. Embora possamos ter uma população pequena, não nos limitaremos a falar apenas pela África do Sul, mas pela África como um todo.” (SERIA, 2010, s/p; tradução nossa)²⁵.

Além do mais, a adesão da África do Sul ao BRIC, conforme Visentini (2013), foi bastante incentivada pela China como parte de sua tentativa em ofuscar o IBAS e o papel tradicional da Índia como líder ideológico do “Sul Global”. Assim, na esteira do processo de consolidação do BRICS, com a inclusão do país sul-africano, a China parece tentar tornar o IBAS irrelevante:

A China também instigou a extensão do BRICS com a adesão da África do Sul e, posteriormente, pressionou a Índia para dissolver o IBAS, argumentando que haveria sobreposição desnecessária com o BRICS. Pequim propôs, igualmente, uma reunião conjunta BRICS-IBAS em Sanya, uma oferta que a Índia se recusou, optando estrategicamente a manter o seu próprio fórum (MANCHERI; SHANTANU, 2011, s/p; tradução nossa)²⁶.

Por conseguinte, a Terceira Cúpula do BRICS em 2011, teve como resultado a Declaração e Plano de Ação de Sanya (não mais denominado como Comunicado Conjunto), a qual se sobressai pelo amadurecimento da coordenação política entre os países visando desenvolver as propostas já então criadas. Ocorre, deste modo, o avanço e a consolidação de uma perspectiva de ação baseada em dois pilares: a articulação em foros multilaterais, sobre temas de interesse comum, e a construção de uma agenda de cooperação intra-BRICS, por meio de realizações de diversas reuniões e eventos (BRASIL, 2011).

Ademais, são criados novos propósitos de ação no que concerne, especificamente, a região africana, especialmente ao apoiar o desenvolvimento de infraestruturas na África e sua industrialização no quadro da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

²⁵ [...] we will be a good gateway for the BRIC countries. While we may have a small population, we do not just speak for South Africa, we speak for Africa as a whole.

²⁶ China also instigated the extension of BRIC membership to South Africa and subsequently lobbied India to dissolve IBSA, arguing there would be unnecessary overlap with BRICS. Beijing equally proposed a BRICS-IBSA joint summit in Sanya, an offer which India declined, strategically opting to retain its own forum.

Tem-se, também, o incremento do compromisso em reforçar o diálogo e a cooperação nos domínios da proteção social, questões trabalhistas, de igualdade de gênero, saúde pública, incluindo a luta contra o HIV/AIDS (BRASIL, 2011).

A Quarta Cúpula ocorreu em 2012 em Nova Delhi, China, e teve como maior novidade o lançamento da ideia de criação de um Banco de Desenvolvimento do BRICS, voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos países do grupo e nas demais nações em desenvolvimento, com o discurso de suplementar os esforços correntes de instituições financeiras multilaterais e regionais de promoção do crescimento e do desenvolvimento internacionais. O mais extenso dos documentos até então, a Declaração de Nova Delhi com 50 artigos e um Plano de Ação de 17 itens, traz temas envolvendo conflitos no Oriente Médio e no Norte da África e contempla críticas às medidas econômicas adotadas pelos EUA, Japão e governos europeus frisando seus efeitos negativos nas economias emergentes (BRASIL, 2012).

Além do mais, iniciou-se a construção de uma rede de segurança financeira por meio da criação de um Arranjo Contingente de Reservas (ACR) entre os países do BRICS. Argumentando que o estabelecimento de um ACR ajudaria os países do bloco a evitar pressões de liquidez de curto prazo, forneceria apoio mútuo e reforçaria adicionalmente a estabilidade financeira. Ainda, foram assinados dois acordos entre os seus bancos nacionais de desenvolvimento, com o escopo de viabilizar a concessão de financiamentos à infraestrutura em moedas nacionais (BRASIL, 2012).

Salienta-se que as negociações para a criação do NBD e ACR se dão em um contexto no qual a demanda por recursos para investimento em infraestrutura supera o potencial disponível nos agentes financeiros existentes. Além disso, a maior parte dos recursos disponíveis acabam sendo canalizado para projetos nos países desenvolvidos. Assim, tendo em vista que em curto prazo não venha a ocorrer o aumento de capital dos maiores bancos multilaterais de desenvolvimento como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, surge uma demanda internacional por novas instituições financeiras que contribuam com o financiamento de projetos de infraestrutura em economias em desenvolvimento (BAUMANN, 2016).

Destarte, em Durban, África do Sul, a Quinta Cúpula do BRICS, apresentou como resultados, por meio da Declaração e Plano de Ação de Ethekwini, a aprovação e constituição

do Arranjo de Contingente de Reservas, com capital inicial de US\$ 100 milhões, o seguimento às negociações para a convenção do Banco de Desenvolvimento do BRICS ou Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e a instalação do Conselho Empresarial e o Conselho dos *Think Tanks*, responsáveis pela organização do Fórum Acadêmico, Empresarial e Financeiro. Além dos 47 artigos da Declaração mais 18 itens do Plano de Ação, houve a constatação de 9 novas áreas a serem exploradas em ação conjunta (BRASIL, 2013).

Na sequência do primeiro ciclo de cinco Cúpulas, sediadas por cada membro do BRICS, a Sexta Cúpula do BRICS de 2014, em Fortaleza, traz a confirmação da criação oficial do Banco de Desenvolvimento do BRICS, com capital subscrito de US\$ 50 bilhões e capital autorizado de US\$ 100 bilhões, com sede em Xangai, China, e um escritório regional na África do Sul, sendo o primeiro presidente do banco um nacional da Índia. Além disso, diferentemente da Cúpula de 2010 sucedida também no Brasil, este encontro deu ênfase na relação BRICS com parte da região da América Latina, especialmente ao tratar da realização de uma sessão conjunta com os líderes das nações sul-americanas, com o intuito de aprofundar a cooperação entre o BRICS e a América do Sul (BRASIL, 2014).

Percebe-se então que a Declaração de Fortaleza, nos seus 72 artigos, e o Plano de Ação em seus 23 itens, seguidos por uma lista de cinco novas áreas de cooperação a serem exploradas, aprofunda as diversas propostas à cooperação intra-BRICS e amplia aos temas relacionados à dimensão dos países em desenvolvimento que não pertencem ao grupo (BRASIL, 2014).

Em 2015, sediou em Ufá, Rússia, a sétima Cúpula do BRICS, que tem como principal resultado prático a entrada em vigor do Banco de Desenvolvimento do BRICS – apresentado como um passo essencial à institucionalização do bloco – e do ACR (DAMICO, 2015). Em termos econômicos, tem-se a assinatura do Acordo entre Bancos Centrais do BRICS, que visa estabelecer parâmetros técnicos para as operações no âmbito do ACR do BRICS, e o reconhecimento do potencial em expandir o uso das moedas nacionais nas transações entre os seus países membros. Em continuidade, na Declaração de Ufá, ficou clara a manifestação de apoio do BRICS em relação a Rússia e suas sanções internacionais pela questão da Crimeia. Além disso, percebe-se que os países do grupo demonstraram unidade ao tratar questões de conflitos regionais e organizações terroristas, com foco na região africana e do Oriente Médio (BRASIL, 2015).

Assim, a Declaração e o Plano de Ação de Ufá, no total de 102 itens, retratam a consolidação do BRICS como uma plataforma de discussões sobre temas de segurança, desenvolvimento e reformas estruturais internacionais. No comunicado final, a Oitava Cúpula ficou agendada para ocorrer na Índia em 2016 (BRASIL, 2015).

Percebe-se que o BRICS vem funcionando como mecanismo informal, desde sua perspectiva como foro político-diplomático. No primeiro ciclo de cúpulas do BRICS, apesar de passar uma imagem do desenvolvimento e profundidade ao seu diálogo, não havia sido criado, até aquele momento, nenhuma instituição do grupo. Assim, a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, considerados como uma estratégia econômica de defesa das turbulências financeiras, representam um passo importante em termos de institucionalização do bloco.

Portanto, cientes da importância que suas economias adquiriram nos últimos anos, o BRICS demonstra sua disposição de assumir responsabilidades cada vez maiores no cenário financeiro internacional. Desde o surgimento do BRIC em 2006, como mecanismo político de cooperação e coordenação, a sua evolução para o BRICS não se deve ao propósito inicial referente ao conceito de mercado financeiro, mas sim ao empenho político por parte dos países membros na busca da construção de uma agenda de cooperação ampla e crescente. Nesse sentido, esse mecanismo somente se apropriou do conceito BRICs, disseminado por O'Neill, e se evoluiu em decorrência da vontade política dos membros do grupo.

3.3 BRICS, GOVERNANÇA GLOBAL E A ORDEM INTERNACIONAL

A ordem internacional atual consiste em uma estrutura econômica fundamentada pelos princípios neoliberais, um sistema multilateral de governança global centralizado no sistema da ONU e das instituições de Bretton Woods. Existe um consenso por parte dos países do BRICS de que essa ordem mundial é injusta devido suas práticas econômicas excludentes, resguardadas por organizações de governança global pouco democráticas e legítimas que apenas servem para perpetuar a marginalização dos países em desenvolvimento. Posto isto, com o NBD e ACR o BRICS parece demonstrar esforços em evidenciar que a arquitetura financeira global, liderada por instituições como o Banco Mundial e FMI, necessita de mudanças e que esses organismos internacionais devem ser representativos e capazes de responder às demandas dos países que vivem às margens do sistema internacional. Porém,

apesar dessa constatação, as novas instituições financeiras criadas pelo BRICS se apresentam mais como alternativas complementares às demais organizações existentes do que como suas concorrentes. Corrobora-se, então, com a ideia de que essas instituições surgem em consonância com o atual sistema financeiro neoliberal, mas não necessariamente com a maneira como está sendo administrada suas antigas instituições (COZENDEY, 2015; SMITH, 2015; STEPHEN, 2014).

[...] Uma das características mais importantes do sistema internacional na segunda metade do século XX foi o desenvolvimento de uma ordem liderada pelos Estados Unidos. A mesma teria sido construída em torno das instituições e estruturas multilaterais criadas pós-II Guerra: a ONU, instituições financeiras internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e um denso sistema de alianças nos oceanos Atlântico e Pacífico. Essa nova formação política pode ser vista como um tipo de “Grande Ocidente” liberal que continua sendo parte importante do sistema internacional [...] (HURREL, 2009, p. 10).

Nesse sentido, a governança global atual possui caráter neoliberal na medida em que essas instituições resguardam as regras do mercado, favorecendo o setor privado em detrimento das alocações de recursos públicos, difundindo ideias compatíveis com o pensamento hegemônico liberal, como o individualismo e as práticas de gestão econômica neoliberal (STEPHEN, 2014). Sob a liderança dos Estados Unidos e apoio dos demais países do G-7, a governança mundial tem procurado eliminar os obstáculos ao comércio transfronteiriço de bens e serviços, facilitar os movimentos transnacionais de capitais e moedas e propagar uma ideologia do indivíduo que sustenta um discurso global dos direitos humanos (IKENBERRY, 2011; COX, 1996).

Por esse ângulo, conforme Ikenberry (2011), o BRICS, dificilmente pretende alcançar uma reforma radical das estruturas existentes que regem a governança global. Embora a posição econômica dos Estados Unidos esteja mudando, a ordem internacional baseada no neoliberalismo continua se sustentando. Em face dessa conjuntura, as principais economias do BRICS parecem estar orientadas a auferir maior autoridade e liderança nesta estrutura.

Brasil, China e Índia têm se tornado mais prósperos e capazes de operar dentro da ordem internacional existente – beneficiando-se de suas regras, práticas e

instituições, incluindo a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o recém organizado G-20 (IKENBERRY, 2011, s/p; tradução nossa)²⁷.

Deste modo, as ideias de reformas propostas pelo BRICS têm sido instrumentais no que concerne ao sistema econômico neoliberal existente, jamais objetivando uma transformação radical desta estrutura.

Conforme Smith (2015), a estrutura internacional atual é produto de dois projetos que possuem origem em séculos anteriores. O primeiro seria a expansão do Estado moderno, projeto que remonta a Paz de Westfalia em 1648, promulgando regras e princípios associados à soberania do Estado. O outro projeto seria a construção da ordem econômica liberal, que ao longo dos últimos séculos foi liderado pelo Reino Unido, Estados Unidos e no século XX recebeu apoio dos demais Estados democráticos liberais.

O projeto de Westfalia tem se concentrado em resolver os problemas “realistas” criando relações interestatais de cooperação em condições de anarquia, e o projeto de construção da ordem liberal tem sido possível somente quando as relações entre as grandes potências se encontravam estáveis. Os “problemas de Hobbes”, isto é, anarquia e inseguranças de poder, tiveram de ser resolvidas a fim de aproveitar as “oportunidades de Locke”, isto é, a construção de relações abertas e baseadas em regras. (IKENBERRY, 2011, s/p; tradução nossa)²⁸

Seguindo esta mesma perspectiva, a ordem internacional do século XXI se diferencia de outras estruturas dos séculos anteriores, em vista de seu caráter ainda mais institucionalizado, construído sobre inúmeras regras e instituições. Deste modo, não é possível sustentar a ideia de que o BRICS possa vir a sobrepujar o sistema internacional atual dado que os seus países membros se encontram socializados dentro deste e inclusive parece se beneficiar de seu espaço. Em outras palavras, estes Estados percebem as instituições globais, principalmente as pertencentes do sistema da Organização das Nações Unidas, como

²⁷ Brazil, China, and India have all become more prosperous and capable by operating inside the existing international order -- benefiting from its rules, practices, and institutions, including the World Trade Organization (WTO) and the newly organized G-20.

²⁸ The Westphalian project has focused on solving the "realist" problems of creating stable and cooperative interstate relations under conditions of anarchy, and the liberal-order-building project has been possible only when relations between the great powers have been stabilized. The "problems of Hobbes," that is, anarchy and power insecurities, have had to be solved in order to take advantage of the "opportunities of Locke," that is, the construction of open and rule-based relations.

importantes veículos para o alcance de seus interesses, construindo coalizões contra os países mais poderosos e promovendo novas normas e ideias²⁹ (SMITH, 2015).

Nesse sentido, infere-se que a demanda do BRICS por uma reforma do sistema internacional está fundamentada no objetivo de manter um sistema de governança global estruturado em normas e regras. Praticamente todos os documentos produzidos pelas Cúpulas do BRICS, continham o particular compromisso desses países no direito internacional e no multilateralismo, no ponto 21 do documento mais recente produzido na Cúpula de Ufá, em 2015, fica claro:

[...] reafirmamos nosso apoio à atuação conjunta para fortalecer um sistema de comércio multilateral aberto, transparente, não discriminatório e baseado em regras, conforme consubstanciado na OMC [...] Ressaltamos a centralidade da OMC como a instituição que define as normas multilaterais do comércio [...] (BRASIL, 2015, s/p).

O BRICS demonstra, assim, desafiar o domínio dos poderes das potências ocidentais nas instituições de Bretton Woods e exigem destas maior representação e inclusão. Isto é, suas demandas de reformas implicam a aspiração de maior espaço na administração dessas instituições, especialmente em referência ao poder decisório de decidir quais regras devem ser implementadas ou mantidas (SMITH, 2015).

Nesse sentido, a reforma do FMI, aprovada no ano de 2010, representa uma mudança histórica da organização ao duplicar o montante das quotas, conforme Barbosa (2015), fortalecendo o poder da instituição e aumentando significativamente a distribuição de voto para os países do BRICS. No entanto, essas mudanças ainda não puderam ser implementadas pela falta de aprovação do Congresso norte-americano à ratificação do acordo. No ponto 19 da Declaração de Ufá, os países se pronunciam sobre o caso:

²⁹ Um indicador de proximidade do BRICS é o seu grau de convergência nas votações na ONU. Entre 1974-2008 em 3.398 votações o grau de convergência entre o BRICS foi de 80 por cento. Já o grau de convergência entre os países que compõem o BRICS e os Estados Unidos é muito menor: 18,7 por cento para o Brasil, 18,5 por cento Rússia, 17,7 por cento África do Sul, 14,8 por cento Índia e 14,4 por cento China. Esta situação reflete em grande parte a posição objetiva destes Estados no sistema internacional (MARTINS, 2016).

Continuamos profundamente desapontados com o fracasso prolongado dos Estados Unidos em ratificar o pacote de reformas do FMI de 2010, que continua a minar a credibilidade, eficácia e legitimidade do FMI. Isso impede o aumento dos recursos da instituição oriundos das cotas bem como a revisão das cotas e do poder de voto em favor dos países em desenvolvimento e de mercados emergentes conforme acordado pela imensa maioria de membros, incluindo os Estados Unidos, em 2010. Esperamos que os Estados Unidos ratifiquem as reformas de 2010 até meados de setembro de 2015 conforme acordado no FMI. Enquanto isso, estamos preparados para trabalhar em medidas intermediárias na medida em que alcancem resultados equivalentes aos níveis acordados como parte da 14ª Revisão Geral de Cotas (BRASIL, 2015, s/p).

Com efeito, as propostas levadas a cabo pelo BRICS não se traduzem em uma ruptura sistêmica da ordem global vigente, de outro modo estas buscam lograr uma reforma administrativa de governança tomando em conta as novas realidades da configuração internacional. No entanto, isso não significa, necessariamente, uma democratização da governança, mas sim a inclusão dos Estados de economias emergentes que se veem excluídos dos processos decisórios (MILANI, 2015).

Um significativo valor de representatividade dado pelo BRICS aos membros que são excluídos do Conselho de Segurança das Nações Unidas se faz presente no ponto quatro da Declaração de Ufá:

Expressamos nossa intenção de contribuir para salvaguardar uma ordem internacional justa e equitativa, baseada nos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, e de valer-nos plenamente do potencial da Organização como fórum para um debate aberto e honesto, bem como para coordenação da política global a fim de prevenir guerras e conflitos e promover o progresso e o desenvolvimento da humanidade. Recordamos o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 e reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, inclusive de seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo e eficiente, de modo que possa responder melhor aos desafios globais. China e Rússia reiteram a importância que atribuem ao status e papel de Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais e apoiam sua aspiração de desempenhar um papel maior nas Nações Unidas (BRASIL, 2015, s/p).

Nesse contexto, o BRICS parece cada vez mais disposto em compartilhar os custos e as responsabilidades na manutenção do sistema global. Para isto, a conclusão do Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo de Reservas de Contingente podem se tornar importantes fatores de mudança dentro das instituições como o Banco Mundial e o FMI, dado que o Banco do BRICS, em destaque, possui o propósito de contar com condicionalidades distintas dos

demais agentes financeiros, no que diz respeito às condições impostas para os seus financiamentos (BAUMANN, 2016; SMITH, 2015).

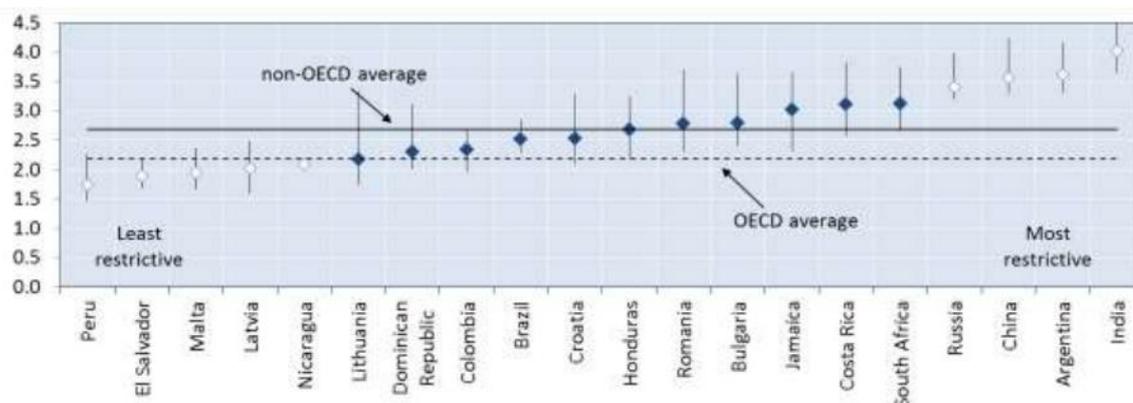
Assim, além da falta de inclusão na tomada de decisão dentro das importantes instituições internacionais, Milani (2015) afirma que o BRICS assume uma postura reformista em relação às normas dominantes de caráter neoliberal, mesmo que o grupo não seja uma coalizão de poder anticapitalista. Por esta perspectiva, a integração ao capitalismo neoliberal desses países tampouco implica a imposição, em suas estruturas internas, dos padrões normativos do neoliberalismo econômico e/ou dos modelo neoliberal de desenvolvimento (STEPHEN, 2014).

O comportamento capitalista presente nas economias internas dos países do BRICS é descrita por May e Nölke (2014) como *mercado permeado pelo Estado*, ou seja economias domésticas que possuem várias alianças com governos, agências e ministérios, estabelecendo uma manutenção estatal pelo funcionamento da economia. De igual modo, em contraste com as formas mais liberais do Estado, os países do BRICS podem ser compreendidos, conforme Stephen (2014), como *capitalismo de Estados integrados*³⁰, o que significa que são países integrado na economia global, mas que é reservado às entidades estatais o papel de comando na organização da economia doméstica.

Por este lado, embora o modelo capitalista das economias do BRICS não seja totalmente protecionista, suas políticas comerciais incluem uma série de características não liberais. Assim, existe uma tendência ao crescimento econômico desses países advindo pelo incentivo de seu consumo interno em colaboração com o crescimento da exportação em substituição ao processo de importações (MAY; NÖLKE, 2014).

³⁰ Para fornecer evidência a esta alegação Stephen (2014), centra principalmente no papel da China e Índia, os dois maiores influentes do BRICS sobre o desenvolvimento futuro

Figura 5 – Escala do controle estatal, dos países não pertencente à OECD, na regulamentação do mercado no ano de 2013³¹ (quanto mais próximo do 6 mais restrito é o Estado).



Fonte: KOSKE; BITETTI; BARBIERO, 2015, p. 19.

Constata-se, portanto, que as grandes empresas nacionais acabam sendo privilegiadas, na medida em que esses Estados adotam políticas comerciais restritivas, unidas a maior proteção do emprego e regulação do mercado. Conforme May e Nölke (2014), essas políticas não liberais são determinantes no modelo de desenvolvimento de cada país membro do bloco. Assim, em complemento a esta ideia, Bucker (2012) afirma que o modelo desenvolvimentista, planteado por estes países, contempla uma forma de capitalismo estatista, ou patrimonial e menos liberal do que os demais países ocidentais.

Enfatizando essas características econômicas do BRICS, delinea-se suas implicações no que se refere ao desafio crescente do bloco na busca de reforma na governança global e mudança da ordem internacional. Refletindo-se, desta maneira, na forma de como essas economias emergentes vêm testando a arquitetura institucional global existente muito mais diretamente do que antes da crise financeira de 2008 (STEPHEN, 2014; MCNALLY, 2013).

[...] Grandes potências econômicas, novas e velhas, devem reconhecer que enquanto eles estão crescendo cada vez mais estreitamente ligados economicamente eles

³¹ Gráfico realizado por meio de dados como controle estatal e barreiras ao comércio e investimento.

defendem diferentes formas de capitalismo. (MCNALLY, 2013, p. 45; tradução nossa)³².

Até então, os países do BRICS tem produzido uma mistura de dependência mútua, simbiose e competição com o modelo neoliberal capitalista ainda dominante, o qual não se tem desestabilizado por esse relativo estado de desafio. Segundo McNally (2013), a política internacional começou a se afastar da posição neoliberal pura do Consenso de Washington para abraçar soluções geridas pelo Estado, ou seja, as principais potências internacionais vêm repensando a liberalização financeira e começando a enfatizar seus aspectos regulamentares e o seu controle sobre os fluxos de capital. Vem ganhando proeminência a abordagem de governança global, defendida pelos países do BRICS, na qual o maior controle econômico pelo Estado é tido como central (STEPHEN, 2014).

Economias de mercados emergentes defendem diferentes perspectivas sobre como governar a política econômica global, cujas origens remontam a diferentes arranjos institucionais e preceitos ideacionais subjacentes a seus sistemas econômicos político-domésticos. Há portanto, diferenças profundas em matéria de perspectivas sobre a natureza e lógica do capitalismo que estão se tornando mais proeminente no nível global. No entanto, o capitalismo de Estado remodelado é muito mais um desafio ao sistema que os demais tipos de capitalismo. Não é uma reencarnação do século XXI ao mercantilismo tradicional, mas sim uma nova variante do capitalismo que visa aproveitar do sistema econômico global neoliberal, integrando profundamente a ele, enquanto é mantido intacto o controle do Estado (MCNALLY, 2013, p. 35; tradução nossa)³³.

No entanto, a participação do BRICS nos mecanismos de negociações em âmbito econômico internacional, em geral, foram mais de reformadores moderados do que radicais, sendo chave no processo de criação de regras e na evolução dessas instituições. Por este

³² [...] are testing the existing global institutional architecture much more directly than before the 2008 financial crisis. Major economic powers, both new and old, must acknowledge that, while they are growing ever more closely intertwined economically they champion different forms of capitalism.

³³ Emerging market economies espouse different perspectives on how to govern the global political economy, the origins of which can be traced back to differing institutional arrangements and ideational precepts underlying their domestic politico-economic systems. There are thus deep differences concerning views on the nature and logic of capitalism that are becoming more prominent on the global level. Nonetheless, refurbished state capitalism is much more an in-system challenge than prior instances of state capitalism. It is not a 21st century reincarnation of traditional mercantilism, but rather a new variant of capitalism that aims to take advantage of the neo-liberal global economic system by deeply integrating with it while keeping state control intact.

mesmo viés os países do grupo tampouco têm demonstrado interesse em exportar seus modelos nacionais de desenvolvimento (KAHLER, 2013).

Com o intuito de proteger seus interesses e a sua autonomia para o desenvolvimento nacional, esses países têm buscado extrair o máximo de benefício de sua integração com a economia global, protestando contra qualquer forma de protecionismo que afete a sua economia. No ponto 15 da Declaração de Nova Delhi da IV Cúpula do BRICS fica claro:

O Brasil, a Índia, a China e a África do Sul congratulam a Federação da Rússia por sua acessão à OMC. Esse fato torna a OMC mais representativa e fortalece o sistema multilateral de comércio baseado em regras. Nós nos comprometemos a trabalhar juntos para proteger esse sistema, e conclamamos outros países a resistir a todas as formas de protecionismo comercial e restrições disfarçadas ao comércio (BRASIL, 2012, s/p).

Posto isto, a influência do bloco em termos de governança global vem em sentido de criar um ambiente internacional institucional, de regras e normas que seja compatível com o seu modelo de desenvolvimento econômico. Simultaneamente, os países do bloco vem se beneficiando do sistema internacional atual, e de suas instituições dominantes, ao mesmo instante que vêm desafiando essa estrutura. Esta conjuntura condiciona o BRICS a enfatizar no seu discurso de reformas internacionais a inclusão de sua participação na elaboração de normas e regras e, principalmente, no gerenciamento daquelas de caráter neoliberal. Como pôde perceber, a criação do NBD e ACR surgem como reação a incapacidade do grupo em lograr com o pacote de reformas do FMI, convergindo-se em uma estratégia que visa alcançar uma alternativa a esta conjuntura e não propor uma competição (BAUMANN, 2015; MAY; NÖLKE, 2014; MCNALLY, 2013;).

Em face dessa situação, não há indicação de que o BRICS esteja promovendo uma agenda tão ambiciosa e ideológica. Não existe um projeto de ordem “pós-neoliberal”, com base em blocos econômicos fechadas ou grupos neoimperiais. Os esforços promovidos pelo BRICS em relação às reformas de governança global “[...] é sobre voz e autoridade. É sobre quem se senta à mesa e sobre como reorganizar as plataformas de autoridade. Trata-se de uma revisão da ‘política hierárquica’ dos Estados,” (IKENBERRY, 2015, p. 450; tradução

nossa)³⁴. Nesse sentido, o bloco vem proporcionando à conjuntura atual uma mudança gradual da ordem neoliberal, transição que ainda não está tão clara, mas que mostra traços significativos da ênfase no papel do Estado no gerenciamento da economia e do domínio pelo princípio da reciprocidade em substituição ao princípio do mercado³⁵ (MAY; NÖLKE, 2014; KAHLER, 2013).

BRICS em sua retórica de construção a uma nova governança global atrela frequentemente o seu papel como representante dos países em desenvolvimento. Nesse sentido se faz importante analisar as relações do grupo com a região da América Latina, com perspectiva em compreender se existe cooperação regional positiva, com auxílio a superar os desequilíbrios estruturais do comércio internacional. Assim, a questão da representatividade do bloco termina por implicar no Brasil como representante da região latino-americana. Produzir essa análise pode corroborar com a ideia de que o BRICS tem se relacionado com os demais países em desenvolvimento de uma maneira distinta dos países desenvolvidos, o que pode trazer relevantes evidências acerca de se princípio da reciprocidade tem de fato se assumido como novo basilar de governança global.

³⁴ [...] is about authority and voice. It is about who sits at the table and over how to reorganize the platforms of authority. It is about revising the 'political hierarchy' of states.

³⁵ Para May e Nölke (2014) o princípio da reciprocidade está associado à ideia de superar a assimetria ou desigualdade econômica entre os países no cenário internacional. Em relação ao princípio do mercado, os autores abordam o pressuposto de igualdade entre os Estados no que tange à sua competição e sua inserção ao livre comércio.

4 BRICS NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL DO BRASIL COMO LÍDER REGIONAL E A APROXIMAÇÃO PRAGMÁTICA DA RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL

A América Latina e Caribe é uma região pertencente ao continente americano, sendo conformada pela América do Norte (México), América Central, Caribe e América do Sul. Todos seus 42 Estados³⁶ possuem um passado histórico similar caracterizado por um longo período de exploração e marginalização, como ex-colônias de potências europeias. Deste modo, essas nações encontram-se, atualmente, incluídas na categoria de países em desenvolvimento, dado a sua industrialização tardia, dependência do capital externo e da exportação de produtos primários (UNDP, 2016).

Figura 6 – Mapa da América Latina e Caribe



Fonte: *Latin American Network Information Center (LANIC, 2016).*

³⁶ Sendo estes: Anguilla, Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Ilhas Malvinas, Ilhas Cayman, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Montserrat, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela (SELA, 2016).

Entre os anos de 2000 e 2010, a região experimentou o período de maior crescimento econômico desde a metade do século XX (UNDP, 2016). Contudo, o subcontinente vem experimentando, ultimamente, uma queda em suas taxas de crescimento econômico, o qual atingiu seu auge no fim da última década com o término dos altos preços de *commodities*. Em razão da queda dos preços dos produtos primários, que vem ocorrendo desde a crise mundial de 2008, os países latino-americanos se encontram atualmente em processo de transição rumo a um novo equilíbrio econômico. Deste modo, “espera-se que nos próximos anos a região da América Latina e Caribe cresça somente a um ritmo moderado, dado o crescimento lento em todo o mundo” (BID, 2015, p. 5; tradução nossa)³⁷. Conforme os estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2015), um dos maiores desafios da região se encontra no âmbito do comércio exterior, especificamente no fato das balanças comerciais latino-americanas revelarem grandes déficits comerciais.

De outra parte, o crescimento brasileiro como potência regional e global, acompanhado pelo relativo declínio das potências europeias, têm influenciado na inflexão da política externa norte-americana para a América Latina, implicando-se ao seu relativo distanciamento. Desta maneira, a inadequação e a inabilidade dos Estados Unidos em fazer valer os pilares de preservação da estabilidade de sua zona de influência revelam-se também na crescente presença chinesa na região, e nos movimentos russos e indianos em direção a este espaço geopolítico (PECEQUILO, 2014).

Nesse íterim, a região tem experimentado um aprofundamento das relações comerciais com os países do BRICS, principalmente com a China. Nessa perspectiva deve ser reconhecida novas tendências no que tange às relações econômicas da América Latina e Caribe, com a crescente relevância dos vínculos Sul-Sul como via alternativa para enfrentar esses desafios e se proteger das consequências da crise mundial (MARCHINI, 2013).

Estão produzindo mudanças estruturais nas condições e relações econômicas Norte-Sul, prevendo a continuidade de um menor dinamismo das grandes economias do Norte (Estados Unidos e Europa) que, pela própria crise, estão deixando de ser

³⁷ Se espera que en los próximos años la región de América Latina y el Caribe crezca sólo a um ritmo moderado, dado el crecimiento relativamente lento em todo el mundo.

motores e centros dinâmicos prevalentes da economia e das finanças mundiais (MARCHINI, 2013, p. 51; tradução nossa)³⁸.

Assim, os países da América Latina e Caribe vem reconhecendo a importância do BRICS, como grupo de economias de mercados emergentes, que têm ganhado peso nos processos decisórios concernentes ao âmbito de governança global. Posto isto, existe, então, uma perspectiva de que o BRICS possa influir no desenvolvimento do subcontinente, desde uma via de cooperação regional positiva, de maneira a ajudar a superar os desequilíbrios estruturais no comércio internacional (SELA, 2015). Para isso, o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe³⁹ (SELA) vem atuando no sentido de reunir os países latino-americanos com o fim de discutir experiências e estratégias para o crescimento econômico regional, aproveitando-se da crescente presença dos países do BRICS na região. Nas discussões das reuniões do SELA sobre o BRICS, quando se trata acerca do Brasil, pertencente tanto ao subcontinente como ao BRICS, aborda-se, especialmente, sobre seu aspecto de representatividade latino-americano, e quanto a sua responsabilidade de articular ambos os grupos de países para promover o desenvolvimento da América Latina e Caribe.

Objetiva-se, portanto, neste capítulo, de forma geral analisar as relações entre o BRICS e a América Latina e Caribe, em seu aspecto econômico, comercial e financeiro. Para não incorrer numa análise extensa das relações entre o Brasil e os países latino-americanos ou o Brasil intra-BRICS, os estudos a respeito do Brasil abordarão somente acerca da construção do seu perfil como suposto líder do subcontinente, com destaque ao governo Lula e seu papel essencial de conexão entre a região latino-americana com o BRICS. Quanto a Rússia, Índia, China e África do Sul (RICS)⁴⁰, busca-se fazer um balanço de suas relações econômicas com a América Latina e Caribe entre os anos de 2001 a 2011. Por fim, pretende-se evidenciar, por meio das informações contidas nos documentos das reuniões do SELA a partir de 2013, a

³⁸ Se están produciendo cambios estructurales en las condiciones y las relaciones económicas Norte-Sur, previéndose la continuidad de un menor dinamismo de grandes economías del Norte (Estados Unidos y Europa) que, por la propia crisis, están dejando de ser motores y centros dinámicos prevalentes de la economía y las finanzas mundiales.

³⁹ O Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) é um organismo regional intergovernamental, criado em 1975, com o escopo de promover um sistema de consulta e coordenação à formulação de estratégias comuns entre os países latino-americanos e, também, fomentar a sua cooperação e integração em matéria econômica. (SELA, 2016).

⁴⁰ Termo utilizado pelo Sistema Econômico Latino-Americano (2013) e do Caribe para abordar as relações entre a região e o BRICS, dando maior destaque aos demais países do grupo em detrimento do Brasil devido este possuir um longo histórico de relações, marcadas por especificidades próprias, com os Estados latino-americanos. Assim, enfatiza-se a questão de analisar o papel do Brasil como ponte e representante da região dentro do agrupamento.

perspectiva latino-americana no que tange ao seu engajamento com o BRICS e a importância do Brasil como representante do subcontinente para a relação inter-regional.

4.1 O BRASIL E A SUA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA: A CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO LULA NA CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA

A expressão “América Latina” tem origem nas obras escritas pelos historiadores hispano-americanos como José María Caicedo, Francisco Bilbao e Justo Arosemena do século XIX, os quais descreviam *la raza latina* como, fundamentalmente, distinta do povo da América do Norte, representada pelos Estados Unidos. No entanto, nenhum dos políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão “América Latina” e seus equivalentes como *América Española* e *Hispanoamérica*, incluíam nela o Brasil. Por sua vez, os escritores e intelectuais brasileiros, sejam nos poemas de Antônio Gonçalves Dias ou nos romances de José de Alencar, quando se referiam ao mundo fora do Brasil, não pensavam na América Espanhola, isto é, não se consideravam parte do termo “América Latina”, mas da Europa, ou em casos mais específicos da América como um todo, incluindo a nação estadunidense (BERTHELL, 2009; MARTIN, 1985).

Assim, os Estados Unidos, no contexto de virada do século XIX ao XX, utilizando-se do pan-americanismo, tentavam de forma pacífica estabelecer sua liderança no hemisfério ocidental e influência política nesses países. A proposta de criação de uma União Pan-Americana visava promover o comércio e o investimento estadunidense na região, construir estruturas políticas mais ordenadas e previsíveis nos países do sul e impossibilitar quaisquer ambições imperialistas europeias. Em face disso, os governos hispano-americanos, reagiam com suspeita e desconfiança em relação a esse novo interesse dos Estados Unidos na região e temiam que o pan-americanismo fosse uma ferramenta utilizada para ratificar a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos e assegurar a exploração dos países latino-americanos (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010).

Por outro lado, o Brasil possuía relações cada vez mais estreitas com os EUA⁴¹, em detrimento das relações com a Europa, especificamente a Grã-Bretanha. Destarte, como na

⁴¹ A americanização da política exterior se deve ao Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores (1902-1912) e a Joaquim Nabuco, o primeiro embaixador brasileiro em Washington (1905-1910), os quais reconheciam grandes mudanças geopolíticas, econômicas e culturais que estavam sucedendo no início do

época do Império, os governos brasileiros da Primeira República (1889-1930), não demonstravam significativo interesse nas relações com as nações latino-americanas, com exceção das disputas fronteiriças com seus vizinhos sul-americanos (BUENO; CERVO, 2002).

Somente nos anos 1930 e principalmente no período da Segunda Guerra Mundial é quando o Brasil finalmente começa a se incluir como parte da “América Latina”, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos, Europa e o restante do mundo passam a considerar a nação brasileira como país pertencente a região *Latin America*. Segundo Berthell (2009), como efeito do reconhecimento brasileiro como latino-americano, cria-se em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) como a primeira organização internacional responsável pela “América Latina”.

Com a decepção do tratamento dado ao Brasil pelos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, em vista da relação especial e da aliança não escrita que o governo brasileiro desfrutava com os norte-americanos desde o início do século, surge uma política externa mais independente, a qual tem início no governo Vargas e depois com maior força, com os presidentes Quadros e Goulart (1961-1964). A Política Externa Independente, contemplava a restauração das relações com a URSS, a aproximação com Cuba revolucionária, China, o “Terceiro Mundo” e, portanto, a América Latina (BUENO; CERVO, 2002).

Nossa política voltou-se para a América Latina, em primeiro lugar, e, em seguida, para os países socialistas, sem desprezo das possibilidades de incremento do comércio com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental (DANTAS, 1962, p.11).

Deste modo, no período de Guerra Fria, mesmo com a ditadura militar o Brasil manteve – salvo um curto período de reorientação conservadora – projetando externamente políticas “terceiro-mundistas” independentes, contrárias aos interesses norte-americanas. Nesse contexto, o Brasil se integrou à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e com o retorno da democratização, na década de 1980, a expressiva aproximação com a Argentina resultou no Tratado de Assunção (1991) e no bloco econômico MERCOSUL, que surge com o escopo em promover a integração regional e facilitar o comércio e as relações

século XX. Nesse sentido, para os formuladores da política externa brasileira da época parecia inevitável que a hegemonia global norte-americana substituísse a britânica e europeia.

econômicas entre os países sul-americanos. Assim, o Brasil passou a ser considerado pelos Estados Unidos e o restante do mundo como um país com potencial em alcançar liderança política e econômica na América Latina (CERVO; BUENO, 2002).

Todavia, conforme Berthell (2009), o Brasil nesse período passou a se engajar mais com os países da América do Sul do que com o restante da América Latina⁴², ainda que em sua nova Constituição de 1988, no Art. 4º, demonstrasse interesse para alcançar uma integração com todo o subcontinente: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988, s/p).”

Com o final da Guerra Fria e as grandes mudanças no cenário político internacional, junto à aceleração do processo de globalização, a economia e política brasileira passaram por importantes transformações realizadas pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Durante o governo do FHC, o Brasil buscou, pela primeira vez, de forma ativa uma política de comprometimento econômico e político com seus vizinhos sul-americanos, ao resistir à agenda neoliberal norte-americana para a integração das Américas, por intermédio da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (SERBIN, 2008).

Entretanto, foi principalmente durante o período do governo Lula em que o Brasil passou a ter posição de destaque entre as melhores economias do mundo, alcançando a oitava posição e desempenhando um papel cada vez mais importante na articulação das relações Norte-Sul e Sul-Sul. Além disso, a diplomacia brasileira ganhou dinamismo, alcançou uma posição global e estabeleceu vínculos em todos os continentes (VISENTINI, 2011).

Em termos práticos, o governo Lula suplantou a passividade dos governos anteriores ao buscar alianças fora do hemisfério ocidental, como forma de ampliar seu poder de influência no cenário internacional por meio de uma postura ativa e pragmática. Nesse sentido, a prioridade da agenda internacional consistiu no fortalecimento do MERCOSUL e na integração sul-americana, criando um espaço para a liderança brasileira compartilhada (VISENTINI, 2011).

⁴² É importante salientar que apesar desse período vivenciar um avanço cultural, no sentido de assimilação entre a cultura brasileira e latino-americana, a maioria dos intelectuais brasileiros da época continuavam a considerar a “América Latina” como sinônimo de América Espanhola e que por isso o Brasil não pertencia a essa região e os brasileiros não eram essencialmente latino-americanos em seu modo de vida (BERTHELL, 2009).

O Brasil se tornou um novo ator de peso na África, ao lado da China e da Índia. Com isso, a intenção de aprofundar as relações e estabelecer uma parceria estratégica com potências regionais como China, Índia, Rússia e África do Sul, representou a tentativa de contribuir com o estabelecimento de um sistema global multipolar. Percebe-se então, que o princípio de democratização das relações internacionais é explicitamente invocado (VISENTINI, 2011). A construção e o fortalecimento da aliança informal pelo BRICS foram compreendidos pelo governo brasileiro como uma oportunidade de maior participação do Estado na construção da multipolaridade pautada pelo multilateralismo recíproco (SILVA, 2013).

Em relação a integração sul-americana, definida como a principal prioridade externa do governo Lula, o Brasil se ofereceu como um parceiro estratégico para auxiliar os seus vizinhos a retomar o crescimento econômicos (ALEGRÍA, 2013). Esta nova realidade de integração, permitiu reforçar as políticas de desenvolvimento lançadas pelos países sul-americanos, no que tange ao desenvolvimento da infraestrutura física como transporte, energia e comunicação (VISENTINI, 2011).

Desta forma, o que se observa é o retorno da América do Sul ao protagonismo diplomático e ao processo de integração, com a afirmação paralela de agendas internas de desenvolvimento econômico e social. A atuação diplomática sul-americana, além disso, não se refere apenas ao plano regional, mas a uma atuação concertada de âmbito mundial (VISENTINI, 2011, p. 61).

Irrompeu-se um novo clima na América do Sul, com a associação do Peru ao MERCOSUL, a campanha por apoio dos países andinos à associação da Comunidade Andina de Nações (CAN) ao MERCOSUL e o avanço significativo do processo à integração da infraestrutura física dos países sul-americanos. Assim, novos governos assumiram o poder com posições externas comuns às da diplomacia brasileira, e os demais alteraram sensivelmente suas agendas convergindo com a do Itamaraty. Em 2008, como resultado da articulação proposta pelo governo Lula com os países sul-americanos é concebido a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), visando fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre as doze nações da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (VISENTINI, 2011).

A partir de então, o Brasil passa a ser considerado como uma potência regional, não apenas pelos seus interesses estratégicos em termos políticos e econômicos, mas também conforme os argumentos utilizados pelos formuladores de política externa brasileira, de que é imprescindível ser uma potência regional para se tornar uma potência global. Não obstante, como foi analisado, a liderança brasileira parece contemplar exclusivamente a América do Sul, não ocorrendo igual engajamento, portanto, com os demais países da América Latina (BUELVAS; PIÑEROS, 2012; BERTHELL, 2009.).

De acordo com Serbin (2008), essa restrição da liderança regional brasileira à América do Sul encontra fundamento na influência política e econômica que os Estados Unidos exercem na América Central, Caribe e no México e, ainda, no fato deste último possuir certo protagonismo nessas regiões como líder cultural da expressão *Latinoamérica*. Portanto, a pretensão do Brasil de construção do sul-americanismo como ideia de um novo regionalismo, que se privilegie em face do processo de regionalização da América Latina se torna compreensível com:

a) o aumento da interdependência econômica com os países da região, b) a presença de seus nacionais no território dos Estados sul-americanos, c) como um resultado do exposto acima: a busca pela estabilidade regional para que os interesses nessa região não sejam prejudicados; e d) a busca da diluição do poder relativo da Argentina, devido sua usual contradição no cone sul, em um cenário em que ocorra a participação de mais países e) a exclusão dos países da América Central e do México, dado que este país sempre foi líder na América Latina, o que dificulta o papel de protagonismo brasileiro na região e devido a que este considera a política exterior mexicana e centro-americana alinhada aos interesses da superpotência norte-americana, frente ao que a América do Sul procura ter uma certa autonomia (ALEGRÍA, 2013, p. 258; tradução nossa)⁴³.

Por outro lado, de acordo com Amorim (2010), a política externa brasileira considera que a consolidação de uma América do Sul integrada sob liderança brasileira compartilhada representa um passo importante no sentido de promover uma integração maior com a América

⁴³ a) el incremento de la interdependencia económica con los países de la región, b) la presencia de sus nacionales en los territorios de los Estados suramericanos, c) como consecuencia de los anteriores: la búsqueda de estabilidad regional para que no se vean perjudicados estos intereses en esa área, y d) La búsqueda de la dilución del poder relativo de Argentina, su usual contradictor en el cono sur, en un escenario en el que participan más países e) La exclusión de los países centroamericanos y de México, dado que este país siempre fue líder en Latinoamérica, por lo que no se plegaría tan fácilmente al protagonismo brasileño, y debido a que Brasil considera que la política exterior mexicana y centroamericana se encuentra demasiado alineada con los intereses de la superpotencia norteamericana, frente a los que el Suramericanismo procura tener una cierta autonomía

Latina e Caribe. Assim, a liderança regional brasileira vem gerando uma separação política entre a América do Sul e América do Norte,

Enquanto os Estados Unidos se mantêm como ator dominante na América Central, o Brasil vem ocupando os espaços vazios - que em outros tempos era ocupado pela potência estadunidense - no sul do continente. [...] Perante o descuido estadunidense de sua tradicional esfera de influência, Brasil, seguindo a lógica de toda potência regional com aspirações de ascensão, começou a maximizar, mediante diferentes estratégias e instrumentos de política externa, sua influência na região (BUELVAS; PIÑEROS, 2012, p. 163; tradução nossa)⁴⁴.

Nesse contexto, quando os países do BRICS citam em suas declarações que representam países em desenvolvimento provenientes da Ásia, África, Europa e América Latina, o papel de liderança política brasileira, mesmo que compartilhada, parece se limitar tão somente a América do Sul (BRASIL, 2012). De fato, na VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza, os países do grupo, aproveitando a ocasião, demonstraram disposição em estreitar as relações com os países da América do Sul e reconheceram a importância dos processos de integração regional, como o MERCOSUL e a UNASUL, para o desenvolvimento da região:

Renovamos nossa disposição para o crescente engajamento com outros países, em particular países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado, assim como com organizações internacionais e regionais, com vistas a fomentar a cooperação e a solidariedade em nossas relações com todas as nações e povos. Para tanto, realizaremos uma sessão conjunta com os líderes das nações sul-americanas, sob o tema da VI Cúpula do BRICS, com o intuito de aprofundar a cooperação entre os BRICS e a América do Sul. Reafirmamos nosso apoio aos processos de integração da América do Sul e reconhecemos, sobretudo, a importância da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na promoção da paz e da democracia na região, e na consecução do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Acreditamos que o diálogo fortalecido entre os BRICS e os países da América do Sul pode desempenhar papel ativo no fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional, para a promoção da paz, segurança, progresso econômico e social e desenvolvimento sustentável em um mundo globalizado crescentemente complexo e interdependente (BRASIL, 2014, s/p)

⁴⁴ Mientras los Estados Unidos se mantienen como actor dominante en Centroamérica, Brasil ha venido ocupando los espacios vacíos —que otrora ocupara la potencia estadounidense— en el sur del continente. [...] Pero ante el descuido estadounidense de su tradicional esfera de influencia, Brasil, siguiendo la lógica de toda potencia regional con aspiraciones de ascenso, comenzó a maximizar, mediante diferentes estrategias e instrumentos de política exterior, su influencia en la región.

Posto isto, evidencia-se que o Brasil possui papel crucial ao engajamento do BRICS na América Latina, com destaque a região sul-americana, onde possui maior influência. Nesse sentido, em face da ocorrência nos últimos anos de reuniões entre os países latino-americanos com vistas em alcançar maior integração com os países do BRICS, parece existir, então, uma tendência à ampliação das relações entre todo subcontinente com o bloco. Por este último, o Brasil é destacado nessas reuniões regionais como ator que possui papel chave em representar a América Latina no agrupamento e com isso reivindicar melhores oportunidades e benefícios para a região.

4.2 RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL (RICS) NA AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE 2001 E 2011

Como resultado da vontade política dos governos dos países da América Latina e Caribe da Rússia, Índia, China e África do Sul em promover novas áreas de cooperação e maiores fluxos comerciais e de investimento, em cenário de baixo crescimento econômico mundial, manifesta-se, nos últimos anos, um maior aprofundamento das relações entre os ambos grupos de países (SELA, 2013).

Salienta-se, então, a importância e prioridade que tanto a Rússia como a China dão à região latino-americana. No caso da China, além da questão da grande oferta de matérias-primas, tem-se o fato do reconhecimento, por parte de alguns países do subcontinente⁴⁵, de Taiwan como um país soberano, mantendo, portanto, relações diplomáticas com este. Desta forma, a cooperação internacional projetada pela China na região faz parte de uma estratégia com o objetivo de obter o reconhecimento de seu governo e estabelecer relações diplomáticas com um maior número de países (LOCATELLI, 2013). No caso da Rússia, a intensificação do diálogo político e as visitas oficiais ao mais alto nível têm agregado um papel importante ao país na região, gerando impulso aos vínculos comerciais e promovendo novas parcerias (SELA, 2013a).

⁴⁵ 12 dos 23 Estados que mantém relações com Taiwan se encontram na América Latina e Caribe, os quais são: Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas (RODRIGUEZ, 2008).

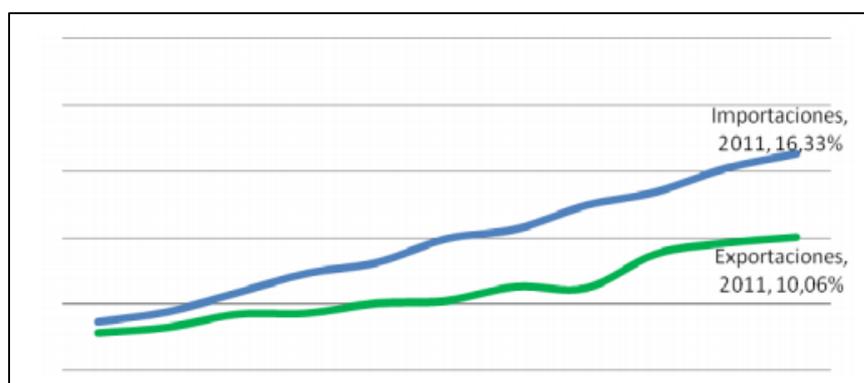
Figura 7 – Comércio da América Latina e Caribe: Total e com os RICS (em milhões US\$)

Años	Exp. De ALC al mundo	Exp. De ALC a RICS	Razón Exp. ALC a RICS/mundo (%)	Imp. De ALC del Mundo	Imp. De ALC de RICS	Razón Imp. ALC a RICS/mundo (%)	CT de ALC con Mundo	CT de ALC con RICS	Razón Exp. ALC a RICS/mundo (%)
2001	349077	9845.4	2.82%	377576	14024.5	3.71%	726653	23869.8	3.28%
2002	353659	11503.8	3.25%	353237	15788.0	4.47%	706896	27291.8	3.86%
2003	386699	16411.9	4.24%	365530	21562.3	5.90%	752229	37974.2	5.05%
2004	475693	20566.1	4.32%	444572	32714.4	7.36%	920265	53280.5	5.79%
2005	573461	29087.0	5.07%	526740	42989.0	8.16%	1100201	72075.9	6.55%
2006	685263	36062.3	5.26%	626383	62315.4	9.95%	1311646	98377.6	7.50%
2007	769587	48655.3	6.32%	746040	79614.6	10.67%	1515627	128270.0	8.46%
2008	894448	55569.4	6.21%	911838	113546.5	12.45%	1806286	169115.8	9.36%
2009	688326	60548.2	8.80%	683172	91919.8	13.45%	1371498	152468.0	11.12%
2010	890383	85621.3	9.62%	887574	135241.1	15.24%	1777957	220862.4	12.42%
2011	1058268	106444.2	10.06%	1049492	171353.3	16.33%	2107760	277797.5	13.18%
T.M.C	12.74%	27.41%	n.a.	12.05%	30.24%	n.a.	12.36%	28.86%	n.a.

Fonte: SELA, 2013, p. 33-34.

A partir deste quadro, percebe-se que o comércio da América Latina e Caribe com o mundo se incrementou de maneira expressiva entre 2001 a 2011. Durante este período, o comércio total da região cresceu em uma média anual de 12,36%, assim, de US\$ 726.6 milhões passou a comercializar US\$ 2.1 bilhões. Conforme o SELA (2013), o desempenho do comércio da região com os RICS foi um dos impulsores ao crescimento comercial da América Latina e Caribe. Entre 2001 e 2011, as exportações da região latino-americana aos países dos RICS se multiplicaram por quase 11 vezes, enquanto o crescimento das importações foi ainda maior, multiplicando-se por 12. Nesse contexto, os RICS passaram a representar, em 2011, 13,2% do fluxo comercial total da região, em comparação com 3,3% em 2001.

Figura 8 – Evolução da participação da Rússia, Índia, China e África do Sul no comércio total da América Latina e Caribe



Fonte: SELA, 2013, p. 34.

Não obstante, nesse mesmo período a América Latina e Caribe se mantiveram com uma conta corrente deficitária com a Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2011, o déficit comercial alcançou os US\$ 67 milhões, o que se explica sobretudo pelas exportações chinesas (SELA, 2013).

Em relação às exportações, o Brasil, no subcontinente, é o principal sócio comercial com os demais países do bloco, praticamente triplica as exportações do Chile, segundo sócio exportador. O Brasil tem tido um crescimento importante de suas exportações com destino ao bloco, as quais tem se incrementado em uma média de 29% cada ano, desde 2005. Entretanto, esse crescimento é menor, comparado ao resto das demais principais economias latino-americanas. México tem incrementado suas exportações em 84% a cada ano, no mesmo período enquanto Colômbia manteve a uma taxa de 161% e Venezuela a 228%, como pode ser analisado no quadro a seguir:

Figura 9 – Principais exportadores da América Latina e Caribe à Rússia, Índia, China e África do Sul

País Exportador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	T.M.C.
Brasil	14531,23	18232,23	24986,18	37355,09	35930,42	46755,24	62167,73	29%
Chile	5551,94	7504,32	12531,63	13411,84	14038,42	19911,77	22944,44	69%
Venezuela	1299,06	3185,59	3685,92	10972,50	6220,72	11700,84	17772,99	228%
México	2581,59	3606,56	5053,30	6457,81	5405,05	8793,38	12993,08	84%
Argentina	5501,76	6602,06	9203,14	12190,92	6929,78	9676,90	9516,55	29%
Perú	2334,46	3038,78	4565,96	4856,78	4441,27	6671,78	8394,49	60%
Costa Rica	1029,38	1860,74	2455,61	2462,71	2828,00	3338,87	4140,49	67%
Colômbia	340,71	456,11	1564,09	1331,94	1462,97	3048,10	3290,08	161%
Ecuador	531,83	665,07	1161,78	1755,47	1644,75	1582,06	1917,81	60%
Uruguay	225,86	533,67	490,31	981,89	1079,80	1543,16	1831,23	135%
Cuba	303,45	5,80	1186,71	1000,90	648,48	829,74	959,81	53%
Trinidad y T.	23,57	37,66	143,84	155,73	260,70	188,86	544,52	385%
Paraguay	138,82	289,14	206,06	385,93	39,52	503,99	542,61	73%
Rep. Dominicana	36,01	108,05	148,52	17,93	122,12	164,92	324,04	150%
Bolívia	36,17	53,08	82,01	16,29	136,55	210,75	295,89	136%

Fonte: SELA, 2013, p. 35.

Os principais produtos que os países da América Latina e Caribe exportam ao resto do mundo são combustíveis minerais, seguidos por veículos, minerais, máquinas e aparatos elétricos. Entretanto, os produtos que os mesmos países exportam aos RICS são principalmente matérias primas: minerais, combustíveis, sementes e frutas oleaginosas. Segundo o SELA (2013) as exportações do subcontinente aos RICS se encontram concentradas em poucas categorias de produtos, sendo, praticamente, todas estas localizadas no ramo de *commodities*. Dessa maneira, o SELA (2013) aponta que existe uma variedade de categorias de produtos latino-americanos que poderiam cobrir importante parte da demanda da Rússia, Índia, China e África do Sul, mas que não são realizadas devido ao fato dos países do subcontinente destinarem pouco de sua oferta exportável⁴⁶ ao grupo.

No caso das manufaturas de cestaria, América Latina e Caribe poderia cobrir um pouco mais de 40% da demanda grupal dos RICS, mas destina de 0,1% de sua oferta exportável e termina satisfazendo uma quantidade nula da demanda dos RICS. No caso de artigos e acessórios de vestuário e objetos de arte e antiguidade, América

⁴⁶ No que tange as empresas e os mercados internacionais, a oferta exportável se refere ao volume contínuo e estável destinado aos mercados internacionais que permite o fechamento de acordos comerciais que superam o curto prazo (CIGNACCO, 2009).

Latina e Caribe poderia satisfazer cerca de 90% da demanda de importações dos RICS por esses produtos, mas só destina 0,2% de suas exportações a esses países. Casos muito similares e inclusive com potencial ainda maior se repetem com outros artigos têxteis; preparações a base de cereais; hortaliças e legumes; armas e munições; produtos de malte e amidos; cacau; explosivos; automóveis; peças de veículos, animais vivos; bebidas e vinagre alcoólico; leite e produtos lácteos; elásticos e extratos de resinas vegetais, peixe e crustáceos (SELA, 2013, p. 40; tradução nossa)⁴⁷.

Por outro lado, no que concerne às importações, o Brasil se mantém como o principal sócio comercial dos demais países do bloco na região. Enquanto países como México e, sobretudo, Panamá, o qual não aparece na lista dos 15 principais exportadores da América Latina e Caribe aos RICS, consolidam-se como os principais sócios comerciais depois do Brasil. Como pode ser visualizado no quadro:

⁴⁷ En el caso de las manufacturas de cestería, América Latina y el Caribe podría cubrir un poco más del 40% de la demanda grupal de los RICS, pero destina menos del 0,1% de su oferta exportable y termina satisfaciendo una cantidad nula de la demanda de los RICS. En el caso de prendas y complementos de vestir y los objetos de arte y antigüedades, América Latina y el Caribe podría satisfacer cerca del 90% de la demanda de importaciones de los RICS por estos productos, pero sólo destina 0,2% de sus exportaciones a esos países. Casos muy similares e incluso con aún mayor potencial se repiten con otros artículos textiles; preparaciones a base de cereales; hortalizas y legumbres; armas y municiones; productos de malta almidón y fécula; cacao; pólvoras y explosivos; vehículos automóviles y autopartes; animales vivos; bebidas alcohólicas y vinagre; leche y productos lácteos; gomas y resinas de extractos vegetales, y pescados y crustáceos.

Figura 10 – Principais importadores da América Latina e Caribe de produtos da Rússia, Índia, China e África do Sul (em milhões US\$)

País Importador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	T.M.C.
Brasil	6720,38	10006,01	14947,88	24757,50	17339,09	30640,33	40149,57	40%
México	6298,63	9812,24	12744,72	15347,52	13355,69	19218,73	26549,59	29%
Panamá	3524,49	4051,96	5754,65	8325,56	6673,47	12202,58	14839,40	31%
Chile	2355,93	3358,92	4742,52	6689,17	5255,34	8593,85	11443,13	33%
Argentina	1743,03	2465,82	4192,11	6326,83	4014,47	6811,62	9901,72	40%
Venezuela	1048,30	1880,83	3383,26	4501,15	3155,45	3963,05	8527,05	51%
Colômbia	1411,84	2120,81	2959,18	3650,27	2835,33	4470,78	6851,42	34%
Perú	784,11	1247,55	2118,50	3506,04	2491,53	4290,67	5773,26	45%
Bahamas	425,18	558,81	210,25	404,55	972,99	2846,26	3006,08	67%
Ecuador	519,72	85,33	1041,83	1731,59	1141,42	1668,96	2615,51	195%
Uruguay	459,78	45,79	940,48	1359,56	1045,23	1613,45	2198,55	329%
Guatemala	561,30	818,08	912,45	1119,41	764,70	1173,09	1513,48	22%
Paraguay	269,35	353,49	517,28	810,79	549,67	1096,03	1320,42	37%
Cuba	773,25	1466,56	1311,68	1584,90	1278,57	1313,13	1252,58	13%
Rep. Dominicana	323,07	503,64	565,78	757,47	651,15	1012,77	1124,26	26%

Fonte: SELA, 2013, p. 41.

Dentre os principais produtos que a região da América Latina e Caribe importa dos demais países do mundo se encontram: combustíveis minerais, máquinas e aparatos mecânicos, aparatos elétricos e automóveis. Essas quatro categorias descritas correspondem com as principais importações que a região latino-americana realiza dos RICS. Em linhas gerais, os RICS poderiam cobrir mais de 100% da demanda de importação da região latino-americana, entretanto cobrem menos de 5% e destinam menos de 5% de sua oferta exportável (SELA, 2013).

A partir dessas explanações em matéria comercial, evidencia-se uma diversidade das oportunidades comerciais e potencial à complementaridade das economias de ambos os grupos. Não obstante, conforme estudos do SELA (2013), as oportunidades do comércio RICS-América Latina são negligenciadas e o marco institucional necessário à transformação dessa conjuntura se encontra em grau incipiente. Nesse sentido, como um dos principais motivos à esse desarranjo, tem-se a ausência de informações sobre as oportunidades que existem em ambos lados, assim como o desconhecimento acerca da maneira de como acessar aos respectivos mercados.

Por conseguinte, para visualizar a aproximação de cada país dos RICS com a região latino-americana, no início do século XXI, será descrito um breve resumo contendo informações gerais, no que tange aos investimentos e cooperação comercial.

4.2.1 Rússia na América Latina e Caribe

A relevância da Rússia como sócio econômico-comercial para os países latino-americanos aumentou de forma substancial na década de 2000, uma vez recuperada a economia russa da crise dos anos 1990 determinada pelo processo derivado da desintegração da URSS. Por este panorama, como consequência do desenvolvimento da economia russa durante os últimos anos, a Rússia vem buscando uma maior inserção na economia mundial. Desta maneira, o interesse russo na América Latina e Caribe se dá com o reconhecimento do peso dos Estados da região na política mundial. Assim, a cooperação econômica, comercial, científica, e cultural com a região latino-americana, tem se convertido em uma das prioridades da política internacional russa, intensificando-se o diálogo político, e o apoio industrial, ajuda militar e colaboração antidrogas (SELA, 2013).

De igual modo, o mercado latino-americano tem sido alvo de grande interesse da indústria russa, devido, principalmente, às suas grandes perspectivas de retorno econômico. Desta forma, o governo russo vem expandindo sua cooperação em esferas que possui maior competitividade, como o setor energético, de minério, infraestrutura e militar. Em particular, a presença russa tem dado ênfase na exploração espacial, extração de petróleo, construção de hidroelétricas e o uso pacífico da energia nuclear e grandes projetos econômicos para o desenvolvimento da infraestrutura. Em suma, os acordos que a Rússia possui com a região latino-americana são diversos e tem se incrementado em mais de 150 a partir da década de 2000 (SELA, 2009b)

A Rússia mantém uma economia relativamente fechada, possuindo Acordos Preferenciais de Comércio exclusivamente com as ex-repúblicas soviéticas, sendo assim o país não conta com nenhum acordo preferencial com os países da América Latina e Caribe (OMC, 2013).

Por outro lado, após a crise de 2008, os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)⁴⁸ provenientes da Rússia em direção ao subcontinente se reativaram de maneira intensa. Assim, para a Rússia, a América Latina e Caribe é uma zona estratégica pela possibilidade de suas reservas energéticas, muitas dessas que ainda se encontram sem ser exploradas. Posto isto, empresas com tecnologia e experiência na exploração e extração desses recursos, como *Gasprom*, *Rosnaft*, *Lukoil*, *Garzpromneft*, e *TNK-BP* vêm operando em vários países da América Latina e Caribe como Venezuela, Colômbia, Brasil, Bolívia e existem projetos em negociação com México, Equador, e Peru (SELA, 2009b).

Além do mais, as empresas russas têm desenvolvido projetos importantes no setor elétrico e da mineração. O consórcio russo *Siloviye Mashiny* tem participado na construção de estações hidroelétricas no Brasil, Chile, Argentina e México. *Energomashkorporatsia* e *Tecnoprom Export* têm participado na construção de hidroelétricas na Colômbia e Bolívia. Enquanto, o *UC Rusal*, maior produtor de alumínio, vem participando na privatização da indústria de bauxita da Guiana ao adquirir 90% da empresa estatal e em 2007 adquirir a participação majoritária em *Alpart* e *Windalco*, empresas de alumínio e bauxita na Jamaica. A mesma empresa tem firmado cartas de intenção com a Venezuela para instalar um complexo industrial de alumínio e alumina (SELA, 2009b).

4.2.2 Índia na América Latina e Caribe

Nos últimos anos, o desenvolvimento político, econômico-comercial, diplomático e estratégico da Índia tem atraído a atenção de diferentes analistas. De um lado, destaca-se a sua transformação, de forma unilateral, em um Estado Nuclear e seu reconhecimento pelos EUA. De outro, evidencia-se o seu processo de reforma econômica no início dos anos 1990 levando a um papel de destaque no Fórum Econômico Mundial (FEM), no Banco Interamericano de Desenvolvimento e na CEPAL. Portanto, realça-se sua ação político-diplomática buscando maior e melhor inserção nos processos multilaterais asiáticos, em especial com a China e com o Sudeste Asiático, mas também com os Estados Unidos, União Europeia, África e a América Latina. Com esta última região se sobressai o lançamento do programa *Focus Latin America*,

⁴⁸ Investimento estrangeiro direto (IED), de acordo com Wolffenbüttel (2006), representa todo aporte de dinheiro vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, isto é, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas. Esse tipo de investimento é o mais interessante porque os recursos entram no país, ficam por longo tempo e ajudam a aumentar a capacidade de produção.

em 1997. Em relação a este último, junto com o continente africano, destaca-se a criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (OLIVEIRA, 2010).

Vale ressaltar que além de ser membro observador na Organização dos Estados Americanos (OEA), e na Comunidade Andina, a Índia mantém contatos com a Comunidade do Caribe (CARICOM), com o Grupo do Rio e tem um acordo de cooperação assinado com o Sistema Integração Centro-Americana (SICA) (OLIVEIRA, 2010).

À medida que foram implementados os processos de modernização e reforma, o Estado indiano buscou priorizar o relacionamento econômico-comercial com a América Latina. Deste modo, o programa *Focus Latin America*, lançado pelo Ministério do Comércio da Índia, tinha como objetivo primordial incentivar e informar o empresariado indiano sobre as possibilidades de se negociar com o mercado latino-americano.

Os principais mecanismos responsáveis pelo fomento das relações entre a Índia e a América Latina e Caribe estão associados ao comércio e às redes de investimentos. Assim, a Índia possui um acordo de Alcance Parcial com Chile, em vigor desde 2007, e ambos governos se encontram negociando um Tratado de Livre Comércio. Além disso, a Índia possui um outro Acordo de Alcance Parcial com o MERCOSUL, em vigor desde 2009. Portanto, desde 1989 a Índia pertence ao Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) junto com os membros do G-77, incluindo países latino-americanos, o que tem favorecido no estabelecimento desse tipo de acordo com os países latino-americanos (OMC, 2013).

Oliveira (2010), adverte ao fato de que o acordo Índia-MERCOSUL se insere no conjunto das estratégias indianas de buscar consolidar parcerias dentro do princípio da Cooperação Sul-Sul,

[...] neste mesmo momento, o Mercosul estava negociando um acordo de reduções tarifárias com a África do Sul e os demais países que compõem a União Aduaneira da África Austral (SACU). E que a Índia também finalizou o rascunho do Acordo Preferencia Índia-SACU em 2004. E é interessante observar que essa estratégia aparentemente levou ao estabelecimento do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), em 2003 (OLIVEIRA, 2010, p. 148).

Destarte, em razão da Índia possuir tratados preferenciais de comércio com um grande número de países em desenvolvimento, culmina-se, assim, na reduzida presença indiana em

âmbito comercial na região latino-americana. Deste modo, concentra-se mais de 80% de suas exportações em países como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Peru e a concentração de suas importações em relação a estes países ultrapassam os 90% (SELA, 2009).

[...] Índia tem tido uma menor aproximação com a região, a qual não corresponde com a importância que a Índia está adquirindo no contexto mundial. Salvo o caso do Brasil, as relações comerciais que Índia têm estabelecido com a maioria dos países da região permanecem em um Estado incipiente. (SELA, 2013, p. 31; tradução nossa)⁴⁹.

A presença de investimentos da Índia tem se incrementando de forma expressiva na América Latina e Caribe. A economia indiana é um dos grandes investidores na região sendo que os fluxos de capital financeiro tem se ampliado e diversificado nos últimos anos. Grande parte dos investimentos indianos que são realizados na América Latina e Caribe correspondem ao setor de serviços. Dada a experiência e especialização da Índia nesse setor, os investimentos no subcontinente são estabelecidos, exclusivamente, por meio de empresas deste ramo, mesmo que nos últimos anos tenha ampliado o fluxo de investimentos indianos no setor de mineração e hidrocarbonetos (SELA, 2013).

Importantes empresas de consultoria como *Tata Consultancy Services* têm se expandido na América Latina e Caribe, estabelecendo operações no México, Argentina, Brasil Chile, Equador, Colômbia, Peru e Uruguai. Outras importantes empresas da Índia na região são *24/7 Costumer*, empresas de serviço de atenção a clientes, no Guatemala; *Wipro Technologies Ltd*, companhia e *Infosys Technologies*, de software, no México e Brasil; *Satyam Computer Services Ltd* no Brasil e *Evalueserve*, uma consultoria com operações no Chile. Em relação a mineração e hidrocarbonetos, *Oil and Natural Gas Corporation Ltd* é uma empresa indiana com maior participação na América Latina e Caribe. A mesma empresa, diretamente ou por meio de fusões e compra de ações de outras empresas, também possui projetos petrolíferos no Brasil, Colômbia e Venezuela. Enquanto as empresas *Jinal Steel and Power*

⁴⁹ [...] India ha tenido un menor acercamiento con la región, el cual no corresponde con la importancia que la India está adquiriendo en el contexto mundial. Salvo el caso de Brasil, las relaciones comerciales que India ha establecido con la mayoría de los países de la región permanecen en un estado incipiente.

Ltd e Reliance Industries Ltd têm ganhado licitações para exploração de jazidas de petróleo e gás no Peru (SELA, 2009).

4.2.3 China na América Latina e Caribe

A partir dos anos 2000, torna-se patente um novo impulso das relações sino-latino-americanas, reforçado pelo intercâmbio de visitas do mais alto nível, particularmente com países latino-americanos que possuem economias com grandes potenciais à China. Dessa forma, o governo chinês concebe suas relações com a região por meio de uma substantiva ênfase no âmbito econômico, embora também tenha interesse na abertura de relações diplomática com as nações latino-americanas, principalmente com as da América Central e Caribe, onde se concentra um maior número de países que não reconhecem Beijing (SELA, 2009c).

A primeira abordagem política integral oficial, por parte da China em relação à região latino-americana, ocorreu em 2008 com o lançamento do “Livro Branco sobre a Política da China em relação à América Latina e Caribe”, cujo objetivo principal se pautava em lançar uma plataforma de relacionamento com a região. Assim se expressa:

Formando parte importante do conjunto dos países em vias de desenvolvimento, América Latina e Caribe constituem uma força relevante no atual cenário internacional. As novas circunstâncias trazem renovadas oportunidades de desenvolvimento para as relações sino-latino-americanas e sino-caribenhas. A elaboração por parte do Governo chinês do Documento sobre a Política em relação à América Latina e Caribe tem como propósito manifestar com maior claridade os objetivos da política chinesa em relação à região, estabelecer os princípios guias da cooperação nas diversas áreas durante um determinado período do futuro e promover o contínuo desenvolvimento sano, estável e integral das relações sino-latino-americanas e sino-caribenhas (CHINA, 2008, s/p; tradução nossa)⁵⁰.

⁵⁰ Formando parte importante del conjunto de los países en vías de desarrollo, América Latina y el Caribe constituyen una fuerza relevante en el actual escenario internacional. Las nuevas circunstancias traen renovadas oportunidades de desarrollo para las relaciones sino-latinoamericanas y sino-caribeñas. La elaboración por parte del Gobierno chino del Documento sobre la Política hacia América Latina y el Caribe tiene como propósito manifestar con mayor claridad los objetivos de la política china hacia la región, plantear los principios rectores de la cooperación en las diversas áreas durante un determinado período del futuro y promover el continuo desarrollo sano, estable e integral de las relaciones sino-latinoamericanas y sino-caribeñas.

Nesse contexto, o extraordinário crescimento econômico chinês, durante as últimas décadas, tem impactado a América Latina e Caribe de duas maneiras distintas. Por um lado, a China tem efetivamente incrementado sua demanda por matérias primas, o que tem beneficiado a um grande número de países na região, sobretudo os países sul-americanos. De outro modo, o crescimento chinês tem implicado na imigração de um grande número de indústrias da América Latina e Caribe, principalmente as de uso intensivo de mão-de-obra, em direção ao território chinês. Essa conjuntura, portanto, tem produzido um acirramento da competição sobre a produção do México com os países centro-americanos e caribenhos. Destarte, a China se configura como principal sócio comercial de países como o Brasil, Chile, Peru e segundo do México (SELA, 2013).

A China sempre buscando matéria prima, para o seu crescimento econômico, e novos mercados, para a saída de seus produtos, encontrou na América Latina um subcontinente abundante de recursos naturais e um mercado caracterizado por uma classe média com um considerável poder aquisitivo (CONTIPELLI; PICCIAU, 2015, p. 232; tradução nossa)⁵¹.

Nesse sentido, os países da América Latina oferecem matéria energética como o petróleo (Venezuela), carne (Argentina), soja (Brasil) e cobre (Chile e Peru). Enquanto a China, em troca, oferece a esses países empréstimos com juros muito favoráveis à construção de obras de infraestruturas e, em alguns casos, esses empréstimos são pagos diretamente com fornecimento de matérias primas. Portanto, muitos analistas assinalam isso como uma estratégia chinesa no subcontinente, ainda que aparentemente favorável aos países latino-americanos, mas que, entretanto, pode de maneira implícita acabar por tornar essas economias cada vez mais dependentes da exportação de matérias primas em relação à China (CONTIPELLI; PICCIAU, 2015; LOCATELLI, 2013).

Portanto, o surgimento da China como investidor no mundo é relativamente recente. Para a região latino-americana, os investimentos e empréstimos chineses se iniciaram a partir do final da década de 2010 e, então, vêm se tornando a principal fonte de financiamento em

⁵¹ La China siempre buscando materia prima, para sostenimiento de su sorprendente desarrollo económico, y nuevos mercados, para salida de sus productos, encontró en Latinoamérica un continente abundante de recursos naturales y un mercado caracterizado por una clase media con un considerable poder adquisitivo.

alguns países, principalmente àqueles que enfrentam dificuldades em acessar aos mercados internacionais de capital ou para financiar projetos de infraestrutura e industrial (GALLAGHER, 2013).

Em relação aos Investimento Estrangeiro Direto (IED), o acumulado na América Latina e Caribe alcançou US\$ 31 milhões para fins de 2009, quando o IED chinês na região dobrou a cifra de 2008. Em sua maioria, o fluxos de capital provenientes da China se destinam a aquisição e fusão com outras empresas. Entre 1990 e 2010 mais de 85% da IED da China na América Latina e Caribe tiveram como destino setores de energia e matérias primas que são aproveitadas para exportar e ser processadas. Dessa forma, parte dos fluxos e o acumulado da IED da China na região latino-americana 90% se concentram em paraísos fiscais como as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas. Depois destas ilhas, o Brasil é o país que tem recebido maior investimento da China, seguido pelo Peru, Venezuela, México, Equador e Chile, tanto no acumulado como nos fluxos entre 2006-2010 (SELA, 2013).

No que tange aos empréstimos, estes têm sido outorgados pelo Banco de Desenvolvimento da China (BDC) com 81%, do Banco para as Exportações e Importações com 10% e o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) com 6%. Os empréstimos normalmente têm sido significativos e se concentram, principalmente, na Argentina, Brasil, Equador e Venezuela, com 93% do total. Estima-se, segundo o SELA (2013), que o montante de crédito que a China tem outorgado aos países latino-americanos se aproximam de US\$ 85 milhões, o que representa uma grande proporção do financiamento chinês no exterior.

4.2.4 África do Sul na América Latina e Caribe

De acordo com Visentini (2013), a África do Sul é a maior economia do continente africano, sendo uma potência regional de influência continental, além de, no nível global, uma economia de mercado emergente. Com as grandes mudanças políticas, após o fim do *Apartheid*, no início da década de 1990, o Estado sul-africano passou a estabelecer relações diplomáticas com praticamente todos os países da América Latina e Caribe⁵².

⁵² Nesta primeira etapa se estabeleceram relações com Argentina e Chile em 1991. Posteriormente, com a transição democrática e a consolidação do novo governo, entre 1993 e 1995, foi estabelecido as relações com México, Colômbia, Cuba, Equador, Peru, Venezuela, Trinidad e Tobago, Guatemala, Costa Rica, Jamaica, Bahamas e San Vicente e Granadinas. No final da década de 1990 e durante 2000, estabeleceram-se relações com o resto dos países, principalmente, da América Central e do Caribe (SELA, 2012).

Salienta-se que a África do Sul e a América Latina compartilham desafios similares de desenvolvimento em termos de crescimento econômico, educação, saúde, segurança, corrupção e desigualdade social. Em razão disto, tem-se um impulso das relações entre o Estado sul-africano e a região latino-americana, convertendo-se no estabelecimento de uma rede de mecanismos de diálogo político e acordos de cooperação, fortalecendo essas relações por meio de uma crescente institucionalização (SELA, 2012).

Nesse contexto, existem foros multilaterais, como o BRICS, G-20, IBAS e ASA, onde a África do Sul mantém posições comuns com as dos países latino-americanos. Neste sentido, a OMC se apresenta como o principal mecanismo de coordenação comercial entre o Estado sul-africano e o subcontinente, “[...] dado que é o único mecanismo em que a África do Sul e a maior parte dos países da região da América Latina e Caribe coincidem” (SELA, 2012, p. 20; tradução nossa)⁵³.

No ano 2000, o país sul-africano e o MERCOSUL firmaram um acordo para a criação de uma área de livre comércio, estabelecendo, assim, um comitê de negociação para a constituição do tratado. No ano de 2004, o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU) firmaram um acordo preferencial de comércio e reafirmaram suas convicções de aprofundar as negociações de cooperação. Assinado em 2008, pelos Estados membros do MERCOSUL e em 2009 pelos membros da SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), o acordo MERCOSUL-SACU prevê margens de preferências de 10%, 25%, 50% e 100% para 1.050 linhas tarifárias de cada lado (VISENTINI, 2013).

Em linhas gerais, o Brasil e Cuba se destacam como os principais parceiros sul-africanos do subcontinente latino-americano, em razão do grande dinamismo e diversidade de suas relações. Entretanto, tal engajamento não se repete da mesma maneira com os demais países da região. Conforme os estudos do SELA (2012), o grau de aproximação sul-africano em sentido à América Latina e Caribe é, ainda, incipiente e a nível comercial e de investimento se mostra muito aquém se comparado ao potencial que ambas partes possuem para aprofundar as relações (SELA, 2012).

Na América Latina e Caribe se conhece pouco sobre a realidade sul-africana em termos políticos, econômicos, de comércio e investimento, de cooperação para o

⁵³ [...] debido a que es el único mecanismo en el que Sudáfrica y la mayor parte de países de la región de América Latina y el Caribe conciden.

desenvolvimento, sociais, culturais, tecnológicos, de infraestrutura, política externa, meio ambiente e como ator global. Isto não corresponde com o peso regional e internacional que tem ganhado a República Sul-Africana nos últimos anos (SELA, 2012, p. 23).

Em comparação com os casos da Rússia, China e Índia, a África do Sul tem registrado fluxos históricos na recepção de IED, mas esta tendência não tem se apresentado de maneira similar à saída de capital. Em 2011, a África do Sul, praticamente, não registrou saída de capital. Além do mais, os investimentos da África do Sul seguem estando fortemente concentrados na região da África Subsaariana (SELA, 2013).

Embora a economia sul-africana se mostre em crescimento, junto com sua influência no continente africano, as relações comerciais com a América Latina e Caribe tem sido incipiente, com baixo nível de intercâmbio em bens. No entanto, apesar da cesta de produtos de exportação de ambos atores serem similares (minerais, cereais, tecidos e frutas), de acordo com o SELA (2012), existem produtos que oferecem um nicho de oportunidade para incrementar o comércio, o que indica que a baixa relação comercial se deve à falta de interesse ou ao desconhecimento das oportunidades existentes entre ambos países.

4.3 REUNIÕES REGIONAIS SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE A AMÉRICA LATINA E CARIBE COM O BRICS DE 2013 E 2015

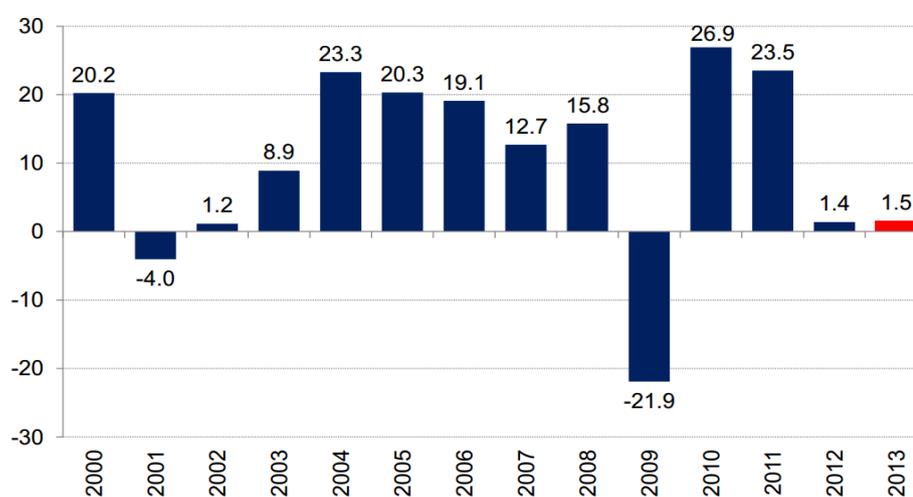
Em 2013 foi realizada a primeira Reunião Regional sobre as relações econômicas da América Latina e Caribe com o BRICS, organizada pela Secretaria Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) em conjunto com a fundação brasileira Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O primeiro encontro teve como objetivo analisar a evolução, estado atual e perspectivas das relações comerciais, financeiras, de investimentos e empresariais entre a América Latina e Caribe e os países que conformam o BRICS. Ademais, buscou-se, por meio do debate e intercâmbio de informações entre os Estados membros do SELA, explorar possibilidades e modalidades para o fortalecimento das relações entre o subcontinente latino-americano e o BRICS (SELA, 2013a).

Em contexto internacional cujo PIB e o comércio mundial vêm se desacelerando junto a queda dos preços dos principais produtos primários, os países latino-americanos passam a

perceber o crescimento econômico do BRICS como uma fonte de oportunidades. Assim, conforme Mussi (2013), diretor do SELA, o dinamismo exportador da América Latina e Caribe acaba sendo impactado negativamente nesse cenário de baixo crescimento econômico mundial, onde os países do BRICS, por outro lado, apresentam significativas taxas de crescimento.

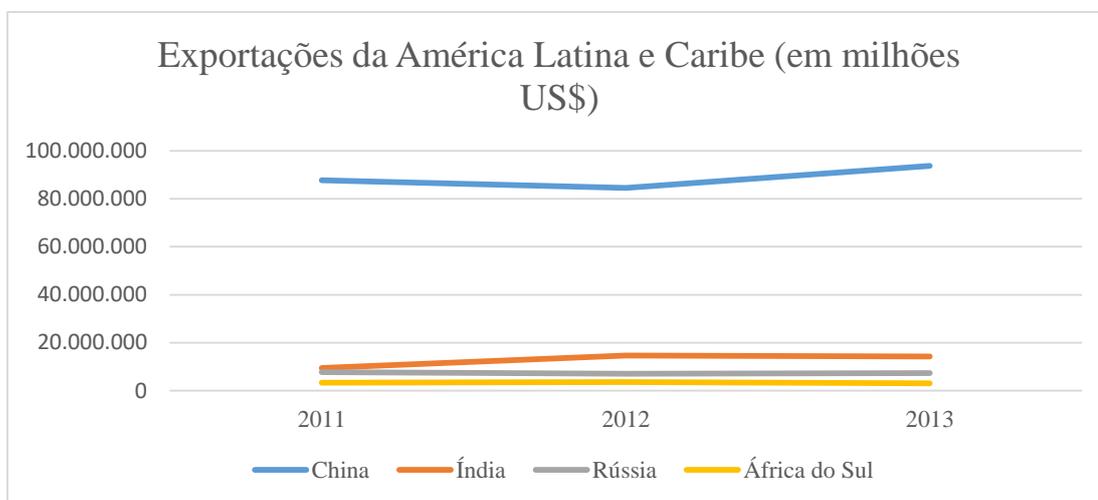
Figura 11 – América Latina e Caribe: taxa de crescimento em porcentagem da evolução do valor das exportações de bens (2000-2013)



Fonte: MUSSI, 2013, s/p.

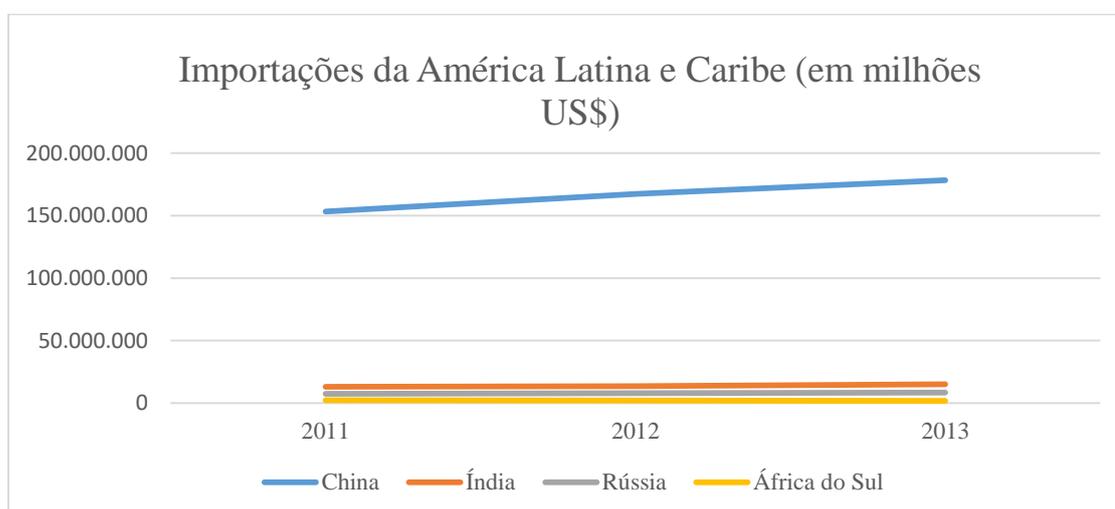
Mesmo com a queda do dinamismo exportador da América Latina e Caribe, as exportações e importações da região para os RICS, durante este período continuaram estáveis:

Gráfico 2 – Exportação da América Latina e Caribe para Rússia, Índia, China e África do Sul



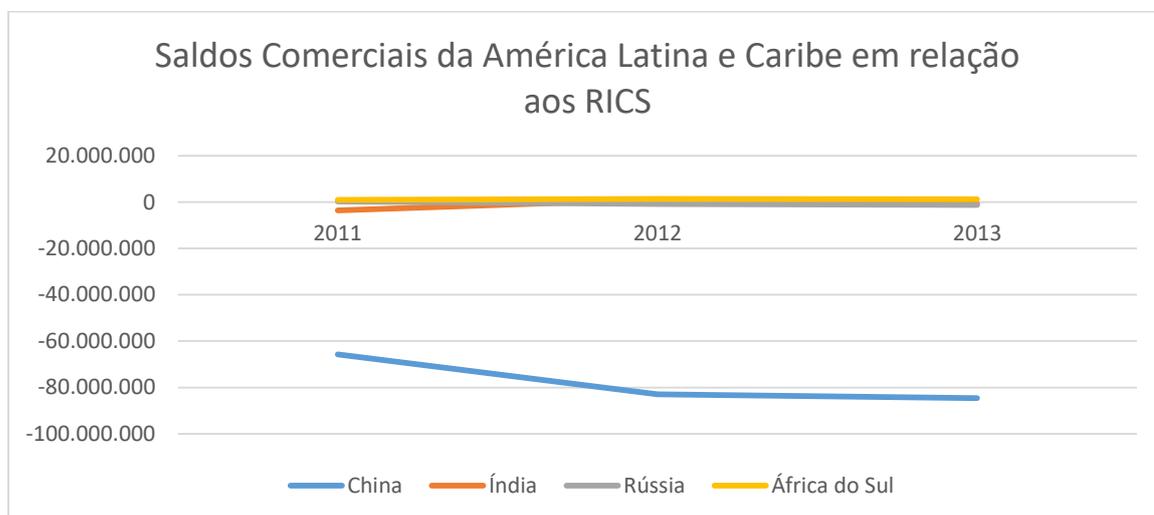
Fonte: *International Trade Centre (ITC, 2016)*. Elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Importação da América Latina e Caribe para Rússia, Índia, China e África do Sul



Fonte: *International Trade Centre (ITC, 2016)*. Elaborado pelo autor.

Enquanto os saldos comerciais entre ambos grupos de países persistem deficitários, com exceção da África do Sul e destaque a China, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Saldos comerciais da América Latina e Caribe (em milhões US\$)

Fonte: *International Trade Centre* (ITC, 2016). Elaborado pelo autor.

Com base na apresentação do contexto econômico de 2013, no que tange ao Brasil dentro do BRICS, a reunião regional deu ênfase no seu papel como único representante latino-americano integrante do grupo, possuindo, portanto, a responsabilidade de estreitar os vínculos da Rússia, Índia, China e África do Sul com seus vizinhos latino-americanos. Ao mesmo tempo, o Brasil foi criticado por países da América Central, em razão de sua presença na América Latina e Caribe se restringir somente a América do Sul. Assim, foi considerado que as relações entre o Estado brasileiro e os demais Estados latino-americanos devem ser enfocadas ao desenvolvimento econômico por meio de uma ampla integração regional, agregando países centro-americanos e caribenhos ao processo (SELA, 2013a). Salienta-se, então, o que diz no Informe Final:

Não obstante, não está muito clara a atuação diplomática da política brasileira, pelo comportamento de dualidade, de se fazer pertencente a esses grupos importantes do cenário internacional com pretensões evidentes de influir na governança global internacional e, ao mesmo tempo, nutrir relações com os países vizinhos. Caberia considerar também, a modo de condição, que se o Brasil segue sendo parte de grupos de influência, deveria ser fundamental a consolidação de seus vínculos a nível regional. [...] Uma agenda aberta das relações brasileiras com seus vizinhos, entende-se por isso não apenas os países que integram o MERCOSUL, senão a

América do Sul, América Central e o México. (SELA, 2013a, p. 27; tradução nossa)⁵⁴.

Ressalta-se, deste modo, a importância da integração regional, e a necessidade de gerar condições para o maior relacionamento entre os países da região, sobretudo visando a estreitar os laços regionais com o Brasil, e por meio disto, vincular-se com os demais países do BRICS (SELA, 2013a).

Além da condição de baixo crescimento econômico da América Latina e Caribe, o fato da China ter se tornado, nos últimos anos, o destino proeminente das exportações da região, foi abordado como um dos motivos que têm influenciado na queda do comércio intra-regional. Concomitantemente, enfatizou-se a necessidade do subcontinente em consolidar um processo de industrialização, uma vez que os países da região continuam dependente das exportações de produtos primários, o que não se classifica como uma forma de crescimento econômico autossustentável a longo prazo. A China, nesse quesito, acaba propiciando esse tipo de dependência da região latino-americana pelas exportações de *commodities* e por suas condições de empréstimos vantajosas (SELA, 2013a).

Apesar dessas constatações, na declaração final da reunião regional de 2013, foi destacado o papel da China por seu potencial crescimento econômico e da Rússia por seu peso de influência geopolítica. Sobre o Brasil e África do Sul, as declarações das embaixadas latino-americanas se mostraram positivas em relação ao papel que ambos possuem de representantes, respectivamente da América Latina e Caribe e da África, considerados como importantes portas regionais para o fomento do processo de integração e cooperação inter-regional (SELA, 2013a).

Ademais, foi considerado que as relações entre Rússia, Índia, China e África do Sul e os países da América Latina e Caribe têm se aprofundado de maneira intensa como resultado de diversos fatores, dos quais se destacam a vontade política para fomentar novas áreas de cooperação e maiores fluxos comerciais e de investimento. No que concerne às relações entre

⁵⁴ No obstante no es muy clara la actuación diplomática de la política brasilera, por el manejo de la dualidad, de hacerse pertenecer a esos grupos importantes del escenario internacional con pretensiones claras de influir en la gobernanza global internacional y al mismo tiempo nutrir relaciones con los países vecinos. Cabría también considerar, a modo de condición, que si Brasil sigue siendo parte de grupos de influencia debería ser fundamental la consolidación de sus vínculos a nivel regional. [...]Una agenda abierta de las relaciones brasileras con sus vecinos, entiéndase por ellos más no sólo los países que integran MERCOSUR sino América del Sur, América Central y México.

o Brasil e os demais países da região foi constatado que estas possuem características próprias, devido a sua proximidade territorial (SELA, 2013a).

As relações econômicas entre o bloco e o subcontinente, entretanto, foram concebidas como não correspondentes ao potencial econômico e de cooperação que ambos grupos de países possuem. Ainda mais, que a persistência dos saldos comerciais deficitários da América Latina e Caribe em relação aos RICS denotam uma desvantagem das relações comerciais.

É evidente que resulta insuficiente a diversificação alcançada até agora com respeito à cooperação em comércio e investimentos, assim como no estabelecimento de instrumentos que garantem com segurança os fluxos de investimento com a maioria dos países da região. [...] A análise factual demonstra que existem categorias de bens que América Latina e Caribe poderiam cobrir uma importante parte da demanda de importação da Rússia, Índia, China e África do Sul, porém destina pouco de sua oferta exportável a esses mercados e como consequência cobre apenas uma pequena parte dessa demanda (SELA, 2013a, p. 9-10; tradução nossa)⁵⁵.

Também, foi tratado como objeto de preocupação pelos países latino-americanos a questão do baixo grau de sofisticação tecnológica da maior parte dos produtos exportados da região ao bloco. Assim, entende-se que essa situação poderia ser superada por meio da promoção de complementaridades produtivas entre os países latino-americanos, permitindo aumentar o valor agregado desses produtos e sua competição internacional. Nesse sentido o Brasil, por seu peso econômico, foi considerado como importante ator catalisador de um processo de promoção de complementaridades produtivas (SELA, 2013a).

Embora os países do BRICS não se configurem como os principais investidores da região latino-americana, foi considerado necessário que os investimentos advindos dessas economias emergentes alcancem maior impulso com a adoção de mecanismos jurídicos, legais e de promoção que possam dar maior segurança e previsibilidade aos fluxos de capital (SELA, 2013a). De todas as formas, a ideia de prover investimentos por parte dos países BRICS, sugere uma mudança das condições ao crescimento da capacidade industrial dos países latino-americanos, dado que este processo tem sido, muitas vezes, dependente do capital estrangeiro

⁵⁵ Es evidente que resulta insuficiente la diversificación alcanzada hasta ahora con respecto a la cooperación en comercio e inversiones, así como en el establecimiento de instrumentos que garanticen la certidumbre de dichos flujos con la mayoría de los países de la región. [...] El análisis factual demuestra que existen categorías de bienes en las que América Latina y el Caribe podrían cubrir una parte importante de la demanda de importación de Rusia, India, China y Sudáfrica, pero destina poco de su oferta exportable a esos mercados y por consecuencia cubre sólo una pequeña parte de esa demanda.

originário dos países do Norte por intermédio das suas corporações transnacionais (MARCHINI, 2013).

Por conseguinte, com o objetivo de aprofundar tais propostas e identificar áreas de oportunidade para América Latina e Caribe em suas vertentes econômicas, comerciais e financeiras com o BRICS, foi realizado pelo SELA em Caracas no ano de 2015, uma segunda Reunião Regional sobre as relações econômicas e financeiras da América Latina e Caribe com o BRICS⁵⁶. Nessa reunião, recebem destaque o Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo de Contingências de Reservas, no que tange principalmente às perspectivas do relacionamento entre essas novas instituições financeiras com as existentes na América Latina e Caribe.

A arquitetura financeira da América Latina e Caribe está constituída por vários bancos de desenvolvimento, bancos privados, cooperativas de crédito, instituições de microfinanciamento e outras entidades de natureza financeira, as quais exercem influência sobre o sistema global, regional e subregional proporcionando, assim, serviços para necessidades específicas. As instituições financeiras latino-americanas têm evoluído consideravelmente durante as duas últimas décadas, mostrando índices de solvência relativamente estáveis que contribuíram para superar a crise financeira de 2008. No entanto, apesar da estabilidade do sistema financeiro da região, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (2012), essas instituições vêm sendo pouco desenvolvidas.

Em 2015, os estudos da CEPAL demonstraram que a provisão da qualidade da infraestrutura econômica na América Latina, principalmente o déficit que a região possui nesse âmbito, se torna uma limitação para o crescimento, desenvolvimento e a sustentabilidade do subcontinente. Nessa lógica, insere-se o conceito denominado como *brechas de infraestrutura*, referindo-se ao fenômeno dos baixos níveis de investimento em infraestrutura por parte do setor público e privado, resultando, portanto, na permanência ou deterioração dos obstáculos ao acesso a estes serviços (CEPAL, 2015).

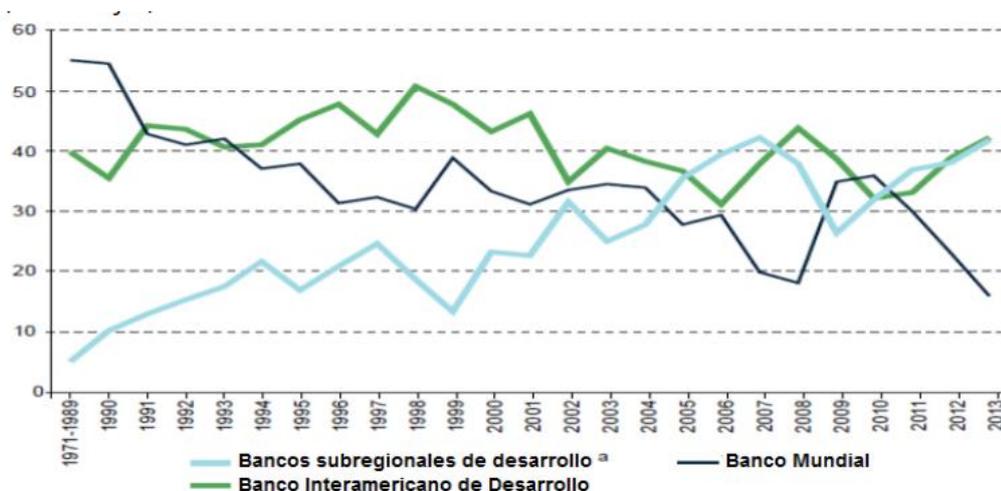
As deficiências são especialmente notáveis quando se compara com a região não apenas com países desenvolvidos, senão como alguns países em desenvolvimento

⁵⁶ Importante salientar que diferentemente do encontro de 2013, na reunião de 2015 houve participações extraordinárias com os representantes dos Estados do BRICS, dos Bancos de Desenvolvimento Regional: Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e o Fundo Financeiro para a Cuenca do Prata (FONPLATA); e representantes dos Organismos Regionais: Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), UNASUL, Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) (SELA, 2015).

que tiveram um nível de infraestrutura similar ao da América Latina nos anos de 1980 (SELA, 2015, p. 28; tradução nossa)⁵⁷.

Nesse sentido, estima-se que América Latina necessita investir em uma média anual de 6,2% de seu PIB para que, assim, propicie fluxos de investimento em infraestrutura (de transporte, energia, telecomunicações, água potável e saneamento básico) “[...] requeridos para satisfazer as necessidades das empresas e os consumidores finais durante o período 2012-2020” (CEPAL, 2015, p. 131; tradução nossa)⁵⁸. Em linhas gerais, suprir a necessidade de desenvolvimento dos sistemas financeiros latino-americanos consiste, atualmente, em um dos maiores desafios do subcontinente.

Figura 12 – Participação, em porcentagem, dos bancos de desenvolvimento no total dos empréstimos multilaterais na América Latina e Caribe entre 1971 e 2013



Fonte: CEPAL, 2015a, p. 43.

Os Bancos Subregionais de Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento têm se tornado cada vez mais relevantes em comparação com o Banco Mundial. Conforme o SELA (2015a), esses bancos têm se mostrado importantes não somente

⁵⁷ Las deficiencias se hacen especialmente notables cuando se compara la región no sólo con países desarrollados, sino como algunos países en desarrollo que tuvieron un nivel de infraestructura similar al de Latinoamérica em los años 1980.

⁵⁸ [...] requeridos para satisfacer las necesidades de las empresas y los consumidores finales durante el período 2012-2020.

em termos de maiores volumes de empréstimos, senão que também relacionado a diversificação setorial, com ênfase no financiamento da infraestrutura e do setor produtivo.

Por meio das análises realizadas pelo SELA (2015), observa-se uma crescente importância financeira entre América Latina e o BRICS, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo de Contingências de Reservas. Deste modo, torna-se evidente um relativo declínio da quantidade dos fundos do Banco Mundial destinados à região latino-americana, enquanto ocorre um progresso por parte dos bancos subregionais. “O Banco Mundial já não é a fonte mais importante dos fundos para o desenvolvimento da América Latina e Caribe” (SELA, 2015a, p. 125; tradução nossa)⁵⁹.

Ademais, apesar do progresso da quantidade de investimentos e empréstimos realizados pelos bancos subregionais na América Latina, as *brechas de infraestrutura* ainda persistem uma vez que permanecem as deficiências de infraestrutura básica na região (CEPAL, 2015; SELA, 2015a). Como efeito, o Novo Banco de Desenvolvimento emerge como uma relevante alternativa aos países da América Latina, em razão de que esta nova instituição se propõe convergir com os bancos regionais e subregionais existentes, agregando mais fundos ao cenário financeiro de desenvolvimento (SELA, 2015).

Até então, existem vários projetos direcionados à região com destaque a América do Sul: Ferrovia Transoceânica (Brasil e Peru); Ferrovia Paranaguá-Antofagasta (Brasil, Argentina, Paraguai e Chile); conexão entre Foz de Iguaçu (Brasil), a Ciudad del Este (Paraguai) e Clorinda (Argentina); o terminal do porto de Paranaguá e o corredor Santarém-Tapajós (impactam apenas o Brasil) (BARBOSA, 2015). Embora os projetos destinados à América Latina estejam concentrados na América do Sul e especificamente no Brasil, o Novo Banco de Desenvolvimento está aberto a admitir novos participantes de todos os continentes, incluindo o subcontinente latino-americana, o que propiciará o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura nas demais partes da região (SELA, 2015).

Após a explanação do panorama financeiro latino-americano, torna-se compreensível as considerações realizadas no Seminário Regional sobre relações econômicas e financeiras da América Latina e Caribe com o BRICS de 2015. Inicialmente, é afirmado que a conjuntura de carência de fundos para a América Latina e Caribe desacelera as ações encaminhadas a

⁵⁹ El Banco Mundial ya no es la fuente más importante de fondos para el desarrollo para América Latina y el Caribe

instrumentar políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento e o crescimento dos países latino-americanos. Segundo, que apesar dos bancos de desenvolvimento da América Latina e Caribe terem aumentado consideravelmente seus volumes de empréstimos, esses fundos ainda não são o suficiente para atender as carências de infraestrutura e outras necessidades na região. Ademais, foi considerado que o BRICS tem se tornado uma nova plataforma para governança financeira em nível global e isso se deve, em boa parte, à criação das novas instituições financeiras. Com respeito ao NBD, os países latino-americanos, afirmaram que a instituição pode se tornar um forte promotor de projetos de infraestruturas por instrumento das Associações Público Privadas (APP) na região, o que favorece a mobilização de recursos e a atração de novos investimentos, assim como a melhoria da infraestrutura em setores tais como transporte, energia, telecomunicações, água potável, saneamento básico, construção, operação de portos, pontes, canais, aeroportos, ferrovias, entre outros (SELA, 2015).

Os benefícios de um maior engajamento entre o BRICS e as economias latino-americanas impulsariam oportunidades de desenvolvimento à região que, por sua vez, pode se beneficiar das melhores práticas que os integrantes do agrupamento têm executado em seus próprios territórios. Ademais, por meio desse relacionamento, o subcontinente latino-americano pode encontrar novos mercados para suas exportações e novas fontes de insumos para seus produtos, além de fontes e destinos de investimentos (SELA, 2015a).

Non obstante, apesar do intercâmbio e a cooperação entre o Grupo BRICS e América Latina e Caribe tem se incrementado de forma importante na última década, a região requer um impulso político que permita estabelecer mecanismos institucionais que incentivem o avanço e a consolidação das relações econômicas, comerciais e financeiras (SELA, 2015, p. 11; tradução nossa)⁶⁰.

Nesse contexto, desde uma perspectiva latino-americana abordada pelo SELA (2015a), a criação das novas instituições pelo BRICS oferecem um leque de oportunidades para o desenvolvimento das relações comerciais e econômicas, tanto bilateralmente como em

⁶⁰ No obstante, si bien el intercambio y la cooperación entre el Grupo BRICS y América Latina y el Caribe se han incrementado de forma importante en la última década, la región requiere un impulso político que permita establecer mecanismos institucionales impulsen el avance y la consolidación de las relaciones económicas, comerciales y financieras.

termos de projetos multilaterais com os membros do agrupamento, por meio do estabelecimento de relações com os novos órgãos institucionais do BRICS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A doutrina liberal, presente no imperialismo britânico, englobava um conjunto de ideias e pressupostos que legitimavam, por parte das potências europeias, a exploração, colonização e marginalização dos países com economias e estruturas estatais em fase inicial de organização. Desde então, as principais nações capitalistas determinavam a posição de mercado em que o grupo de países periféricos deveriam ocupar internacionalmente. Nesse sentido, verifica-se uma espécie de domínio e dependência por parte daqueles países não desenvolvidos, precisamente por sua especialização na exportação de *commodities*, cujo preços eram acordados por Estados europeus, dependendo, então, desta exportação para gerar crescimento econômico e proporcionar maior capacidade de importação de produtos com valor agregado. Ao decorrer do século XX, a crescente expansão e universalização do capitalismo projetou um cenário de globalização assimétrica em que o sistema de Estados passa a apresentar maior polarização e desigualdade econômica.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky oferece apoio ao explicar umas das facetas da globalização capitalista assimétrica ao tratar das contradições econômicas e sociais dos países periféricos ou dominados pelo imperialismo. Essa concepção escapa a visão evolucionista que mostra a história como uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas, desenhando uma visão dialética do desenvolvimento histórico por meio de saltos súbitos e de fusões contraditórias. Conforme Löwy (1995), uma das consequências do desenvolvimento desigual é o privilégio dos retardatários, ou seja, aqueles que chegam mais tarde, nomeados como marginais ou periféricos podem se tornar a vanguarda da transformação seguinte. Anteriormente, Trotsky (1977) desenvolve os indícios desse pensamento de privilégio dos retardatários com base no caso da França (1789), Rússia (1917) e da China (1927). Por este último país a teoria se dissocia do eurocentrismo, aceitando a possibilidade de que países em desenvolvimento de quaisquer região do mundo possam participar da vanguarda do movimento histórico.

Não houve o desenvolvimento dessas hipóteses de vanguardismo internacional além da China e Rússia, posterior a obra de Trotsky, mas é possível inferir que o surgimento do BRICS em contexto do século XXI comprova que a história mundial está em processo de transformação no qual a periferia – ou melhor, o “Sul Global” – tem tomado cada vez mais espaço de decisão em instituições internacionais multilaterais concernentes à governança global.

Apesar dessa constatação de vanguardismo por parte do BRICS no século XXI, o período inicial de emergência da periferia com a Conferência de Bandung, não recebeu um apoio destacado desse grupo de Estados, os quais na época enfrentavam questões internas que os inseriram dentro da lógica bipolar da Guerra Fria. Com o desmoronamento da União Soviética e o fim do conceito terceiro-mundista, inicia-se uma espécie de reação conservadora que serviria para obstaculizar as relações Sul-Sul e fortalecer a periferia na lógica Norte-Sul de cooperação. Essa conjuntura pró-neoliberal tem sua transformação no início do século XXI quando se evidencia o começo de uma crise econômica no epicentro capitalista. A concentração do crescimento econômico em países como China, Brasil, Índia e Rússia, e o retorno da crítica à globalização assimétrica fazem parte do novo contexto de ressurgimento do fenômeno Cooperação Sul-Sul.

Partindo dessas considerações introdutórias, o presente trabalho teve como objetivo analisar o papel do BRICS no que diz respeito a sua reforma na governança global destacando a projeção do bloco na América Latina e Caribe. Ao averiguar o histórico de criação do BRICS, denota-se que a sua consolidação ganha destaque na medida em que a marca BRICS se torna relevante no cenário internacional, ao se relacionar com a capacidade desses países em desafiar as potências tradicionais. Assim, a crise de 2008 evidenciou a necessidade de reformas nas instituições financeiras de governança global, que refletissem a nova configuração internacional, com a ascensão do mundo em desenvolvimento. Foi também uma oportunidade para que os países do BRICS viessem a aprofundar a cooperação entre si, visto que suas economias enfrentavam desafios semelhantes em suas trajetórias singulares de desenvolvimento.

Por conseguinte, a criação do Novo Banco para o Desenvolvimento e do Arranjo de Contingente de Reservas, por meio da Cúpula de Ufá, representou um marco à institucionalização do BRICS no âmbito financeiro internacional. A partir de então, os países da América Latina vem reconhecendo a importância do BRICS como grupo de países que têm ganhado peso de influência nas tomadas de decisões nos principais organismos multilaterais internacionais e demonstrado protagonismo no cenário internacional com a criação de suas próprias instituições financeiras.

Por outro lado, ao analisar o BRICS na região, nota-se uma crescente prioridade que a Rússia, Índia e, principalmente, a China vem dando à região em termos econômicas. No que tange à presença do Brasil no subcontinente, evidencia-se uma maior concentração de suas

relações com a América do Sul em detrimento de outras regiões. Por fim, a África do Sul, comparado aos demais países do bloco, ainda não se projeta substantivamente na região, apesar de possuir relações diplomáticas com a maioria dos países latino-americanos.

A hipótese delimitada na introdução do trabalho, a qual argumenta-se que o BRICS tem buscado uma reforma ambiciosa de caráter democratizante e “pós-neoliberal” na governança global e, a partir disso, estabelecido relações com a região latino-americana de maneira recíproca, sendo o Brasil – como membro de ambos grupos de países –, essencial para que ocorresse esse tipo de engajamento é, portanto, parcialmente refutada.

Por mais que o BRICS possua uma retórica de política anti-hegemônica, com o objetivo de alcançar um sistema internacional mais multipolar, evidencia-se que o grupo não possui a pretensão de atingir uma ruptura das estruturas existentes que conduzem a governança global. Embora seus discursos oficiais ressaltem a necessidade de uma ordem internacional mais equitativa e democrática, a projeção desses países é de expandir sua influência no mundo e adquirir maior notoriedade e liderança nessa estrutura internacional, incluindo-se nos principais processos decisórios de governança global. Como importante exemplo, eles têm angariado maior poder de voto no Banco Mundial e no FMI, por meio da tentativa de aumento de suas ações nessas instituições, fortalecendo-as com isto.

Por este viés, o BRICS tem buscado participar na reforma e gerenciamento de normas predominantemente neoliberais, que em suma terminam por beneficiar os países em desenvolvimento. Assim, o grupo parece defender diferentes formas de capitalismo em que o papel do Estado é estabelecido como central para o desenvolvimento de suas economias. Produz-se, então, uma conjuntura na qual o BRICS protesta contra as variadas formas de protecionismo, defendendo sua integração com a economia global e, ao mesmo tempo, contesta princípios neoliberais que afetam seu modelo capitalista estatal de desenvolvimento. Deste modo, a abordagem sobre a natureza e a lógica do capitalismo desses Estados ganha proeminência no meio externo, na medida em que seus modelos de desenvolvimento, integrado ao sistema econômico global neoliberal, vem resistindo às crises financeiras e, num estado de dependência mútua e competição, parecem tirar proveito para seu próprio fortalecimento.

A partir desse cenário, a governança global tem experimentado uma guinada contrária ao que foi convencionado no Consenso de Washington, dado ao crescimento e fortalecimento desses modelos não liberais de desenvolvimento. A consolidação do BRICS reforça as

tendências de transformação em curso do sistema internacional, transição marcada pela obtenção pelo bloco de maior autoridade em instâncias multilaterais com o discurso da reciprocidade entre os seus membros e os países em desenvolvimento.

Em termos de reciprocidade entre o BRICS com os demais países em desenvolvimento, foi analisado as relações comerciais entre os países do grupo (Rússia, Índia, China e África do Sul) com a região latino-americana onde se insere o Brasil. Durante o período de 2001 a 2011, o progressivo desempenho do comércio da América Latina com os países do bloco, foi considerado pelo SELA (2013a) como um dos impulsores para o crescimento econômico da região. No entanto, apesar das exportações terem sido multiplicadas por mais de 10 vezes, as importações, principalmente da China, foram além, resultando em uma balança comercial altamente deficitária – e desfavorável – para a região. Ademais, as exportações se encontravam em baixo grau de diversificação, concentrando-se basicamente na categoria de *commodities*, apesar da existência, de acordo com os estudos do SELA (2013), de outros tipos de produtos latino-americanos – de maior valor agregado – com potencialidade de serem comercializados com os países do grupo.

Devido a China ter se tornado, nos últimos anos, um dos mais importantes destinos das exportações da América Latina e Caribe, os países latino-americanos vêm apontando este fato como um dos principais motivos que têm influenciado na queda do comércio intra-regional. Aliás, a possibilidade de efetivação de um processo de industrialização no subcontinente passa a ser menor, dado a forte dependência das exportações de produtos primários para o mercado chinês, particularmente por esta oferecer vantagens de empréstimos diferenciados ao modelo ocidental intervencionista.

Torna-se patente, portanto, que quando se fala do BRICS na América Latina, a China se mostra como o ator protagonista – quando se compara com os demais países do grupo – em praticamente todo o subcontinente. Enquanto a presença da Índia se caracteriza por seu incremento expressivo de investimentos e a expansão de seu setor de serviços na região. A Rússia, por sua vez, vem expandindo sua cooperação por meio de setores energéticos, de mineração, infraestrutura e militar. Menos substantivo, revela-se a África do Sul que tem protagonizado somente no aspecto de cooperação comercial, preferencialmente, com a América do Sul. Acerca do Brasil, apesar de ter sua importância como elo entre o BRICS e a América Latina e Caribe reconhecida nas reuniões do SELA, tem sido frequentemente criticado por países da América Central devido sua projeção financeira e comercial ter como

preferência os países sul-americanos. Denota-se que existe uma série de recomendações por parte dos organismos internacionais da América Latina e Caribe para que seja fomentado a aproximação entre o Brasil e os demais países latino-americanos no intuito de que propicie uma integração regional de fato e, com isto, o resto dos países possam se aproveitar desse relacionamento com o Brasil para receber vantagem do BRICS, principalmente por meio da aquisição de projetos de infraestruturas com o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento, o qual até então tem beneficiado tão somente os países da América do Sul.

Mesmo que o BRICS privilegie relações pontuais e seus próprios interesses nacionais, sem qualquer intenção declarada de estabelecer uma relação com o objetivo de ingerência política, de todos os modos, os países do agrupamento representam uma força alternativa em relação às demais potências ocidentais para o desenvolvimento de países menos privilegiados. Não existe uma reciprocidade e aproveitamento de fato das potencialidades econômicas nas relações comerciais entre o BRICS e a América Latina, conforme apontam os estudos do SELA (2015a). Contudo, os países latino-americanos reconhecem que essa situação pode ser superada por meio do reconhecimento dessas áreas de oportunidades entre as duas regiões e, de maneira propulsora, com o auxílio do Brasil para fomentar a aproximação política extra-regional, tão importante para a promoção da cooperação econômica.

Como considerações finais, porém, algumas reflexões merecem destaque, particularmente dado a conjuntura atual brasileira quando foi realizado o trabalho em questão. Atualmente parecem ser quase nulas as expectativas de continuação do desenvolvimento da aproximação política e econômica do Brasil – cada vez mais conservador – com os demais países da América Latina e, até mesmo com a própria América do Sul. O Governo Temer tem se tornado tão impopular no subcontinente quanto dentro do próprio BRICS, apesar de ter sua “legitimidade” reconhecida. Nesse ínterim, nota-se que a realidade que está por vir tem muito a refutar, ainda mais, a hipótese levantada pelo trabalho, a qual aqui se apresenta parcialmente confirmada, em virtude, principalmente, do engajamento político brasileiro do período do Governo Lula, que foi protagonista na criação do BRICS e na própria construção de uma nova imagem brasileira no cenário internacional, como líder regional e protagonista global.

REFERÊNCIAS

- ALEGRÍA, Rafael Fernando Castro. **Colombia y Brasil en la Unión de Naciones Suramericanas: Entre la competitividad y la cooperación**. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/8998371/COLOMBIA_Y_BRASIL_EN_LA_UNI%C3%93N_DE_NACIONES_SURAMERICANAS_ENTRE_LA_COMPETITIVIDAD_Y_LA_COOPERACION%C3%93N_COLOMBIA_AND_BRAZIL_IN_THE_UNION_OF_SOUTH_AMERICAN_NATIONS_BETWEEN_COMPETITIVENESS_AND_COOPERATION>. Acessado em 20/10/2016.
- AMIN, Samir. 50º Aniversário da Conferência de Bandung (Entrevista com Samir Amin conduzido por Rémy Herrera). In: **Marxismo Revolucionário**. 2010. Disponível em <http://resistir.info/samir/bandung_port.html>. Acesso em 10/08/2016.
- AMIN, S. **GeoPolitics of contemporary Imperialism**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100613064644/5Amin.pdf>>. Acessado em 19/08/2016.
- AMIN, S. **Sortir de la crise du capitalisme ou sortir du capitalisme en crise?** Paris: Le Temps des Cerises, 2009. Disponível em <http://www.iea-nantes.fr/fichier/j_telechargement/17/telechargement_fichier_fr_sortir.du.capitalisme.pdf>. Acessado em 19/08/2016.
- AMORIM, Celso. **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview**. Brasília: Rev. bras. polit. int., 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013>. Acessado em 20/10/2016.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. 2016c. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/data/>>. Acessado em 13/05/2016.
- BARBOSA, André Luís Ribeiro. **O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS**. 2015. Disponível em <www.camex.gov.br/public/arquivo/arq1448304514.pdf>. Acessado em 18/09/2016.
- BAUMANN, Renato. Os BRICS e o G-20. In: **O BRASIL, OS BRICS E A AGENDA INTERNACIONAL**. Capítulo 17. Brasília: FUNAG, 2012.
- BAUMANN, Renato. **OS NOVOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: INDEPENDÊNCIA CONFLITIVA OU PARCERIAS ESTRATÉGICAS?** Radar, 2016. Disponível em

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6052/1/Radar_n43_novosbancos.pdf>. Acessado em 14/08/2016.

BAUMANN, Renato. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção do Brasil. In: **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

BECKER, Uwe. **Measuring Change of Capitalist Varieties: Reflections on Method, Illustrations from the BRICs**. Amsterdam: New Political Economy, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/13563467.2012.717611>>. Acessado em 03/09/2016.

BEDER, Sharon. **Neoliberalism and the Global Financial Crisis**. Social Alternatives, 2009. Disponível em <<http://citeseer.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.683.9454>>. Acessado em 10/08/2016.

BERTHELL, Leslie. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Es. Hist., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a01.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **SMES in Latin America and the Caribbean: a Strategic Business for the Regional Banks. 5th Regional Survey in Latin America and the Caribbean**. 2012. Disponível em <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12977en.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 20/10/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Reunião dos Ministros das Relações Exteriores em Ecatimburgo, 2008**. 2008. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/184-reuniao-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-em-ecaterimburgo-2008>. Acessado em 13/05/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **I Cúpula: Declaração Conjunta**. 2009. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>. Acessado em 13/05/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **II Cúpula: Declaração**. 2010. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/74-segunda-declaracao-conjunta>. Acessado em 13/05/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **III Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Sanya.** 2011. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta>. Acessado em 13/05/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **IV Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi.** 2012. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta>. Acessado em 13/05/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **V Cúpula: Declaração e Plano de Ação de eThekwini.** 2013. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/77-quinta-declaracao-conjunta>. Acessado em 13/05/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **VI Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza.** 2014. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza>. Acessado em 13/05/2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **VII Cúpula do BRICS – Declaração de Ufá.** 2015. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10465-vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015>>. Acessado em 13/05/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A CRISE DA AMÉRICA LATINA: CONSENSO DE WASHINGTON OU CRISE FISCAL?** Pesquisa e Planejamento Econômico, 1991. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>>. Acessado em 10/08/2016.

BUELVAS; Eduardo Pastrana; PIÑEROS, Diego Vera. **Las relaciones entre Colombia y Brasil en un contexto de regionalización diversificada en Suramérica y de un mundo multipolar emergente.** 2013 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77729796009>>. Acessado em 20/10/2016.

BUENO, Clodoaldo. **O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912).** Brasília. Rev. bras. polít. int., 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000200010>. Acessado em 20/10/2016.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. **As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações.** Rio de Janeiro: Revista do BNDES, 2009. Disponível em

<http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3108.pdf>. Acessado em 23/08/2016.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Economic Survey of Latin America and the Caribbean: challenges in boosting the investment cycle to reinvigorate growth**. 2015. Disponível em <<http://www.cepal.org/en/node/33006>>. Acessado em 20/10/2016.

CIGNACCO, Bruno Roque. **Fundamentos de Comércio Internacional**. SaraivaUni, 2009. Disponível em <www.ceap.br/material/MAT29042013205439.pdf>. Acessado em 18/09/2016.

CHINA, Consejo del Estado. **Texto íntegro del Documento sobre la Política de China hacia América Latina y el Caribe**. 2008. Disponível em <<http://spanish.peopledaily.com.cn/31621/6527840.html>>. Acessado em 20/10/2016.

CONTIPELLI, Ernani; PICCIAU, Simona. Los BRICS en la Reestructuración del Nuevo Orden Mundial. In: **Direitos da Cidadania Nova Ordem Mundial**. São Leopoldo, Ed. Karywa, 2015.

COX, R. W. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/books/approaches-to-world-order/EF584EE3487D57111DB826CA73BA6F13>>. Acessado em 18/09/2016.

COZENDEY, Carlos Márcio. Visão ou Miragem? Banco de Desenvolvimento e Arranjo de Reservas no Horizonte dos BRICS. In: **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

DAMICO, Flávio. Antecedentes: do Acrônimo de Mercado à Concertação Político-Diplomática. In: **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

EICHENGREEN, Barry. **A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL Uma História do Sistema Internacional**. Brasil: EDITORA 34, 2002.

IKENBERRY, G. J. **The future of the liberal world order**. 2011. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2011-05-01/future-liberal-world-order>>. Acessado em 18/09/2016.

IKENBERRY, G. J. **The Future Liberal World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/S1468109915000122>>. Acessado em 18/09/2016.

FIORI, José Luis. **O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. 2004. Disponível em <<http://www.poderglobal.net/wp-content/uploads/2015/08/CAPITUALO-ESTADOS-UNIDOS-FIORI.pdf>>. Acessado em 20/08/2016.

FLÔRES, Renato G. Jr. BRICS: Abordagens a um Processo Dinâmico. In: **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

FONSECA, Gelson Jr. BRICS: notas e questões. In: **O BRASIL, OS BRICS E A AGENDA INTERNACIONAL**. Capítulo 2. Brasília: FUNAG, 2012.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001. Disponível em <http://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/264754/mod_resource/content/1/Gilpin_Global%20Political%20Economz.pdf>. Acessado em 13/04/2016.

GRUPO DOS 77. **First Ministerial Meeting Of The Group Of 77: Charter Of Algiers**. Genebra, 1967. Disponível em <<http://www.g77.org/doc/algier~1.htm>>. Acessado em 10/08/2016.

HERZ, Monica; LAGE, Victor Coutinho. **Os BRICS em Revisão de Literatura**. BRICS Policy Center, 2013. Disponível em <<http://bricspolicycenter.org/homolog/arquivos/BRICSLITE.pdf>>. Acessado em 04/09/2016.

HOBSBAWM, Erick. **Globalização, Democracia E Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HURREL, Andrew. **Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes**. In: Os Brics e a Ordem Global. Capítulo 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IKENBERRY, G. J. **The Future Liberal World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/S1468109915000122>>. Acessado em 18/09/2016.

ITC, International Trade Centre. **Market analysis tools**. 2016. Disponível em <<http://www.intracen.org/>>. Acessado em 20/10/2016.

KAHLER, M. **Rising powers and global governance: Negotiating change in a resilient status**. Oxford: The Royal Institute of International Affairs, 2013. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2346.12041/abstract>>. Acessado em 18/09/2016.

KLAK, Thomas; JACKIEWICZ, Edward. **WHAT HAS HAPPENED TO SOCIAL DEVELOPMENT POLICY IN THE ERA OF NEOLIBERAL GLOBALIZATION AND EMERGING MARKETS? A LOOK AT LATIN AMERICA IN GLOBAL CONTEXT**. Revista de Ciência Política, 2002. Disponível em <<http://citeseer.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.453.6107&rep=rep1&type=pdf>>. Acessado em 10/08/2016.

KEOHANE, Robert O. **Global Governance and Democratic Accountability**. Durham: Duke University, 2002. Disponível em <<http://www.lse.ac.uk/publicEvents/pdf/20020701t1531t001>>. Acessado em 14/04/2016.

KOCHER, Bernardo. **O Brasil no Terceiro Mundo. Análise da política externa brasileira entre 1955 e 1964**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215426824_ARQUIVO_KOCHER_ANPUH-RIO_2008.pdf>. Acessado em 17/08/2016.

KOSKE, Isbaell. *et al.* **The 2013 update of the OECD's database on product market regulation. OECD Economics**. OECD, 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/5js3f5d3n2v1-en>>. Acessado em 18/09/2016.

LANIC, Latin American Network Information Center. **Maps**. 2016. Disponível em <<http://lanic.utexas.edu/la/region/map/>>. Acessado em 20/10/2016.

LEITE, Iara Costa. **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano, 2012. Disponível em <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf>. Acessado em 20/08/2016

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação**

Sul-Sul. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2005.

LOCATELLI, Niccolò. **La strategia cinese in America Latina: materie prime, mercati e questione Taiwan.** Italia: Apen Institute Italia, 2013. Disponível em <<https://www.aspeninstitute.it/aspenia-online/article/la-strategia-cinese-america-latina-materie-prime-mercati-e-questione-taiwan>>. Acessado em 20/10/2016.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** 1995. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acessado em 10/08/2016.

MAHBUBANI, Kishore. **A Rudderless World.** New York Times, 2011. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/08/19/opinion/19iht-edmahbubani19.html?_r=0>. Acessado em 13/08/2016.

MANCHERI, N. A.; SHANTANU, S. **IBSA vs BRICS: China and India courting Africa.** East Asia Forum, 2011. Disponível em <<http://www.eastasiaforum.org/2011/09/02/ibsa-vs-brics-china-and-india-courting-africa>>. Acessado em 20/10/2016.

MARCHINI, Jorge. Crisis internacional: escollo u oportunidad para la integración regional? In: **NUEVOS ESCENARIOS PARA LA INTEGRACIÓN EN AMÉRICA LATINA.** Argentina: CLACSO, 2013. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20131016025228/NuevosEscenarios.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

MARTINS, Carlos Eduardo. A geopolítica mundial e a economia política no século XXI: Hegemonia, BRICS e América Latina. In: **NUEVOS ESCENARIOS PARA LA INTEGRACIÓN EN AMÉRICA LATINA.** Argentina: CLACSO, 2013. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20131016025228/NuevosEscenarios.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

MARTIN, Gerald. The Literature, Music and Art of Latin America from Independence to c. 1870. In: **The Cambridge History of Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/books/the-cambridge-history-of-latin-america/99999E5CFA9F50BABB6948CB14C37950>>. Acessado em 20/10/2016.

MAY, C; NÖLKE, A. **Capitalism in large emerging economies and the new global trade order.** 2014. Disponível em: <<http://www.fb03.uni-frankfurt.de/52098967/May-Noelke-Capitalism-in-large-emerging-economies-and-the-new-global-trade-order.pdf>>. Acessado em 31/08/2016.

MCNALLY, C.A. **The challenge of refurbished state capitalism: Implications for the global political economic order**. 2013. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/280559225>>. Acessado em 23/09/2016.

MILANI, Carlos R. S. Los países emergentes en el orden mundial actual: cambios y legitimidad política. In: **Los BRICS en la construcción de la multipolaridad: ¿reforma o adaptación?** Buenos Aires: FLACSO, 2015.

MIRANDA, Elflay. **A mundialização financeira frente ao neoliberalismo**. Santa Catarina: TESE, 2004. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13621/12487>>. Acessado em 20/08/2016.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis. **As relações internacionais da América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

MUSSI, Carlos. **Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe e os BRICS**. Brasília: SELA, 2013. Disponível em <http://walk.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2013/11/T023600005514-0-Carlos_Mussi_BRICS001.pdf>. Acessado em 20/10/2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. BRASIL – ÍNDIA – AMÉRICA LATINA: DA PARCERIA EM FÓRUMS MULTILATERAIS A UMA PARCERIA BILATERAL. In: **CHINA E ÍNDIA NA AMÉRICA LATINA**. Curitiba: Editora Juruá, 2010.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs, 2001. Disponível em <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acessado em 29/08/2016.

O'NEILL, Jim; WILSON, Dominic *et al.* **How solid are the BRICs?** Goldman Sachs, 2005. Disponível em <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/how-solid.pdf>>. Acessado em 29/08/2016.

O'NEILL, Jim. **South Africa as a BRIC**. Investment Week, 2011. Disponível em: <<http://www.investmentweek.co.uk/investment-week/opinion/1935362/jim-oneill-south-africa-bric>>. Acessado em 03/05/2016.

OMC, Organização Mundial do Comércio. **Participación en acuerdos comerciales regionales**. 2013. Disponível em <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/rta_participation_map_s.htm>. Acessado em 20/10/2016.

PAUTASSO, Diego; IANKOWSKI, Bruno. **O Ibas como expressão das coalizões Sul-Sul: o caso do fundo para alívio da fome e da pobreza**. Porto Alegre: ESPM, 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Elsevier: 2013.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz Pereira; MEDEIROS, Klei. **O PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>>. Acessado em 21/08/2016.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Sobre América Latina y el Caribe**. 2016. Disponível em <<http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/regioninfo.html>>. Acessado em 20/10/2016.

PRADO, Luis Carlos Delorme. **A ECONOMIA POLÍTICA DA GRANDE DEPRESSÃO DA DÉCADA DE 1930 NOS EUA: VISÕES DA CRISE E POLÍTICA ECONÔMICA, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS COM A CRISE ATUAL**. UFRJ, 2009. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>>. Acessado em 05/08/2016.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. In: **O BRASIL, OS BRICS E A AGENDA INTERNACIONAL**. Capítulo 3. Brasília: FUNAG, 2012.

RENZIO, Paolo de; GOMES, Geovana Zoccal; FONSECA, João Moura E. M. da; NIV., Amir. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes**. BRICS POLICY CENTER, 2013. Disponível em <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf>>. Acessado em 12/08/2016.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **De BRIC a BRICS: como**

a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. IPEA, 2012. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4515/1/BEPI_n10_bric.pdf>. Acessado em 31/08/2016.

SANTOS, Theotonio dos. **O neoliberalismo como doutrina econômica.** Revista Econômica UFF, 1999. Disponível em <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/theotonio>>. Acessado em 10/08/2016.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. **Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África.** Rio de Janeiro: História, Ciência, Saúde – Manguinhos, 2015. Disponível em <www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n1/pt_0104-5970-hcsm-22-01-00023.pdf>. Acessado em 20/08/2016.

SAUVY, Alfred. **TROIS MONDES, UNE PLANÈTE.** Paris: L'Observateur, 1952. Disponível em <<http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html>>. Acessado em 10/08/2016.

SEGIB. Secretaría General Iberoamericana. **II Informe de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamérica.** Madrid: Segib, 2008. Disponível em <http://segib.org/wp-content/uploads/sur_sur_web_ES.PDF>. Acessado em 15/08/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe **¿Qué es el SELA?** 2016. Disponível em <<http://www.sela.org/es/que-es-el-sela/>>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **Análisis de las relaciones económicas y financieras de América Latina y el Caribe con el grupo BRICS.** 2015. Disponível em <<http://www.sela.org/media/1998334/analisis-de-las-relaciones-economicas-y-financieras-de-alc-brics.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **Informe Final del Seminario Regional sobre Relaciones Económicas y Financieras de América Latina y el Caribe con el Grupo BRICS.** 2015a. Disponível <<http://www.sela.org/media/2087730/di-26-relaciones-alc-brics.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **Relaciones de América Latina y el Caribe con Rusia, India, China y Sudáfrica.** 2013. Disponível em <http://www.sela.org/media/265334/t023600005426-0-relaciones_de_alc_con_los_brics.pdf>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **Reunión Regional sobre las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Países Emergentes**

(BRICS). 2013a. Disponível em
<http://walk.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2014/07/T023600005988-0-IF-Reunion_Regional__BRICS.pdf>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **La Economía de la India y sus relaciones con América Latina y el Caribe: estado actual y perspectivas**. 2009. Disponível em <www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/03914a02.pdf>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **Las relaciones económicas entre la Federación de Rusia y América Latina y el Caribe: situación actual y perspectivas**. 2009a. Disponível em
<<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/pe/2009/03914a01.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **Las relaciones de América Latina y el Caribe con la República de Sudáfrica**. 2012. Disponível em
<<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/11381.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

SELA, Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe. **Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y la República Popular China: construcción de una alianza estratégica**. 2009b. Disponível em <http://www.sela.org/media/266696/t023600003568-0-relaciones_economicas_china_-_alc.pdf>. Acessado em 20/10/2016.

SERBIN, Andrés. **Tres liderazgos y un vacío: América Latina y la nueva encrucijada regional**. 2008. Disponível em
<<http://www.ceipaz.org/images/contenido/07.%20serbin.pdf>>. Acessado em 20/10/2016.

SERIA, Nasreen. **South Africa is asked to join as a BRIC member to boost emerging markets**. Bloomberg, 2010. Disponível em:
<<http://www.bloomberg.com/news/articles/2016-09-15/stock-rebound-set-to-feed-through-to-asia-with-china-korea-shut>>. Acessado em 21/08/2016

SILVA, Andre Luis Reis da. **Do otimismo liberal a globalização assimétrica: a política externa do Governo Fernando Henrique Cardoso (1955-2002)**. Curitiba: Jurua, 2009.

SILVA, Antouan Matheus Monteiro Pereira da. **O BRIC NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010): DO CONCEITO À COALIZÃO**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13650/1/2013_AntouanMatheusMonteiroPereiraSilva.pdf>. Acessado em 31/08/2016.

SILVA, Bruno Mattos. **A DESREGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS E A CRISE GLOBAL: LIÇÕES E PERSPECTIVAS**. Brasília: Senatus, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. BRICS: de acrônimo esperto a fórum influente. In: **O BRASIL, OS BRICS E A AGENDA INTERNACIONAL**. Capítulo 9. Brasília: FUNAG, 2012.

SMITH, Karen. La alternativa de los BRICS: implicancias para la gobernanza global. In: **Los BRICS en la construcción de la multipolaridad: ¿reforma o adaptación?** Buenos Aires: FLACSO, 2015.

STEPHEN, M. **Rising powers, global capitalism and liberal global governance. A historical materialist account of the BRICs challenge**. European Journal of International Relations, 2014. Disponível em <https://www.academia.edu/7118541/Rising_powers_global_capitalism_and_liberal_global_governance_A_historical_materialist_account_of_the_BRICs_challenge>. Acessado em 18/09/2016.

THEIS, Iro Marcos. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual**. Belém: NAEA, 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>>. Acessado em 10/08/2016.

TOMLINSON, Brian R.. **What Was the Third World?** London: Journal of Contemporary History, 2003. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3180660?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acessado em 10/08/2016.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

UNOSSC, United Nations Office for South-South Cooperation. **What Is South-South Cooperation?** 2016. Disponível em <<http://ssc.undp.org/content/ssc.html>>. Acessado em 10/08/2016.

UWEC, University of Wisconsin–Eau Claire. **Three-World Model**. 2016. Disponível em <<http://people.uwec.edu/ivogeler/w111/3world.htm>>. Acessado em 5/08/2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul? A presença da China do Brasil e da Índia**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Manual do Candidato: História Mundial Contemporânea (1776-1991) Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/MC_Historia_Mund_Contep.pdf>. Acessado em 10/04/2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O BRASIL DE LULA: UMA DIPLOMACIA GLOBAL E AFIRMATIVA (2003 - 2010)**. 2011. Disponível em <www.ilaran.ru/pdf/2011/Iberoamerica/IbA_2011_4/Visentini.pdf>. Acessado em 20/10/2016.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O DESCOMPASSO ENTRE AS NAÇÕES**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em mundo caótico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. **Dreaming With BRICs: The Path 2050**. Goldman Sachs, 2003. Disponível em <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acessado em 31/08/2016.

WOLFFENBÜTEEL, Andréa. **Investimento Estrangeiro Direto**. IPEA, 2006. Disponível em <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2103:catid=28&Itemid=23>. Acessado em 31/08/2016.

